

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

MANDATO 2009/2013

REALIZADA EM 19 DE MARÇO DO ANO 2010

NO

AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»

DE

BRAGANÇA

SIGLAS

PDM	Plano Director Municipal
CCDRN	Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Norte
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
CTA	Comissão Técnica de Acompanhamento
REN	Reserva Ecológica Nacional
CDU	Coligação Democrática Unitária
CPCJ	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata

**Segunda Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Bragança,
realizada em 19 de Março de 2010, no Auditório «Paulo Quintela» de
Bragança.**

SUMÁRIO	Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas.....	102
MANDATOS: MEMBROS	
A – Assembleia Municipal	
Membros que pediram substituição.....	5
Membros suplentes convocados.....	5
Requerimentos:	
1 - Solicitação da retirada do ponto 2.1 da Ordem de Trabalhos	9
2 – Solicitação para que a votação do ponto 2.1 seja por voto secreto	20
Proposta – Proposta de votação para o ponto 2.2.1	90
QUORUM - Primeira Sessão Extraordinária (Mandato 2009/2013) – 19 de Março de 2010	

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1 - PÚBLICO - Período de intervenção.	5
2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA	6
2.1 - Discussão e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança – 1.ª Revisão do Plano Director Municipal de Bragança.	6
2.2 – Eleição de Representantes da Assembleia Municipal para os seguintes órgãos:.....	88
2.2.1 – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – 4 representantes.	88
2.2.2 – Conselho Municipal de Educação – 1 representante	89
2.2.3 – Agrupamento de Centros de Saúde de Alto Trás-os-Montes I – Nordeste – 1 representante	90

INTERVENÇÕES	
Nome	Página (s)
Alberto Pais	64
Amândio Gomes	17
Ana Almeida	15,19,66,82
Domingos Seca	80
Adriano Rodrigues	21
José Brinquete	14,21,72,98
José Lourenço	23
José Valente	76
Luís Pires	17,22,67,99
Luis Silvestre	97
Luís Vale	74

Paulo Hermenegildo	24
Presidente da Câmara	10,13,18,25,62,84
Presidente da Mesa	9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,58,60,62,64,66,67,71,72,74,75,76,78,79,80,82,83,84,85,86,87,88,89,90,91,93,94,95,96,97,98,99
Rui Correia	22,24,78
Victor Alves	79
Victor Pereira	90

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Adriano Rodrigues	82
Ana Almeida	11,59
João Ortega	60
José Brinquete	58
Luís Pires	12,

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Alberto Pais	84
Amândio Gomes	95
Ana Almeida	20,87,94
Bruno Veloso	95
Dinis Costa	92
Fátima Renovato	92
José Brinquete	85,94
José Lourenço	93
Luís Pires	86
Luís Vale	95
Maria Rosa Pires	86
Nuno Reis	87
Rui Correia	94
Victor Pereira	96

DEFESA DA HONRA

Nome	Página (s)
Luís Pires	83

Aos **dezanove dias do mês de Março do ano de dois mil e dez**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Segunda Sessão Extraordinária** da Assembleia Municipal - Mandato 2009/2013 - tendo o seu início às nove horas e trinta minutos e fim cerca das 15h00, na qual participaram **noventa e oito membros** dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção do Público;.....

2 – Período da Ordem do Dia:.....

2.1 - Discussão e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança – 1.ª Revisão do Plano Director Municipal de Bragança.

2.2 – Eleição de Representantes da Assembleia Municipal para os seguintes órgãos:

2.2.1 – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – 4 representantes;.....

2.2.2 – Conselho Municipal de Educação – 1 representante;.....

2.2.3 – Agrupamento de Centros de Saúde de Alto Trás-os-Montes I – Nordeste – 1 representante.

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:.....

MANDATOS-MEMBROS:

Justificação da falta e pedido de substituição:

PSD: Domingos Moura dos Santos e Isabel Maria Lopes.

PS: Manuel António Pires.....

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:

PSD: António Manuel Pereira e Maria Eugénia Cerqueira B. Afonso

.PS: Maria Celina Silva Paula

-----**Presidente da Mesa** – Bom dia, temos quórum, vamos iniciar os trabalhos.

Vamos dar início a esta Sessão Extraordinária, começando com o

PONTO 1 – PÚBLICO – Período de Intervenção.....

-----Pergunto se há alguém do público presente que pretenda fazer alguma intervenção. Pode, junto da Mesa, solicitar a inscrição para a intervenção, que não poderá demorar mais de dez minutos. Portanto, se houver alguém do público que tenha essa intenção, por favor, dirija-se à Mesa. Não se regista nenhuma intenção de intervenção do público, pelo que passamos de imediato ao primeiro ponto da agenda.....

-----Recordo que este assunto, da Revisão do PDM, da primeira revisão do Plano Director de Bragança, tinha sido já votada por unanimidade na Assembleia de vinte e sete de Fevereiro de dois mil e sete, pelos Senhores Deputados, com a intenção de que este documento e outros documentos como é que foi do caso do Plano de Urbanização, fossem votados numa reunião extraordinária, por isso é que este assunto é hoje aqui presente.

Bom, vamos então iniciar os trabalhos, de acordo então com o segundo ponto da agenda,

PONTO 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

PONTO 2.1 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA – 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE BRAGANÇA.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia oito de Fevereiro do ano de dois mil e dez, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“1.ª REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte informação:

A Câmara Municipal de Bragança, por deliberação, de 13 de Março de 2000, iniciou o processo da 1.ª Revisão do Plano Director Municipal de Bragança ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/95, de 4 de Abril de 1995.

Decorrida a fase da aprovação do Relatório de Análise e Ponderação das Participações recebidas no período da Discussão Pública, bem como os respectivos resultados, respeitantes à 1.ª Revisão do Plano Director Municipal de Bragança, aprovado em Reunião desta Câmara Municipal de 28/12/2009 (Reunião Pública), procedeu-se nos termos do artigo 77.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro - à sua divulgação e publicitação nomeadamente na página da Internet do Município de Bragança, em dois

jornais diários e num regional, assim como se procedeu à notificação de todos os particulares que apresentaram participações, reclamações ou sugestões.

Entretanto, ao abrigo do artigo 78.º do mesmo Regime Jurídico, foi solicitado a 11/01/2010, parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) sobre a versão final. Esta entidade, emitiu o seu parecer em 27/01/2010 *“considerando que o mesmo Plano se demonstra conforme as disposições legais e regulamentares vigentes, tanto em termos procedimentais como materiais, manifestando-se ainda compatível com os Instrumentos de Gestão Territorial aplicáveis na área do Município de Bragança.”*

Nos termos definidos da alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os Planos necessários à realização das atribuições municipais, disposição esta, conjugada com o disposto no n.º 1 do artigo 79.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Face ao exposto, tendo por referência os preceitos legais mencionados, remete-se ao executivo a versão final da 1.ª Revisão do Plano Director Municipal (PDM), ficando um exemplar, em suporte informático, anexo ao Livro de Actas e um original, em papel, na Divisão de Urbanismo e que aqui se dá por integralmente transcrito, para produzir todos os efeitos legais.

Intervenção da Sra. Vereadora, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina

“A decisão de revisão do PDM - Plano Director Municipal, assente na deliberação da Câmara Municipal de Bragança, datada de 13 de Março de 2000, bem como toda a tramitação do processo de revisão cumpriu, a priori, todos os normativos legais em vigor. Porém, a revisão de um instrumento de gestão territorial com a importância do PDM, deve também contemplar um conjunto de questões de natureza estratégica e substantiva para a vida do concelho, questões estas que não foram devidamente asseguradas, dado o alheamento dos principais agentes e interessados directos, visto que estes não foram motivados nem envolvidos na consecução e no desenvolvimento dos trabalhos.

Desta forma, a versão final da proposta de revisão do PDM é um documento em que os Municípios não se revêem, porquanto não acautela nem defende os seus interesses, para além de se tratar de uma proposta cujo conteúdo reflecte a

inadequação do PDM, por omissão e défice de participação das entidades e forças vivas locais.

Pese embora o facto de a competência para discussão e aprovação do Plano Director Municipal ser da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 70.º n.º 1, do RJIGT, sendo imperativo legal a remessa à Assembleia Municipal da versão final da proposta do PDM, objecto da presente deliberação, atendendo a que continuo a não concordar com o conteúdo do documento em questão, não poderia deixar de reiterar a posição já anteriormente defendida relativa apenas ao conteúdo do documento, que agora se submete à Assembleia Municipal.”

Intervenção do Sr. Presidente

“A revisão do Plano Director Municipal, constituiu uma oportunidade para pensar o concelho a médio/longo prazo, de uma forma integrada e global face ao contexto nacional e regional, enquanto instrumento de gestão territorial de âmbito municipal.

Iniciada a revisão por deliberação de 13 de Março de 2000, nomeada a CTA – Comissão Técnica de Acompanhamento, constituída por Despacho n.º 21334, de 29 de Setembro, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, sob responsabilidade e coordenação da CCDR-N, o trabalho decorreu com elevada participação e muita abrangência institucional.

Para além de muitas reuniões feitas com as Juntas de Freguesia, foram formalmente realizadas 29 reuniões, sendo 12 da CTA e 16 reuniões sectoriais. Foram consultadas 26 entidades.

As linhas estratégicas de desenvolvimento incluem, o reforço da imagem da cidade de Bragança; a consolidação da oferta de equipamentos, infra-estruturas e qualificação de espaços públicos e a valorização, qualificação e reforço da economia.

O período de discussão pública da Proposta e Relatório Ambiental, decorreu com elevada participação de Instituições e cidadãos, tendo sido recebidas mais de duas centenas e meia de participações, tendo 62,5% das pretensões recebido apreciação favorável ou parcialmente favorável.

Das principais alterações salienta-se que a REN passou de 82,1% para 34,52%; os espaços urbanizados de 1313,4 ha para 2617,8 ha; os espaços de equipamentos colectivos de 132,7 ha para 292,8 ha; espaço reservado para actividade industrial de 125,2 ha para 333,2 ha; as zonas de expansão de 907,2 ha para 396,2 ha; estrutura ecológica de 120,5 ha para 513,6 ha; valor global de solo urbano de 2599,1 ha para

3848,4 ha, ou seja, mais 48,1%, sendo o essencial do acréscimo destinado à criação de novos equipamentos, de novas zonas industriais e à delimitação da Estrutura Ecológica Urbana e à possibilidade de acolhimento de 14700 novos fogos.

A CCDDR-N emitiu parecer sobre a proposta e a versão final, assegurando que o Plano está conforme as disposições legais e regulamentares vigentes, tanto em termos procedimentais como materiais, manifestando-se ainda compatível com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis na área do município de Bragança.

Estou pois convicto de ter sido concretizada uma revisão útil ao PDM, com uma orientação e visão que serve objectivos estratégicos de desenvolvimento sustentado do município, reforçados com a recente finalização do Modelo Territorial do PROT-N, que atribui a Bragança o nível de Cidade de Equilíbrio Territorial, conjuntamente com Braga e Vila Real, uma conquista que vai ao encontro do reconhecimento da evolução de Bragança e o seu papel estratégico em termos regionais.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, e nos termos definidos da alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º, e para efeitos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a Versão Final da 1.ª Revisão do Plano Director Municipal de Bragança.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 08 de Fevereiro de 2010.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

-----**Presidente da Mesa** - De qualquer forma podem entregar o documento à Mesa, e passamos a palavra à Câmara Municipal, ao Senhor Presidente.

----- Bom, eu vou passar a ler o requerimento entregue pela Doutora Ana Cláudia Veloso.

“REQUERIMENTO

----- Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida, membro da Assembleia Municipal de Bragança eleita pelo CDS/PP vem requerer a eliminação, da ordem de trabalhos, do ponto relativo à discussão e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal de

Bragança – 1.^a Revisão do Plano Director Municipal de Bragança, nos termos e com os seguintes fundamentos:

1 . Dispõe a Portaria 138/2006 que regulamenta os elementos essenciais a entregar à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação do PDM que um dos elementos essenciais a entregar ao Órgão deliberativo, enquanto co-autor do Plano, é a acta da Comissão de Acompanhamento a qual integra os pareceres das entidades que acompanham o Plano bem como o parecer final da CCDR territorialmente competente.

2 . ais refere a Lei que a convocatória deve/tem de ser acompanhada de tal peça, sob pena de haver falta de fundamentação da mesma e, consequentemente, sonegada de informação essencial de base à discussão da proposta de Plano.

3. Face à não distribuição do referido elemento essencial, enferma a presente sessão de vícios procedimentais, vício extensivo ao próprio Plano, isto é, à proposta de Plano.

4. Assim se requer a eliminação, da ordem de trabalhos, do ponto relativo à discussão e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança – 1.^a Revisão do Plano Director Municipal de Bragança, e a entrega do elemento em falta.

Bragança, 19 de Março de 2010

a) Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida”

-----**Presidente da Mesa** - Eu iria solicitar à Excelentíssima Câmara, alguns esclarecimentos sobre esta matéria, da questão de haver eventuais documentos, elementos que não foram entregues.

-----Entretanto vamos procurar obter esclarecimentos da Câmara referentes a esta matéria.

-----Eu aproveitava este momento para informar os Senhores Membros da Assembleia que ainda não assinaram a folha de presenças. No Partido Social Democrata, encontramos em falta a presença ou da assinatura do senhor Deputado, Nuno Filipe Machado Reis e da Senhora Deputada, Vânia Alexandra Silva Rodrigues, Vânia, faz favor de completar aqui a assinatura, não temos ainda aqui os restantes elementos.

----- Vamos aguardar os esclarecimentos do Presidente da Câmara e depois vamos devolver à Assembleia os pedidos de esclarecimentos e intervenções sobre este requerimento que deu entrada na Mesa. Bom, senhor Presidente, faz favor.....

-----**Presidente da Câmara** – Senhor Presidente da Assembleia, bom dia, Senhores Secretários, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidente de Junta, Comunicação Social, público presente.....

-----O parecer final da Comissão Técnica de Acompanhamento, emitido a seis de Abril, devidamente rubricado por todos os Membros da Comissão Técnica de Acompanhamento, esteve disponível na discussão pública, acompanhou toda a documentação e portanto é do vosso conhecimento, conhecem o documento, toda a documentação está acessível no âmbito da discussão pública, incluindo este documento. Há Senhores Deputados que provavelmente chegaram tarde à discussão, não deram contributo nenhum durante a fase da discussão pública, eventualmente não leram os documentos, não se aperceberam da documentação que foi entregue e podem ter surgido agora algumas duvidas, mas o documento foi distribuído a todos os Senhores Deputados, foi, ficou disponibilizado para todos os cidadãos, no âmbito da discussão pública, acompanhou todas as decisões da Câmara Municipal e todas as deliberações que lhe fizeram referencias, deliberações que foram enviadas para a Assembleia Municipal, incluindo o parecer não vinculativo que se pediu à CCRN, depois da discussão pública, e da integração digamos, da matéria considerada no relatório de avaliação da discussão pública, esse documento esteve presente também nas respectivas deliberações.

-----**Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Presidente, pelos esclarecimentos prestados. Pedidos de esclarecimentos por parte Senhores Membros da Assembleia. Há dois pedidos de esclarecimento, Cláudia e Luis. Passamos a palavra então ao representante do CDS/PP para proceder à sua intervenção. Não, não, peço desculpa, não posso dar essa autorização, tem que vir ao microfone porque devo lembrar Senhora Deputada, que há um registo..., vai-me desculpar, eu sei, mas olhe, bem espere aí, espere aí, temos uma possibilidade de resolver o assunto, eu vou mandar transportar-lhe o microfone e vou-lhe pedir depois de forma e com alguma ponderação, pode ocupar aqui o lugar em frente, na primeira fila, para não ser tão difícil as deslocações.

-----**Cláudia de Almeida** – Bom dia a todos. Eu não fiquei esclarecida porque efectivamente foi um dos elementos que esteve na discussão pública, a questão que foi colocada não é essa, a falta de distribuição do documento em sede, agora, dos documentos a distribuir à Assembleia Municipal, para que tenhamos toda a informação pertinente para que... é que não esqueçamos , a Assembleia Municipal, nós todos, somos responsáveis pela elaboração do plano, o plano não é da exclusiva elaboração e revisão do plano não é da exclusiva competência da Câmara Municipal, a elaboração e revisão dum plano envolve múltiplas entidades e creio eu que é malabarismo transcrever para a convocatória apenas a conclusão da CCRN, dizendo que, deu parecer final global favorável, no entanto, outras questões ficam por apreender, nomeadamente as posições das entidades e da própria CCDR, nomeadamente quanto a estratégias por exemplo, de ocupação do território, e portanto esse elemento é um elemento

essencial para perceber as opções do plano e portanto, não tendo sido entregue agora nos elementos para nós podermos preparar a Assembleia, a falta deste elemento essencial inquina o procedimento de aprovação do plano e portanto, inquinando o procedimento de aprovação do plano, tudo o que fizermos, a partir daqui, é uma ilegalidade e portanto sendo uma ilegalidade, depois retiraremos as legais consequências, portanto o documento é o parecer à Acta da Comissão que acompanha o Plano que de acordo, teve várias, as Comissões tiveram várias designações, tiveram a evolução, passou de Comissão Técnica de Acompanhamento a Comissão Mista de Acompanhamento e agora está em Comissão de Acompanhamento, portanto, é a entidade que envolve todas, é a Comissão que envolve todas as entidades com interesse na elaboração do plano, ARH, as Florestas, outros Municípios, tudo isso, portanto nós devíamos ter conhecimento para um cabal juízo e um integral juízo das soluções propostas no plano, porque como sabem, e saberão com certeza.

-----Agora o parecer da CCDRN ainda que desfavorável não é vinculativo, portanto a opção de avançar com a aprovação do plano é da Câmara, mas não basta. Eu sei Senhor Presidente, não basta dizer que o parecer foi favorável, porque o parecer pode ter um conteúdo que nos elucide de por exemplo, comentários acerca das opções de ocupação do solo, portanto, eu quanto a mim, com a falta, sem este documento, não consigo ter uma percepção clara daquilo que esteve em discussão, nomeadamente com as entidades, portanto, na minha perspectiva, a Câmara só mostra aquilo que quer mostrar, muito obrigado.

-----**Presidente da Mesa** – Bom, havia outra inscrição, Luís Pires, em representação do Partido Socialista. Devo só referir que a Senhora Deputada referiu-se à não aprovação por parte da CCDRN, mas a decisão da CCDRN foi favorável, depois corrigiu, mas como ficou gravado, convém que fique claro, o parecer da CCDRN foi favorável.

-----**Luís Pires** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Deputados Municipais, Presidentes de Junta, Público, Comunicação, muito bom dia. Bom, apenas uma palavra muito simples e muito rápida, para fazer convosco uma reflexão em voz alta e que tem a ver com o seguinte. Embora o PDM seja um plano, que em alguns momentos toca com a sociedade civil, ou seja, nesses momentos a sociedade civil é chamada a dar a sua intervenção, a sua opinião, é um documento que iminentemente se faz na parte política e é transversal a mais do que um mandato e o que acontece é que nós temos aqui uma Assembleia que apanhou o PDM já em fase final, inclusivamente a ultima, o ultimo mandato, portanto a ultima constituição desta Assembleia aprovou o PU, aquilo que eu venho aqui referir é que eu, sinceramente, não sei como é que se

vai lidar com um processo destes, porque eventualmente poderá haver deputados que tenham conhecimento de alguns elementos porque estiveram anteriormente nesta Assembleia, e aqueles que foram eleitos neste momento não têm conhecimento de determinados documentos, portanto, não sei se é legal, se é ilegal, se deixa de ser, o que eu sei é que se a lei diz que têm que se entregar, tem que se fazer acompanhar a documentação, terá que fazer acompanhar a documentação, agora eu deixo à consideração de quem percebe mais disto do que eu, juristas, para que se refiram sobre esse ponto, porque realmente há elementos aqui que não têm conhecimento do processo todo, porque não faziam parte desta Assembleia, é só.....

-----**Presidente da Mesa** – Pedidos de intervenções? Pedidos de intervenções? Senhor Presidente, pretende fornecer algum esclarecimento adicional?

-----**Presidente da Câmara** – Durante a apresentação da proposta do plano, tivemos a oportunidade de modo detalhado evidenciar a participação ampla das instituições públicas, vinte e seis entidades, da população, das freguesias, dos Deputados Municipais e vários cidadãos que no âmbito do relatório, na fase de discussão pública, quiseram contribuir com propostas de sugestão ou alteração, num número total de duzentos e sessenta e sete. Significa que esta proposta não é a proposta da Câmara, é uma proposta concertada, digamos, no âmbito e no domínio de várias entidades públicas, naturalmente com restrições, mas é seguramente uma boa proposta e disso falarei de seguida, o parecer, o parecer final da CTA, que envolveu de facto, constituída por despacho do Secretário de Estado, não constituída pela Câmara, foi assinada e serviu de base, só podia servir de base à primeira deliberação. A única deliberação de Câmara relacionada com o envio para discussão pública, esta acta e este parecer final teve necessariamente que fazer a concertação institucional com todas as entidades que não..., com as que faziam parte da CTA e também com aquelas que não faziam parte da CTA e foram ouvidas em número total de dezanove, mais sete que constituem a CTA, o que quer dizer que no que respeita à transparência relativa à discussão teremos a oportunidade, durante a fase de apresentação pública.

----- Depois da fase da discussão pública procedeu-se à ponderação das pretensões apresentadas, esse relatório de discussão pública que integrou sessenta e sete por cento de forma totalmente favorável ou parcialmente favorável, foi igualmente disponibilizado publicamente, através de jornais nacionais, jornais locais, site da Câmara, editais, portanto não há, nem poderia haver, em circunstancia nenhuma, qualquer omissão de informação à Assembleia, o percurso de aprovação do plano, de revisão e aprovação da proposta, tem que seguir os tramites legais, foram devidamente acompanhados sobre responsabilidade da CCDRN,

não compreendo, de facto, a proposta que está apresentada é aquela que resulta do parecer final e da integração dos contributos da discussão pública, contributos esses que foram validados pela Comissão Técnica de Acompanhamento, em consonância com a CCDRN que preside a essa Comissão de Acompanhamento e a CCDRN enviou o ultimo oficio, relativo à integração dos contributos da discussão publica, salientando a conformidade da proposta.....

----- A Câmara Municipal na sequencia do documento que faz parte também da documentação e da deliberação de Câmara, procedeu ao agendamento, da proposta definitiva para aprovação ou rejeição por parte da Assembleia Municipal.

-----É um percurso de dez anos que envolveu muita discussão, muita energia, muitas instituições. Eu acho que daquilo que é do meu conhecimento, a legislação e os aspectos legais e os procedimentos foram rigorosamente cumpridos em cada momento, salientando que a CCDRN acompanhou todos os procedimentos, a discussão pública foi muito aberta, foi muito ampla e com oportunidade de todos colaborarem. Para já era só este esclarecimento.

-----**Presidente da Mesa** – Há solicitações de intervenções por parte do José Brinquete, da CDU, e Ana Cláudia, do CDS/PP. José Brinquete, faz favor, e o Doutor Amândio Gomes, do Partido Social Democrata. Devo dizer entretanto aqui ao Luís Pires, enquanto o Brinquete se dirige para o palanque, que de facto as instituições permanecem, as pessoas vão, vão entrando e saindo dos órgãos, aqueles deputados que hoje, que para este mandato foram eleitos, e estão aqui, que não pertenciam ao mandato anterior, de qualquer forma é responsabilidade dos seus respectivos Grupos Municipais informá-los do andamento das matérias que estão em devido momento em discussão, por isso, não tem qualquer sentido dizer que, pessoas que estiveram, não estiveram no passado e estão agora para tomar posições, as matérias e os elementos estão todos disponíveis.

-----José Brinquete tem a palavra.

-----**José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, bom dia, minhas senhoras e meus senhores, eu queria fazer primeiro uma pergunta, para ser esclarecido, os requerimentos devem ser imediatamente votados, já na outra Assembleia houve um requerimento que foi profusamente debatido, incorrectamente, mas estamos a cometer novamente o mesmo erro, essa era uma chamada de atenção à Mesa, e se entretanto, é para eu agora poder usar da palavra, se estes tempos estão a ser contados para o tempo geral depois dos Grupos Parlamentares? Não? Então eu vou ser muito rápido para dizer o seguinte. É importante, estes esclarecimentos porque, nós não podemos brincar, depois a Mesa é soberana e pode-nos tirar a palavra. Eu penso que o Senhor Presidente da Câmara veio aqui tentar salvar a situação e quem

esteve atento ouviu o que ele disse, que esteve em debate publico, os documentos estiveram de acesso em debate publico a toda a gente, mas o que me parece que a representante do CDS aqui colocou é uma coisa completamente diferente e o Senhor Presidente da Câmara sabe que é diferente e percebeu, só que está a tentar salvar ainda a situação, o que é, este documento que é fundamental, para a nossa formação de opinião, não foi entregue a ninguém, e portanto há aqui uma lacuna gravíssima que, e por isso, eu estou de acordo que este ponto deve sair da Ordem de Trabalhos, e se a maioria o mantiver, participarei na mesma do debate, mas depois corremos o risco de esta Assembleia ser declarada nula, se alguém proceder junto do Tribunal, não é?

-----Portanto, há que ter consciência disso, mas portanto é um documento que pode ter estado em dez mil sítios, mas não está aqui, houve qualquer coisa que falhou na Câmara, os assessores do Senhor Presidente da Câmara que não preparam isso mas não está aqui, e não basta dizer que foi favorável a CCDRN, quer dizer, é preciso conhecermos o documento.....

----- A segunda questão é em relação ao que o Luís Pires falou, eu penso que a Mesa já deu parte da resposta, só não disse uma coisa final que é, o que conta neste momento, para esta decisão, são os Membros desta Assembleia Municipal, eleitos directamente, e Presidentes de Junta e são só os que cá estão, nem sequer são os que não estão cá, portanto, são chamados a decidir em função da Ordem de Trabalhos para que foram convocados, e têm cada um para decidir com responsabilidade, têm que procurar toda a informação que entender, ou até pode votar só, dando confiança ao seu líder Parlamentar ou qualquer coisa, mas quer dizer, não podemos ir agora perguntar aos que cá estavam no passado, um conjunto de coisas, não podemos nem devemos, os que aqui hoje estão, que assinaram, que participam, é que têm que assumir as suas responsabilidades, ou votar a favor, ou votar contra, ou absterem-se, em conformidade com a pesquisa que fizeram, com o estudo que fizeram, com a análise que fizeram, portanto, não podemos invocar históricos passados para ninguém, que é, isso cada um tem que procurar, para esta decisão e para todas as outras, é que há “n” decisões que vamos ter que tomar, que não tiveram inicio e fim no dia em que a tomamos, temos que nos informar. Obrigado.....

-----**Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Brinquete. Ana Cláudia, pode então usar o microfone, tem que o ligar, o botãozinho do lado.

-----**Ana Cláudia** – Quase que, vendo-me obrigada a exercer o direito de defesa, quero reforçar aquilo que eu disse e que foi entendido, inclusivamente por colegas, por demais colegas desta Assembleia, eu não disse que a revisão do plano não tinha sido acompanhada, eu não disse isso,

eu não, eu nem sequer... seria gravíssimo, seria gravíssimo se isso tivesse acontecido, eu nem sequer ponderei que o plano ou a revisão do plano não tivesse sido objecto de acompanhamento pelas entidades que o deviam fazer, o que eu disse foi, estamos num momento diferente, é uma etapa do procedimento de aprovação do plano, o plano não é aprovado em Executivo pela Câmara Municipal, é aprovado pela Assembleia Municipal e para que a Assembleia Municipal até para efeitos de poder propor alterações ao plano, que estão no âmbito das suas competências, ao abrigo da Lei das Competências Locais, da Lei das Autarquias Locais, cento e sessenta e nove, noventa e nove, para que a Assembleia possa usar deste direito, desta prerrogativa legal, tem que ter em seu poder elementos que lhe dêem a motivação da que esteve subjacente a toda a estratégia de opção, de ocupação e transformação do território. E é esse elemento, ou melhor, a falta desse elemento na distribuição, na preparação desta Assembleia, que eu venho alegar enquanto inquinador da realização da mesma, eu não estou a dizer e reforço, não estou a dizer nem quero ser acusada como percebi, entre linhas, estar a ser, de estar a furar uma revisão de dez anos, não foi isso que eu disse e reforço, além do mais, isso estaria a coarctar como digo, a possibilidade de todos nós, esse elemento essencial, portanto conhecer as posições das entidades e da própria CCDRN que não têm só que ver com questões de legalidade, mas sim de oportunidade das estratégias defendidas pelo Município, da conformidade do plano com instrumentos de nível superior, nomeadamente do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, do Plano Regional do Ordenamento do Território, a conformidade da revisão do PDM, com esses instrumentos de nível superior e outros de níveis, de planos sectoriais, poder comprometer a nossa séria e ponderada aprovação e discussão do plano, portanto é um elemento que falta sem o qual nós, no meu ponto de vista, não podemos discutir seriamente, portanto é nesse ponto que eu insisto, e repito, não estou sequer a duvidar, seria grave que o procedimento não tivesse sido acompanhado, o que não duvido nem é isso que está em causa, portanto o que eu estou a dizer é, falta um elemento essencial para que a Assembleia delibere seriamente com todos os dados, a presente proposta e possa ela própria no âmbito das suas competências, porque reforço, nós somos, nós Assembleia Municipal, somos co-autores daquilo que ficar aprovado na proposta de PDM e portanto nessa senda, portanto na posição do co-autora do plano, não é? Para o fazer aprovar, eu tenho que ter todos os elementos para discutir com seriedade. Obrigado.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Doutor Amândio, faz favor, depois há um ultimo pedido de inscrição, Luís Pires, do Partido Socialista.

-----Entretanto, eu quero dirigir aqui à Senhora Deputada, Ana Cláudia, que no ponto um, diz, dispõe a Portaria que Regulamenta os elementos essenciais a entregar à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação do PDM, etc., etc., etc., pedia que pudesse colocar aqui, qual é a Portaria a que se refere, pode ser? Muito obrigado, pode repetir se não se importa? Cento e trinta e oito de dois mil e seis.

----- Faz favor, Senhor Deputado.

-----**Amândio Gomes** – Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia.

-----Eu penso que há alguma razão em exigir todos ou facultar todos os esclarecimentos para nós podermos decidir em consciência. Houve um lapso, que não é total, dado que, nos aponta, nos foi apontado qual o sentido do parecer da Comissão da Região Norte, portanto, é como, não é uma falha insanável, eu propunha que fosse antes de continuar a discussão deste ponto, que fosse distribuído ou distribuída à Assembleia o parecer da Comissão da Região Norte, na sua integra, calma... se entendem que isso leva muito tempo a ler e eu penso que não, são duas páginas, que o Senhor Presidente faça a leitura integral do mesmo parecer e a partir daí, estamos devidamente esclarecidos para alicerçar o nosso voto, quanto mais, o parecer não é vinculativo, se fosse desfavorável, também podíamos votar, de maneira que, eu propunha que se fizesse uma destas diligencias mas parecia-me que para lá de ser lido, eventualmente, que seja também distribuído por escrito na integra. Muito obrigado.....

-----**Presidente da Mesa** – Ora, Luis Pires, e terminamos intervenções, que depois devolvendo à Câmara Municipal uma ultima intervenção e passamos à votação do requerimento.

-----**Luís Pires** – Bom, mais uma vez, muito bom dia. Eu venho aqui por dois motivos, um deles para concluir o meu pensamento e o outro, que às vezes, já me disseram que eu não devo ser tão simpático quando transmito algumas coisas para a Assembleia, eu quero ser bom rapaz e depois vocês, às vezes aproveitam-se daquilo que eu digo para o desvirtuarem.

-----Meus caros amigos, o Partido Socialista em devido momento, no outro mandato, no qual eu também estava presente, verificou que não existia este documento, não fazia parte da documentação, enviou um ofício à Câmara Municipal de Bragança, para que lhe fosse entregue essa documentação. Numa sessão que aqui existiu, o Senhor Presidente da Câmara, projectou ali o parecer da CCDRN, lembro-me de eu ter brincado com isso, dizer, finalmente temos ali, parecia o Deus, todo misericordioso, o Deus da CCDRN, a darem o aval ao projecto, portanto, recordo-me de tudo isto. E o que eu queria dizer há pouco, o que eu quis dizer há pouco, é que, primeiro, há pessoas, neste momento, que se calhar não tinham conhecimento como o Senhor

Presidente disse, porque não estavam no anterior, e não vamos a andar aqui a dizer que os Presidentes de Grupos Parlamentares é que têm que dar essa indicação, havia pessoas que naquele momento tiveram conhecimento não pessoal, mas através de projecção e de uma leitura, aqui numa Assembleia, mas nunca foi entregue.....

----- Agora, meus caros amigos, uma coisa é razoabilidade e outra coisa é a lei, e se a lei diz que tem que ser entregue, formalmente tem que ser entregue e ponto, não há cá histórias, ok? Se foi, agora outra coisa que é assim, nós não andamos aqui a brincar com isto, já chega, nós temos que nos debruçar sobre PDMs que levaram dez anos para fazer e temos que debruçar sobre isso durante uma semana, quanto mais agora vir ainda aqui um documento durante dez minutos, por amor de Deus, isto é sério, é dos instrumentos mais importantes para o nosso Concelho e portanto é sério e vamos levar isto a sério, formalmente e nada de brincadeiras.

-----**Presidente da Mesa** – Finalizamos as intervenções com o ultimo esclarecimento do Presidente da Câmara. Faz favor, Senhor Presidente.....

-----**Presidente da Câmara** – Senhor Deputado, assim, deve, seguramente, peço desculpa mas errou na sua intervenção, o parecer final esteve sempre disponibilizado durante a discussão publica, peço desculpa, esteve disponível no site, acompanhou a versão física... desculpe, ... peço desculpa, assim eu não fiz interrupção nenhuma ao Senhor Deputado, peço desculpa, se não ninguém se entende, enfim, uma questão de respeito, esteve disponível e está disponível na versão enviada à Assembleia Municipal. A Portaria, a que se refere a Senhora Deputada, diz expressamente quais são os documentos que são enviados para a Assembleia Municipal, vou salientar, os elementos que acompanham o Plano Director Municipal são os seguintes: planta de ordenamento, enquadramento regional elaborado à escala inferior à do Plano Director Municipal com a indicação do Municípios limítrofes, centros urbanos mais importantes, principais vias de comunicação e outras infra-estruturas relevantes e grandes equipamentos que sirvam o Município bem como a delimitação da área de intervenção dos demais instrumentos de gestão territorial em vigor para a área do Município; b) planta da situação existente com a ocupação do solo à data da elaboração do plano; c) relatório ou a planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas bem como das informações prévias favoráveis em vigor substituída pela declaração da Câmara Municipal comprovativa da existência dos referidos compromissos urbanísticos na área do plano; carta da estrutura ecológica municipal; participação recebidas em sedes de discussão publica e respectivo relatório de ponderação, está tudo entregue aos Senhores Deputados, foi tudo disponibilizado em termos públicos, relativamente, ou seja, Senhor Deputado, Amândio Gomes, não há uma omissão de

informação da Câmara à Assembleia, não há e vou ainda salientar, esse parecer final da Comissão de Acompanhamento é este que foi disponibilizado na discussão pública, saliento, e está acessível a todos os Senhores Deputados, incluindo ao Senhor Deputado, Luis Pires. Este último parecer não vinculativo é uma carta, digamos que, salienta a conformidade final dos documentos com uma indicação, é que a CCDRN enviou também com conhecimento para a Assembleia Municipal, portanto assim, se fosse um documento..., peço desculpa, a proposta, peço desculpa, podem discutir o que quiserem, mas, e votarem favoravelmente ou reprová-la, ou absterem-se, mas é inquestionável que nos termos da lei, a Câmara elabora a proposta de Revisão do Plano Director Municipal, concertada com quem tem que ser, com as entidades públicas, foi devidamente desenvolvido todo esse procedimento, e a Câmara apresenta a proposta à aprovação da Assembleia Municipal.

-----**Presidente da Mesa** – Sim, uma última intervenção a que título? Senhora Deputada, faz o favor.

-----**Ana Cláudia** – Só um esclarecimento, acho que continuamos a confundir as coisas, porque aquilo que o Senhor Presidente da Câmara leu são e se ele bem sabe e anda nestas lides há muitos anos, leu os elementos que acompanham o plano, ou seja, os elementos que têm que ser entregues às entidades para aprovar, coisa diferente, insisto, são os elementos que fundamentam, que dão validade ao acto da deliberação da Assembleia Municipal e esses vêm no CPA, eu quando digo a lei, refiro-me ao CPA, uma coisa são os elementos que acompanham o plano outra coisa são os elementos essenciais do acto, e um deles é fundamentação e a fundamentação não está na convocatória por falta de um elemento essencial do acto que é a acta onde constam, não é só o parecer da CCDRN que o Senhor Presidente invoca porque foi favorável, mas o parecer de todas as entidades acerca da estratégia do plano, portanto é isto que nós estamos a falar, não manipulemos as coisas. Muito obrigada.

-----**Presidente da Mesa** – Vamos passar à votação do requerimento. Eu volto a ler, já..., penso..., não é necessário ler novamente o documento do requerimento, que foi entregue pela Senhora Deputada, Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida, representante do CDS/PP, com a fundamentação e a descrição que aqui foi feita, tendo em vista a retirada da agenda de trabalhos desta Sessão Extraordinária, do ponto da Primeira Revisão do Plano Director Municipal de Bragança, por isso, vamos colocar então em votação este requerimento.

-----Após análise e discussão foi o mesmo submetido a votação, tendo sido rejeitado, com sessenta votos contra, quatro abstenções e vinte e nove votos a favor, estando momentaneamente noventa e três membros presentes.

-----**Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Uma declaração de voto, Ana Cláudia, faça o favor Senhora Deputada.

-----**Ana Cláudia** – Só para dizer que obviamente darei prosseguimento à efectivação desta ilegalidade e portanto não só autonomamente como comunicando à entidade competente, nomeadamente ao Ministério Público. Muito obrigada.....

-----**Presidente da Mesa** – Senhora Deputada. Bom, temos ainda aqui um outro requerimento, que deu entrada e que, deu entrada logo de manha e que foi entregue pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. Está bem, tem quatro assinaturas sim, eu vou passar a ler o requerimento;

“REQUERIMENTO

----- Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Bragança

----- A discussão e votação do PDM é um dos mais importantes momentos da vida de uma autarquia, e forçosamente um dos momentos mais importantes da vivência de cada um de nós, enquanto agentes independentes deste processo, no qual nos é solicitado que participemos conscientemente. Não é momento de fazer política pela política, mas sim de elevar os interesses do concelho, possibilitando a competitividade de Bragança face aos concorrentes internos e externos.

----- Nesse sentido, vêm os abaixo assinados solicitar a V. Ex.^a que a votação relativa a este ponto decorra sob a forma de voto secreto depositado em urna.....

Bragança, 19 de Março de 2010

----- Subscrito pelos membros: José João Martins Lourenço, Luís Miguel Vale, João Victor Alves e Fátima Renovato.

-----**Presidente da Mesa** - Bom, eu vou-vos dizer o seguinte, de facto, o Regimento diz que os requerimentos devem ser votados de imediato e não serem sujeitos a discussão, a Mesa cometeu um lapso, dirigindo-me, acho que foi essa aqui a intervenção, foi levantada ou pela Ana Cláudia ou pelo Brinquete, mas houve uma tentativa daqui da Mesa de abrir a discussão democrática. Sendo que o fizemos para o outro e com o compromisso de não o voltarmos a repetir, parece-me que a metodologia devia ser igual. Então nesse sentido, mas se os Senhores

Deputados entenderem que não precisam de esclarecimentos nem intervenções sobre esta matéria, também podemos avançar directamente para a votação.

-----Mas eu pergunto se há alguma intenção de pedir algum esclarecimento relativamente a este requerimento? Não. Sim, sim, Adriano, faz favor.

-----Isso, mas se não há, o Senhor Presidente de Junta queria fazer uma intervenção, portanto não há intenções de esclarecimentos, não registou a Mesa portanto, íamos solicitar se havia pedidos de intervenção, já está um Senhor Deputado com a intenção de utilizar a palavra, se mais alguém quiser, faça o favor de levantar o braço, faz favor, Senhor Deputado. Intervenção sobre esta matéria.

-----**Adriano Correia Rodrigues** – Ora bom dia a todos, bom dia à Mesa e bom dia ao pessoal da bancada. É assim, eu acho que não faz sentido nenhum fazermos esta votação secreta, porque isto é um documento comum. Nós nas freguesias fazemos, quando se trata de nome individual ou alguma matéria que implique com pessoas singulares, nós fazemos votação secreta, neste momento acho que não faz sentido porque isto está mais que esclarecido, há dez anos que estamos com este esclarecimento na Junta de Freguesia e toda a gente vem acompanhando esta, documento há dez anos, eu penso que não faz sentido votar secretamente, eu acho que os Presidentes de Junta estão esclarecidos sobre isto, penso que devemos votar normalmente, como se vota numa Assembleia, porque é um documento que não é particular, é comum, é só.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. José Brinquete, faz favor. Registamos também a intervenção do Rui Correia, do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, que toma a palavra a seguir

-----**José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, era para dizer o seguinte, uma primeira nota sobre o texto em si. Eu penso que o texto foi escrito com boas intenções, mas tem ali algumas coisas que são altamente perigosas, estamos aqui com espírito independente, nós não temos espírito independente nenhum, nós temos que assumir as nossas responsabilidades pura e simplesmente, não é? E é por causa disso que me parece que faz todo o sentido o assumirmos, até publicamente, a posição que temos, e por exemplo dirigi-me mais concretamente aos Presidentes de Junta, os Presidente de Junta ao assumirem aqui, na frente de todos, a posição que vão ter, também arriscam depois a ser ou elogiados ou criticados nas vossas respectivas terras, quando as pessoas perceberem que o PMD mexe nisto, mexe naquilo e por aí fora, portanto eu penso que nós temos que assumir as nossas responsabilidades e por isso sou favorável do voto de braço no ar, porque não sei se sabem, essa discussão também se

faz no PCP e eu no PCP, porque acho que as pessoas devem assumir as suas responsabilidades, sou também favorável do voto de braço no ar. Tenho dito.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Deputado Rui Correia, faz favor.

-----**Rui Correia** – Bom dia Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, publico e comunicação social. Antes de mais gostava de saber quem é que assinou o requerimento, portanto quais são, eu pensava que também a CDU tinha assinado, mas já vi que não... ..

-----**Presidente da Mesa** – Eu passo a dar conhecimento, então o documento está assinado pelo José João Lourenço, Luis Miguel do Vale, João Vítor Alves e Fátima Renovato.

-----**Rui Correia** – Ah, está bem, é que quando eu entrei o Vitor, o Luis, desculpa Luis, tinha perguntado se eu assinava, claro que não, acho que já votámos aqui tanta coisa importante de braço no ar, o PU, votamos os orçamentos, acho que todos temos que assumir a nossa posição de facto não podia estar mais de acordo com o José Brinquete, quando ele diz que devemos... a votação deve ser de braço no ar, esta é uma posição da liderança de bancada do PSD e acho que tem que ser assim e que deverá ser assim, porque já houve outros documentos também muito importantes que foram votados de braço no ar.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Luís Pires e João Lourenço

-----**Luís Pires** – É, faz parte do grupo. Muito bom dia a todos. Ainda bem que o Rui falou no meu nome, porque assim dá-me um pouco de legitimidade para vir aqui falar. Eu estou a ver que todos hoje deixamos na algibeira ou em casa a nossa ingenuidade, extraordinário, eu sei que os Presidentes de Junta estão esclarecidos, eu sei que toda a gente está esclarecida, até determinado ponto, porque isto é de tal maneira denso que eu não sei se há alguém que esteja cem por cento esclarecida, inclusivamente aqueles senhores que estão ali que foram, os responsáveis, com algumas directrizes, de fazer isto, é que é tão denso, que chega-se a um ponto que isto já anda assim um bocado, e eu não acredito que fosse feito por uma ou duas pessoas, portanto é uma equipa multidisciplinar e às vezes há coisas que nem todos dominamos em todo um processo geral, nem se pode, em termos de gestão era errado, portanto, estão esclarecidos medianamente e dentro daquilo que poderá ser os interesses dos Concelhos, dos Concelhos não, das Freguesias de cada um de nós.

----- De qualquer maneira aquilo que eu quis fazer, ao combinar com várias pessoas de várias sensibilidades políticas nesta Assembleia, foi que se desse a oportunidade de realmente retirar qualquer tipo de ambiguidade que houvesse nesta votação, eu acho que se estamos todos também sem problemas nenhuns em votar isto, também a mesma razão que diz que se pode

levantar o braço, também serve para dizer porquê é que não se pode votar com votação secreta, acho que dá para os dois lados é uma questão de pensarmos dentro de nós próprios e perceber aquilo que nós vamos fazer. É só.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Uma ultima intervenção? Faz o favor, Senhor Deputado. Peço, desculpa, peço desculpa, a Mesa pede desculpa, faz favor. Deputado, José Lourenço.....

-----**José Lourenço** – Senhor Presidente, Senhores elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, caros Vereadores, caros companheiros. A democracia é democracia, seja aqui, seja no PCP, seja onde for, obviamente terá muita forma, eu provavelmente seria daquelas pessoas que a titulo particular, não directamente, mas indirectamente por pessoas que me são familiares, estaria em que hoje a proposta fosse aprovada e votada porque efectivamente fora, houve pessoas da minha família que conseguiram a tempo e horas contestar e apresentar a sua participação contestatária à proposta de plano que hoje vamos votar. Ora isso não aconteceu com muita gente, há muita gente que ainda hoje não sabe que estamos aqui prestes a votar um documento que lhes vai influenciar directamente a vida durante uns anos largos, como foi o anterior plano. Há muitos Presidentes de Junta e pôr o sentir é pôr o saber é pôr o ouvir, não tiveram oportunidade de defender os interesses dos seus cidadãos. Eu não estou aqui a representar, se estivesse aqui a representar os meus interesses, os meus interesses pessoais, estaria calado, eu tal como vocês todos, estamos aqui a representar os interesses das pessoas que votaram em nós, cada um com o seu motivo.....

-----Há muita gente, houve Juntas que graças aos dinamismos dos seus Presidentes conseguiram inserir muitas participações, vejam que a taxa de deferimentos das participações não é de sessenta e sete e meio por cento, é de sessenta e oito noventa e sete, são cerca, podemos arredondar para os setenta por cento ou seja há setenta por cento de participações que foram favoravelmente ou parcialmente, favoravelmente deferidas, ou seja, é dum documento que demonstra por si, tecnicamente não é assim tão blindado como isso, um documento que tem dois terços, que ultrapassa neste caso, de contestações aprovadas, é porque tecnicamente não foi tão, tão sólido como isso, há muita gente que ainda não tem a consciência que o terreno que pensa poder destinar à construção da casa do seu filho, não vai poder ser, há muitos Presidente de Junta que só se aperceberam disso demasiado tarde, e já agora tenho que pegar numa intervenção do Senhor Presidente, há bocado, de facto, nós como Grupo Parlamentar recentemente entrado nesta casa, não tivemos de facto oportunidade de acompanhar os trabalhos que envolveram todo este processo ao longo dos últimos anos.

-----A nossa defesa de um voto secreto para este assunto, seria efectivamente dar uma oportunidade aos Presidentes de Junta que neste momento têm alguma frustração, tem alguma revolta por não conseguirem, por não terem podido por incapacidade, por falta de informação, por falta de dinâmica por parte da equipa que liderou o processo, em atender aos anseios e às expectativas de toda a gente. É nesse sentido, houve Presidentes de Junta que conseguiram, houve outros que não e há muita gente ali fora que ainda não sabe o que é que estamos para decidir aqui hoje, e é só nesse sentido que o nosso sentido que participamos deste requerimento para efectivamente poder, poder aplicar mais democracia neste processo, é só isso. -

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Deputado, Rui Correia, registamos também uma intervenção, um pedido de intervenção..., eu estava só a dizer que registamos ainda a inscrição de um Senhor Presidente de Junta, Paulo Hermenegildo, Presidente de Junta de Rabal, falará a seguir.

-----**Rui Correia** – Caro Lourenço, não sabia que o facto de que temos estado aqui a fazer votações de braço no ar, que tinha sido menos democrático, mas fiquei a saber agora que de facto devemos fazer todas as votações por voto secreto que são mais democráticas, não vejo isso assim, o PSD não vê isso assim. Também dizer que a contestar acho que não é a palavra mais correcta, o que foram foi dados contributos, foram apresentadas algumas propostas e tal como o Lourenço referiu e bem, mais de dois terços foram atendidos, atendidos mas de facto não foi só reclamações, contestações, foram propostas de alteração sobre um documento que tinha que existir, funciona assim em todos os lugares, funciona assim, há um documento base, primeiro, é entregue depois a quem pode decidir, quem pode apresentar alterações e a partir daí são apresentadas a quem de direito, foi isso que aconteceu, agora claro que nem todas foram atendidas é verdade, mas muitas foram atendidas, portanto as pessoas podem-se dar por satisfeitas.

-----Em relação ao Luis, de facto a ambiguidade que dá para os dois lados, então se dá para os dois lados e tem funcionado de braço no ar até agora, porque não manter?

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente de Junta de Rabal.

-----**Paulo Hermenegildo** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, caríssimos Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Executivo, Colegas, Comunicação Social. O que me trás aqui é apenas e só dizer e responder ali ao amigo Lourenço. Eu acho que todos os Presidentes de Junta estiveram bem informados, estiveram em reuniões prévias com o

Executivo, com o grupo de trabalho, foram ouvidos e demais a mais também a discussão publica em remos de timing foi feita num período pré-eleitoral bastante aceso, em que até se confundiu politica com algumas petições menos sólidas e menos alicerçadas e isso talvez proporciona-se a que os pedidos que foram feitos ao Executivo, foram de tal maneira inúmeros que felizmente que vieram aprovados, cerca de setenta por cento.

----- No que respeita aos meus colegas, acho que eles efectivamente estiveram sempre bem informados, repito, e por outro lado, congratulo-me que finalmente hoje irá ser aprovado o PDM e faço um apelo à Deputada do CDS/PP, que, finalmente, Senhora Deputada, as pessoas que estão à espera de fazer a casa em sítios que vai ser possível edificar, a partir de hoje irão poder fazê-la, caso contrário a Senhora Deputada disse há bocado que iria enviar para o Ministério Público, se calhar também terá que ser responsabilizada, teria, neste caso, que ser responsabilizada, se este ponto da Ordem de Trabalhos fosse adiado, porque efectivamente há muita gente à espera para fazer a casa no meio rural, no meio urbanos, portanto não vamos confundir politica com execução, acho que temos que cada vez ser mais céleres, mais frontais naquilo que fazemos e temos que agilizar as coisas, portanto, é por isso que o País está como está, por não decisão em muitas coisas, por se atrasar, por se burocratizar por vezes, enfim, é altura de sermos mais objectivos. Obrigado a todos.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Estão terminadas as intervenções, pedidos de esclarecimentos, vamos passar à votação do requerimento. Portanto a Mesa coloca a questão, quem vota contra este requerimento que solicita a votação por voto secreto, da Primeira Revisão do Plano Director Municipal.

-----**Após análise e discussão foi o mesmo requerimento submetido a votação, tendo sido rejeitado, com cinquenta e cinco votos contra, zero abstenções e trinta e seis votos a favor, estando momentaneamente noventa e um membros presentes.**.....

-----**Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Não se registam declarações de voto.

----- Senhor Presidente, agora sim, por favor, para fazer a necessária apresentação do, da Primeira Revisão do Plano Director Municipal de Bragança.

-----**Presidente da Câmara** – Vou proceder à apresentação, procurarei ser sintético, embora ela seja um bocado extensa, porque extenso também foi o conjunto de procedimentos que teve de se desenvolver para a finalização desta proposta.

1.ª REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE BRAGANÇA



19 Mar. 2010

Assembleia Municipal



CALENDÁRIO DA CONCRETIZAÇÃO DA 1.ª REVISÃO DO PDM

- A Câmara Municipal (CM), em reunião ordinária, realizada a 13 de Março de 2000, deliberou dar início ao processo de revisão do PDM, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/95, de 4 de Abril de 1995.
- A 8 de Setembro de 2000, a CM, através de anúncio publicado em DR n.º 208, III Série, dá conta do resultado do Concurso Público para a elaboração do projecto de revisão, sendo adjudicado à Plural, a coordenação dos trabalhos.

-----Lembro que a Câmara Municipal, tomou a deliberação de proceder à revisão do plano em Março de dois mil, em Setembro de dois mil através de anuncio publico, através de anuncio no Diário da República, foi publicitada o trabalho da revisão do Plano Director Municipal, publicitada na terceira série de Diário da República e fixado um prazo para recolha de contributos e sugestões com vista à Revisão do Plano Director.



CALENDÁRIO DA CONCRETIZAÇÃO DA 1.ª REVISÃO DO PDM

- No Diário da República (DR), III Série, de 3 de Fevereiro de 2001, a CM torna público o início do período de elaboração da revisão do PDM. **É fixado um prazo de 30 dias para formulação de sugestões ou apresentação de informações sobre questões no âmbito da revisão do PDM.**

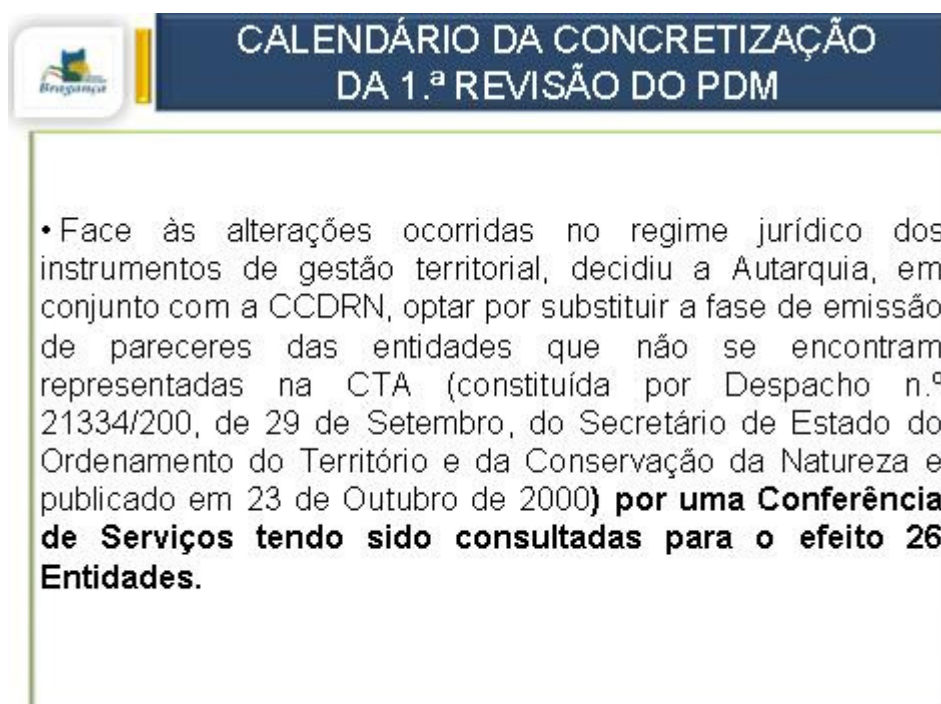


CALENDÁRIO DA CONCRETIZAÇÃO DA 1.ª REVISÃO DO PDM

- *Com diversas entidades, com destaque para as Juntas de Freguesia, a CM realizou reuniões de trabalho com a equipa técnica e os representantes de cada Junta de Freguesia, no sentido de concertação das pretensões apresentadas e da sua viabilização em conformidade com as orientações definidas pela CCDRN e Direcção Geral do Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), trabalho que esteve sempre presente ao longo de todo o processo, conduzindo a uma participação aberta de todos os interessados, mesmo de particulares, que procuraram obter junto da autarquia os esclarecimentos sobre o desenvolvimento do processo e das orientações e propostas técnicas de ordenamento territorial.*

----- Foi desenvolvido um trabalho inicial com diversas entidades, designadamente um trabalho individualizado com cada uma das Juntas de Freguesia, tendo realizado reuniões sectoriais, acompanhadas pela equipa técnica que elaborou o plano, respectivamente a PLURAL, que aqui está presente através do seu responsável, e que tem, contrariamente ao que foi salientado, tem

experiencia e provas dadas na elaboração de mais de quarenta Planos Directores Municipais e vários Planos de Urbanização.



-----Foram realizadas dezasseis reuniões, quero salientar que a recolha de contributos publicitado no Diário da República, foi igualmente publicitada em jornais nacionais, em jornais regionais locais e também através de Editais, portanto houve uma divulgação extensa no

sentido de obter as primeiras sugestões e infirmações tendo em vista a Revisão do Plano Director Municipal. Foram realizadas dezasseis reuniões sectoriais da Comissão Técnica de Acompanhamento, num total de vinte e oito reuniões, sendo dezasseis sectoriais.....

-----A equipa foi acompanhada naturalmente e orientada pela CCDRN.



**CALENDÁRIO DA CONCRETIZAÇÃO
DA 1.ª REVISÃO DO PDM**

- A 29 de Novembro de 2006, aprovação da proposta final da redelimitação da Reserva Ecológica Nacional, (REN).
- A 21 de Setembro de 2007, parecer fundamentado para posterior apreciação e provação pela Comissão Regional da Reserva Agrícola. Parecer elaborado pela CCDRN e Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte .
- A 30 de Setembro de 2008, acta da Conferência de Serviços onde constam os pareceres recebidos.

-----Procedeu-se a uma conferência de serviços, em, tendo sido consultadas vinte e seis entidades públicas, sendo que dentro destas vinte seis estão integradas as entidades que faziam parte da CTA. Em Novembro de dois mil e seis foi aprovada a proposta final de delimitação da Reserva Ecológica Nacional, saliento que esta exigência, esta orientação da Câmara Municipal, ocorreu por uma necessidade de reavaliar a área territorialmente afectada à Reserva Ecológica Nacional. Em Setembro de dois e sete, procedeu-se a uma reunião com vista à aprovação da delimitação da Reserva Agrícola, tendo sido elaborado o parecer pela CCDRN e pela Direcção-Geral de Agricultura e Pescas do Norte. Em Setembro de dois mil e oito, foi concretizada Acta de conferência de serviços, na qual constam os pareceres recebidos das diversas entidades.....



CALENDÁRIO DA CONCRETIZAÇÃO DA 1.ª REVISÃO DO PDM

- A 19 de Novembro de 2008, reunião de concertação com todas as entidades.
- Execução do Relatório Ambiental, por força *cumprimento do disposto no D.L. n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção que lhe é conferida pelo D.L. n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro (RJIGT) e subsidiariamente o disposto no D.L. n.º 232/2007, de 15 de Julho.*
- A 6 de Abril de 2009, parecer final da CCDRN, a que se refere o n.º 3 do art. 75º do RJIGT.

-----Em Novembro de dois mil e oito, procedeu-se à reunião da concertação com as entidades envolvidas, procedeu-se à execução do relatório ambiental. Em Abril de dois e nove, foi emitido o parecer final por parte da CCDRN e que faz parte integrante de toda a documentação publicamente divulgada, e na posse dos Senhores Deputados.....



CALENDÁRIO DA CONCRETIZAÇÃO DA 1.ª REVISÃO DO PDM

- Na reunião ordinária da CM de 14 de Abril de 2009, foi deliberado submeter a Discussão Pública (DP), a proposta da 1.ª Revisão do Plano Director Municipal de Bragança.
- Avaliação e integração por parte da Comissão de Acompanhamento (CMB, CCDRN e PLURAL) dos contributos no âmbito da DP.
- Reunião ordinária pública da CM de 28 de Dezembro de 2009, submeter à aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública da 1ª revisão do PDM.

-----Na Reunião Ordinária de Câmara, catorze de Abril de dois mil e nove, foi deliberado submeter a discussão pública a proposta de Revisão do Plano Director Municipal, salientando, mais uma vez, que a discussão publica foi publicitada em jornais nacionais, em jornais locais, no site da Câmara e através de Editais. Procedeu-se, nessa fase, à realização de sessões públicas de esclarecimento, procedeu a Câmara Municipal, divulgando igualmente essa sessão pública através, digamos, através da imprensa local, procedeu à realização de uma reunião com os elementos das Juntas de Freguesia, convidados individualmente para estarem presentes, os respectivos Executivos das Juntas e Assembleias de Freguesia. E a Assembleia Municipal promoveu igualmente uma discussão pública, que publicitou, convidando os cidadãos a estarem presentes, através da imprensa local.....



CALENDÁRIO DA CONCRETIZAÇÃO DA 1.ª REVISÃO DO PDM

- A 12 de Janeiro de 2010, envio do Plano à CCDRN para emissão de parecer final, nos termos do art. 78º do RJIGT.
- Parecer final da CCDRN emitido a 27 de Janeiro de 2010.
- Cumpridas as normas legais e regulamentares, foi em reunião ordinária de Câmara de 8 de Fevereiro de 2010, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o n.º 1 do art. 79º do RJIGT, submeter o Plano, para aprovação da Assembleia Municipal.

-----Desse processo, de discussão publica, resultou um contributo significativo de contributos, que foram devidamente ponderados, foram avaliados tecnicamente, concertados novamente, de entre as entidades, no sentido de verificar a compatibilidade com os instrumentos de planeamentos, e a CCDRN emitiu um parecer não vinculativo, que enviou para a Câmara Municipal em que diz que o plano se demonstra conforme as disposições legais e regulamentares vigentes, tanto em termos procedimentais como matérias, manifestando-se ainda compatível com os instrumentos de gestão territorial aplicável na área do Município. Comunicação que foi igualmente enviada para a Assembleia Municipal directamente pela CCDRN. Obtido este documento, a Câmara Municipal realizou a reunião em Janeiro de dois mil

e dez, procedeu à realização da reunião, está à frente, a reunião que deliberou, enfim, remeter para a Assembleia Municipal a proposta de aprovação, que é este o documento que hoje está presente.

-----A CTA, que era constituída pelas seguintes entidades: Direcção Regional do Ambiente; Direcção Regional de Ordenamento do Território; Direcção Regional da Agricultura.

**ENTIDADES ENVOLVIDAS - CTA**

Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) – Despacho n.º 21334/2000 de 29 de Setembro, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza e publicado em 23 de Outubro de 2000:

- Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território – Norte;
- Direcção Geral do Ordenamento do Território e de Desenvolvimento Urbano (DGOTDU);
- Direcção Regional de Agricultura de Trás os Montes (Actual Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte);

**ENTIDADES ENVOLVIDAS - CTA**

- Parque Natural de Montesinho;
- Instituto de Estradas de Portugal (Actual Estradas de Portugal);
- Instituto Português de Património Arquitectónico (actual Direcção Regional da Cultura do Norte);
- Instituto Português de Arqueologia (actual Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico);
- Direcção Regional do Norte do Ministério da Economia.

-----Parque Natural de Montezinho; Instituto de Estradas; Instituto Português de Património Arquitectónico; Instituto Português de Arqueologia e Direcção Regional do Norte do Ministério da Economia.

**ENTIDADES CONSULTADAS NÃO REPRESENTADAS NA CTA**

- Direcção Geral do ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano;
- Direcção Regional da Cultura (ex. IPPAR);
- Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (ex. IPA);
- Autoridade Florestal Nacional;
- Autoridade Nacional de Protecção Civil;
- Instituto Geográfico Português;

**ENTIDADES CONSULTADAS NÃO REPRESENTADAS NA CTA**

- Direcção Geral de Energia e Geologia;
- Turismo de Portugal;
- Instituto Nacional de Aviação Civil;
- Administração Regional de Saúde;
- Direcção Geral do Ensino Superior;
- Direcção Regional de Educação;
- Rede Ferroviária Nacional – REFER;



ENTIDADES CONSULTADAS NÃO REPRESENTADAS NA CTA

- Instituto da Mobilidade e Transportes Terrestres;
- Instituto Nacional de Infra-estruturas Rodoviárias;
- Instituto do Desporto de Portugal;
- REN – Rede Eléctrica Nacional;
- Câmara Municipal de Bragança;
- Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros;
- Câmara Municipal de Vimioso;
- Câmara Municipal de Vinhais;
- Administração Regional Hidrográfica.

-----Foram entidades consultadas, não representadas na CTA, estão indicadas, várias entidades, portanto um conjunto de dezasseis, Direcção Geral do Ordenamento, Direcção Regional de Cultura, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico, Autoridade Florestal Nacional, Autoridade Nacional de Protecção Civil, e Instituto Geográfico Português e as restantes entidades que estão apresentadas, continuamos com as entidades, naturalmente ali está a Câmara Municipal de Bragança a mais, digamos, representadas, pois a Câmara Municipal é uma entidade não consultada é um entidade activa, digamos no processo, foi consultada a Câmara de Macedo, Vimioso e Vinhais



ACTOS E PUBLICAÇÕES

- Deliberação e reunião ordinária da CM de 13 de Março de 2000 – Início ao processo de revisão do PDM.
- Abertura de concurso público de selecção de uma equipa projectista para elaboração do projecto de revisão do PDM – DR, III Série, n.º 208 de 8 de Setembro de 2000.
- Constituição da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) – Despacho n.º 21334/2000 de 29 de Setembro e publicado em 23 de Outubro de 2000.
- Início do período de elaboração da revisão do PDM – DR, III Série n.º 29 de 3 de Fevereiro de 2001.

-----Actos e publicações. A reunião Ordinária de Câmara, de treze de Março de dois mil, que deu início ao processo, uma síntese dos principais momentos: abertura do Concurso Público para a contratação da equipa projectista, publicitada em Diário da República; a constituição da equipa técnica por Despacho do Secretário de Estado de vinte e três de Outubro de dois mil; o início do período de elaboração da revisão do Plano director, publicitada em Diário da República.



ACTOS E PUBLICAÇÕES

- Submeter a 1.ª revisão do PDM a Discussão Pública – RC de 14 de Abril de 2009.
- Proposta final de redelimitação da REN – Parecer favorável CNREN, de 29 de Novembro de 2006.
- Proposta final de redelimitação da RAN – Parecer favorável da CRRA, de 21 de Setembro de 2007.
- Parecer da CCDRN, sobre a proposta de definição de âmbito da Avaliação Ambiental – 4 de Março de 2008.

-----A catorze de Abril de dois mil e nove, foi submetida, estou a salientar as principais datas, a discussão pública; a proposta de revisão do Plano Director Municipal, em Novembro de dois mil e seis foi aprovado; foi emitido parecer favorável à delimitação da REN; em Setembro de dois mil e sete, proposta final de redelimitação da Reserva Agrícola Nacional; o parecer da CCDRN sobre proposta de definição de âmbito da Avaliação ambiental, proferida a quatro de Março de dois mil e oito.



ACTOS E PUBLICAÇÕES

- Parecer final sobre o Relatório Ambiental – 29 de Setembro de 2008, emitido pela CCDRN.
- Entrega da proposta final da 1.ª Revisão do PDM – 23 de Janeiro de 2009 (CCDRN).
- Entrega do RA – 17 de Fevereiro de 2009 (CCDRN).
- PARECER FINAL - 6 de Abril de 2009 (CCDRN).

-----O parecer final emitido a vinte e nove de Setembro de dois mil e oito por parte da CCDRN, rubricado por todas as entidades que integram a CTA; Entrega da proposta final da primeira Revisão a vinte e três de Janeiro de dois mil e nove; entrega do relatório ambiental a dezassete de Janeiro de dois mil e nove e o parecer final de seis de Abril de dois mil e nove.



DISCUSSÃO PÚBLICA

- **Período da discussão pública** – 8 de Maio de 2009 a 22 de Junho de 2009.

Iniciativas:

- a) Sessão de esclarecimento com todas as Juntas de Freguesia do Concelho – 12 de Maio de 2009;
- b) Sessão pública de esclarecimento promovida pela CM – 18 de Maio de 2009;
- c) Sessão pública de esclarecimento promovida pela Assembleia Municipal – 25 de Maio de 2009.

-----O período da discussão pública decorreu em oito de Maio de dois mil e nove a vinte e dois de Junho de dois mil e nove. Saliento que a discussão pública foi promovida, digamos num período pré-eleitoral e portanto não nos furtamos ao debate, à recolha de contributos e de posições divergentes daquelas que eventualmente estivessem consignadas na proposta. Concretizaram-se as discussões públicas, já falei sobre elas, que se concretizaram por iniciativa da Câmara e da Assembleia Municipal.



DISCUSSÃO PÚBLICA

- O período de Discussão Pública foi previamente publicitado no Diário da República – Aviso 8854/2009, de 29 de Abril, tendo tido início em 8 de Maio de 2009 e terminado a 23 de Junho 2009, num total de 30 dias úteis. Estiveram disponíveis para consulta pública todos os elementos que constituem o Plano e respectivo Relatório Ambiental.
- Publicitação em 3 jornais locais (Mensageiro Notícias de 8 de Maio de 2009, n.º 3220, jornal Voz do Nordeste de 7 de Maio de 2009, n.º 594 e jornal Nordeste de 5 de Maio de 2009, n.º 656) e um de âmbito nacional (Jornal de Notícias de 6 de Maio de 2009, n.º 339).
- Site do Município.



DISCUSSÃO PÚBLICA

- Do processo de participação pública, há a registar um total de **268** participações recepcionadas.

- Por analogia do preceituado nos n.ºs 5 e 6 do art. 77.º do RJIGT, a CM, informou todos os particulares do resultado do relatório de ponderação das reclamações/sugestões apresentadas no âmbito da discussão pública.

TIPOS DE PARTICIPAÇÕES:

A. O que corresponde apenas a pedidos de esclarecimento: integra as participações que apenas pedem esclarecimentos e que não requerem alterações a elementos do Plano (A1).

-----A publicitação como foi feita também já o salientei.

-----Foram recebidas, em termos de participações públicas, duzentas e sessenta e oito participações, o tipo de participações também consta do documento que foi entregues aos Senhores Deputados.



DISCUSSÃO PÚBLICA

TIPOS DE PARTICIPAÇÕES:

B. O que corresponde à efectiva ponderação de opções: e que se organiza em seis subgrupos, que contemplam, desde questões processuais da gestão urbanística, às questões que se relacionam com a concretização de opções estratégicas da revisão do PDM.

C. O que corresponde a actualizações e rectificações: integra os compromissos efectivos, as correcções por falha ou omissão no tratamento dos dados, ou por incompatibilidade com servidões e outros que não decorram de opções concretas da revisão do PDM, mas sim do reconhecimento legal ou efectivo de situações existentes.



-----Foi do tipo A, B e C, enfim, elas são ditas, como foram desagradadas, digamos a contabilização pelo tipo, pelo grupo que foi considerado, pelos três grupos que foram considerados.....

Quadro 1: Participações por Grupo

Grupo	Nº de participações	%
A - Pedidos de Esclarecimentos/ Comentários	3	1,1
B - Ponderação de Opções	262	97,8
C - Actualizações e rectificações	3	1,1
TOTAL	268	100,0



DISCUSSÃO PÚBLICA

Quadro 2: Participações por Apreciação/ Ponderação

Apreciação/Ponderação	Nº de participações	%
Favorável	89	33,2
Desfavorável	81	30,2
Parcialmente favorável	92	34,3
A corrigir	3	1,1
Sem decisão (associado ao Grupo A)	3	1,1
TOTAL	268	100,0

-----À apreciação tida em sede de avaliação e ponderação, por parte das entidades envolvidas, respectivamente com, totalmente favorável - trinta e três virgula dois por cento; desfavorável - trinta virgula dois. Quando se fala de desfavorável, são situações de incompatibilidade com os instrumentos legais e de planeamento, parcialmente favorável, a corrigir, sem decisão, associada ao grupo A, portanto um total de sessenta e sete por cento entre favorável e parcialmente favorável, ou seja, um, a discussão pública serviu, inquestionavelmente, para melhorar o conteúdo do documento, particularmente pelo envolvimento dos Senhores Presidente de Junta de Freguesia.



REFLEXÃO ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO

Objectivo Central:

Bragança, um Concelho de Qualidade renovada e Competitivo

Linhas Estratégicas de Desenvolvimento:

A. Reforçar a imagem da cidade de Bragança
como espaço de inovação, pólo regional, elo de ligação internacional, centro de serviços de apoio às empresas e centro comercial e cultural

B. Consolidar a oferta de equipamentos e infraestruturas e qualificação dos espaços públicos nas áreas rurais procurando garantir uma maior competitividade na captação de novas áreas habitacionais e reforçando a coesão social

C. Valorizar economicamente os produtos tradicionais e os recursos do património natural, cultural e paisagístico, dinamizando a exploração de potencialidades endógenas



REFLEXÃO ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO

A 1ª Revisão do PDM de Bragança procura:

Estruturação e Requalificação Urbana

- Definir um novo modelo territorial do sistema urbano (hierarquia urbana proposta/ nucleações)
- Delimitar de forma mais rigorosa os perímetros urbanos;
- Promover a consolidação e revitalização dos núcleos urbanos consolidados;
- Programar novos espaços a edificar;
- Definir novas áreas para equipamentos e espaços verdes;
- Melhorar a mobilidade urbana
- Propor projectos (UOPG) que promovam a reabilitação urbana





REFLEXÃO ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO

A 1ª Revisão do PDM de Bragança procura:

Valorização Ambiental e Patrimonial



- Definir uma estrutura ecológica urbana e municipal que assegure os espaços e corredores ecológicos determinantes para o território e para a população
- Articular o desenvolvimento concelhio com a presença das áreas da Rede Natura 2000 e do Parque Natural de Montesinho, numa perspectiva não só de preservação destes espaços mas também da sua divulgação e vivência
- Garantir a preservação do património natural e cultural através da definição de princípios e regras
- Identificar intervenções necessárias na melhoria dos sistemas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e recolha e tratamento de resíduos sólidos



REFLEXÃO ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO

A 1ª Revisão do PDM de Bragança procura:

A ruralidade



- Apostar na estruturação e qualificação dos aglomerados
- Evitar a excessiva ocupação do solo rural por novas edificações assumindo assim os princípios e orientações nacionais para o ordenamento do território
- Regrar as intervenções no território agrícola de forma a preservar a sua integridade, sabendo que para tal é fulcral a manutenção da presença humana no mesmo
- Potenciar o aproveitamento dos recursos endógenos, criando regras no solo rural que promovam a valorização dos produtos locais



REFLEXÃO ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO

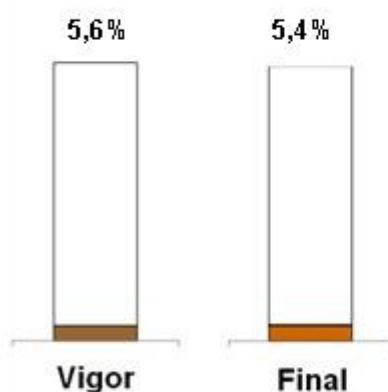
A 1ª Revisão do PDM de Bragança procura:

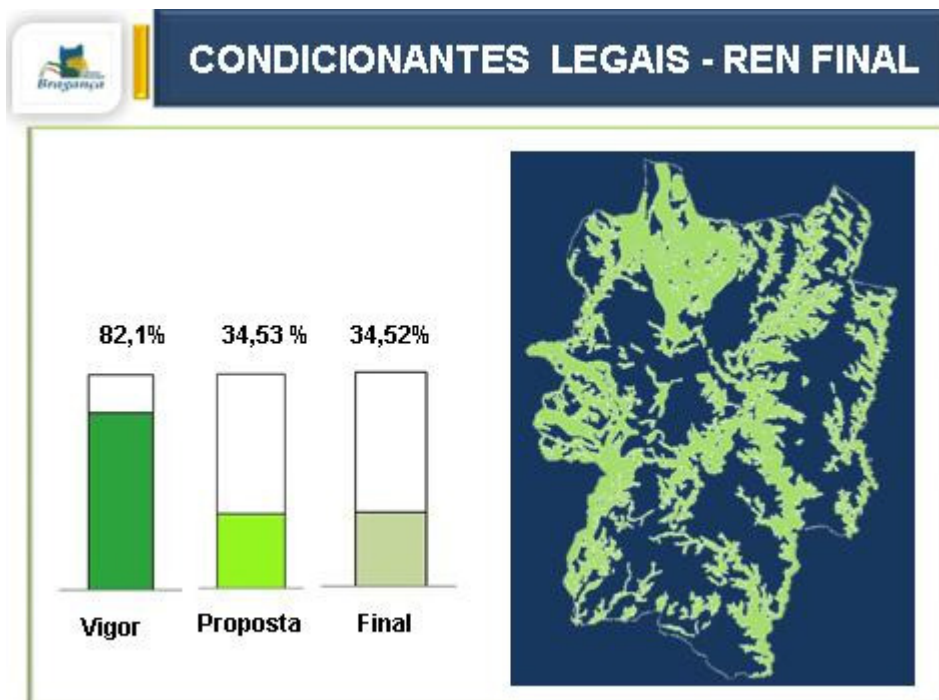
Desenvolvimento Económico

- Criar oportunidades para a fixação de novas actividades empresariais e económicas, nomeadamente através da criação de uma plataforma logística
- Melhorar as acessibilidades através da definição de uma hierarquia da rede viária e da integração do projecto do aeroporto regional
- Fomentar o desenvolvimento de projectos turísticos através de UOPG propostas



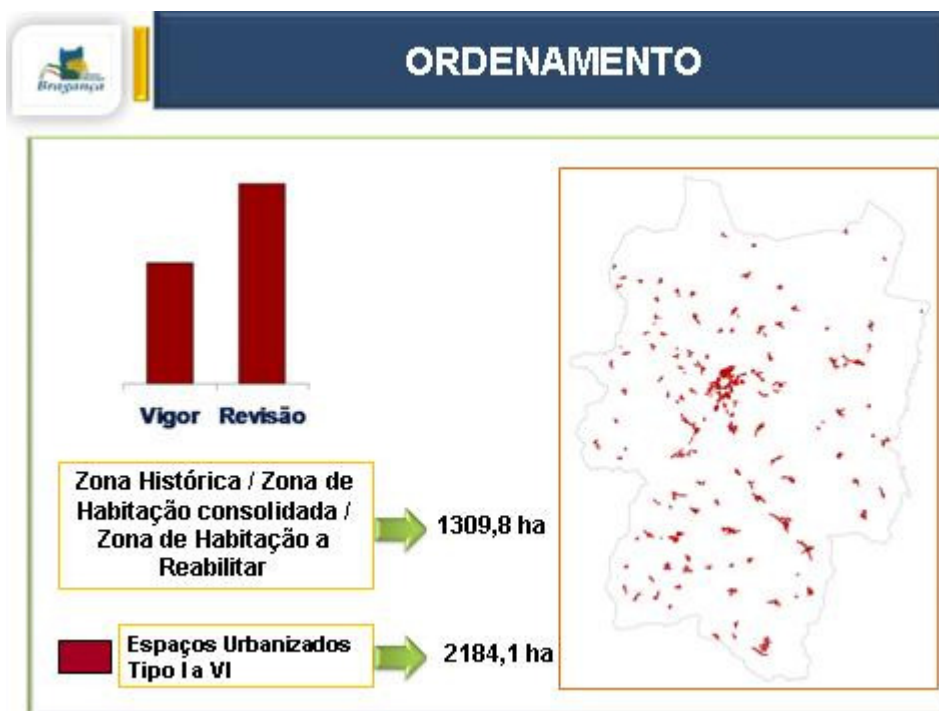
CONDICIONANTES LEGAIS - RAN FINAL





-----Como objectivos centrais eles constam da proposta. Podemos evoluir também, enfim, tudo isto são documentos, é informação que já foi passada durante a discussão pública e as sessões de discussão pública.

-----Temos uma nota relativa à REN final, a REN em vigor é de cinco virgula seis por cento, a RAN final é de cinco virgula quatro por cento, a REN final em vigor era de oitenta e dois virgula um por cento, afinal é de trinta e quatro virgula cinquenta e dois por cento. Houve a preocupação de libertar os perímetros urbanos dos aglomerados rurais no sentido de facilitar as actividades quer sob o ponto de vista de construção mas particularmente sob o ponto de vista das actividades económicas, que o actual Plano Director Municipal é extremamente restritivo relativamente a iniciativas de âmbito económico e esta solução é de facto uma solução que permite e dá oportunidades significativas em termos da instalação de actividade económica na área rural, impedidas pelo Plano Director Municipal em vigor.



-----Do ordenamento, estão as áreas que estavam no actual plano em vigor e as que estão.....



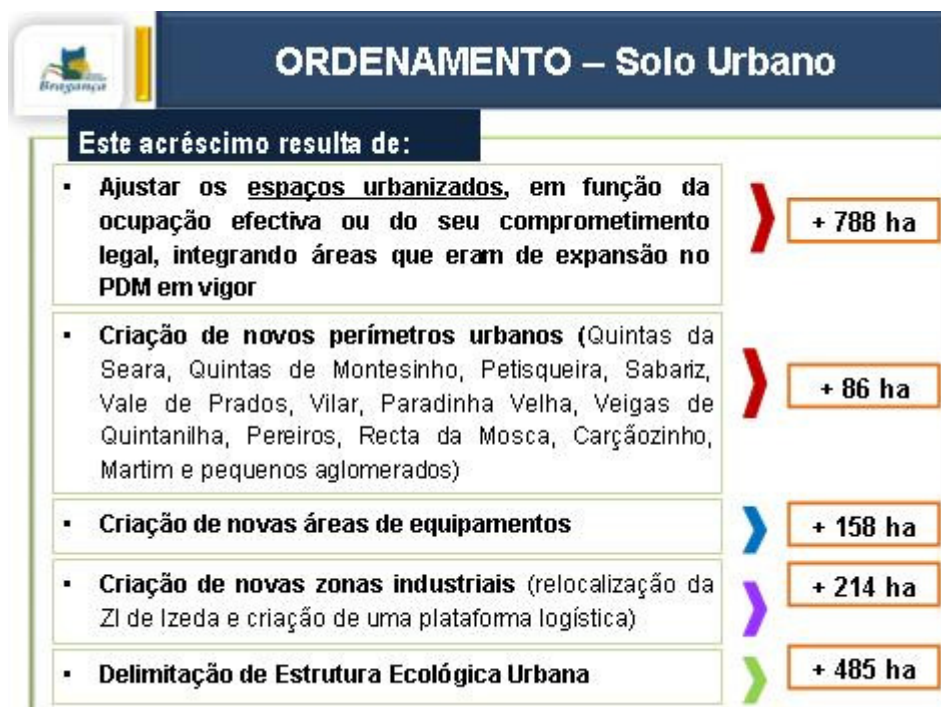
-----As áreas para equipamentos colectivos no actual documento e as áreas que estão propostas, portanto, sensivelmente mais que o dobro das áreas previstas.

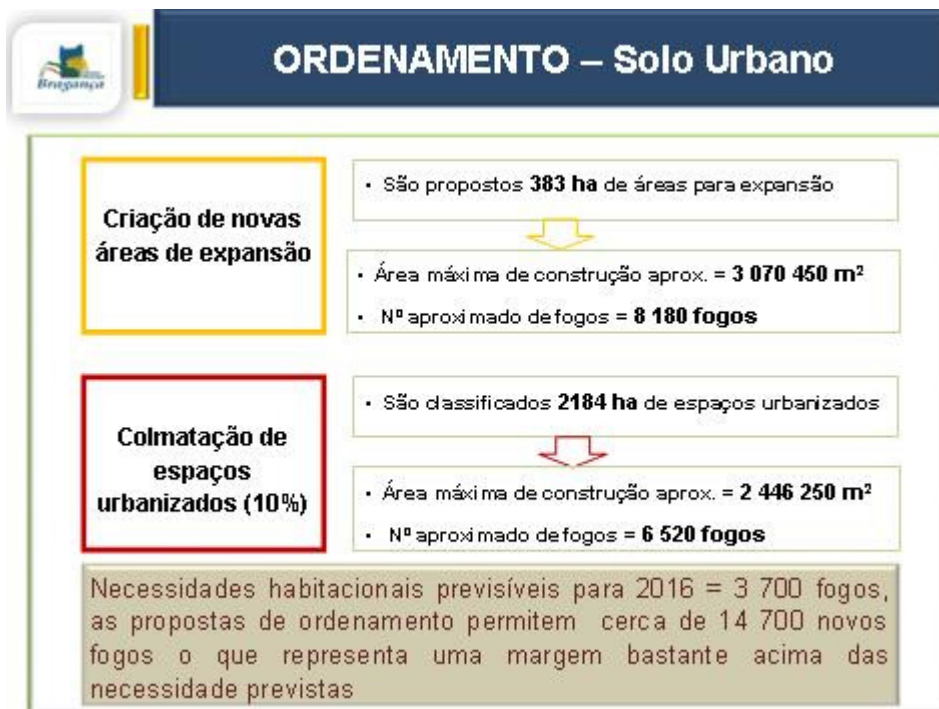


-----A parte industrial, também uma evolução muito significativa, enfim, não houve evoluções da discussão publica para a versão final, enfim, não houve nenhuma sugestão de correcção ou de diminuição ou de ampliação das áreas industriais e logísticas previstas, portanto estamos a falar de mais do que de duplicação do espaços destinados à actividade industrial.....

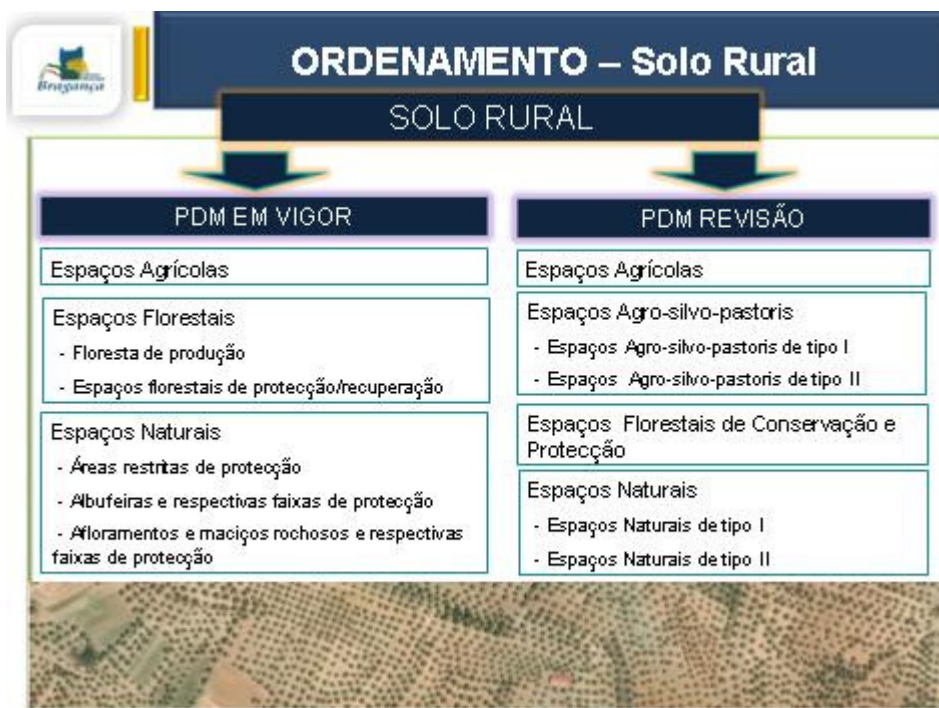


-----Estrutura ecológica, revista, com indicação de um grande avanço que ocorreu nessa área, também fruto da elaboração do Plano de Urbanização. Este quadro de síntese do Ordenamento, digamos da forma de ocupação de solo, aquilo que era o plano em vigor e o que é a Revisão do Plano Director Municipal, há, de facto, uma evolução muito significativa neste âmbito.





-----Esse acréscimo resulta dos ajustamentos de espaços urbanizados, da criação de novos perímetros urbanos, da criação de perímetros urbanos..., a Quinta das Searas, Quintas de Montezinho, Petisqueira, Sabariz, Vale de Prados, Vilar, Paradinha Velha, Veigas de Quintanilha, Pereiros, Recta da Mosca, Carçãozinho, Martim, pequenos aglomerados, não tinham perímetros urbanos no actual Plano Director Municipal, que dificultava as operações de licenciamento, essa situação está corrigida, a criação de novas áreas de equipamento em mais cento e cinquenta e oito hectares, a criação de novas zonas industriais em mais duzentos e catorze hectares, a delimitação da estrutura ecológica em mais quatrocentos e oitenta e cinco hectares. A criação de novas áreas de expansão, o que permite acolher seguramente sem margem nenhuma de reserva digamos, o crescimento possível em termos de novos fogos nos próximos anos, portanto há uma capacidade disponível para mais catorze mil e setecentos fogos novos, portanto, para além de toda a construção que existe nos espaços, nos aglomerados urbanos das aldeias e da cidade e da Vila de Izeda, onde há muito fogo para reabilitar, para além disso há esta previsão de capacidade adicional o que significa que no nosso Município não haverá limitações de iniciativa ao nível da construção de habitação, ao nível das iniciativas industriais, ao nível das iniciativas de equipamentos.....





ORDENAMENTO – Solo Rural

ESPAÇOS AGRO-SILVO-PASTORIS DE TIPO II: OCUPAÇÕES E UTILIZAÇÕES

Usos	Dimensão mínima parcela	PDM actual
Edifícios existentes, conservação, reconstrução, alteração e ampliação	A parcela existente (ampliação até 30%)	=
Habitação para residência habitual de titulares de explorações agropecuárias	11 000 m ²	Em função da unidade mín. de cultura (5000, 20000 ou 30000 m ²)
Anexos para apoio à actividade florestal, agro-florestal, silvopastoril e agrícola de exploração	10 000 m ²	Por cada 1000m ² – i=0,05
Instalações destinadas à actividade agro-pecuária e alojamentos para animais	5 000 m ²	30 000 m ²
Estabelecimentos industriais e agro-alimentares, de fabrico, transformação e venda de produtos afectos à agricultura, silvicultura e pecuária não enquadráveis nos espaços industriais	5 000 m ²	30 000 m ²
Empreendimentos turísticos	10 000 m ²	Por cada 30000m ² – i=0,08
Estabelecimentos de restauração e bebidas	10 000 m ²	Não permitido
Equipamentos de utilização colectiva	Variável consoante o equipamento	=



DOCUMENTOS QUE INTEGRAM A PROPOSTA FINAL

Estrutura FINAL do PDM

O PDM é constituído por:

Regulamento **Volume III**
 Planta de Ordenamento
 Planta de Condicionantes (desdobrada em 4)

O PDM é acompanhado por:

Relatório da Proposta **Volume II**
 Programa de Execução e Financiamento
 Carta Educativa
 Relatório Ambiental
 Mapa de Ruído
 Relatório de Ponderação da Discussão Pública
 Peças desenhadas (EEM, Rede Viária, Ruído – Zonas Mistas/ Sensíveis/ Conflito e Risco de Incêndio - PMDFCI)

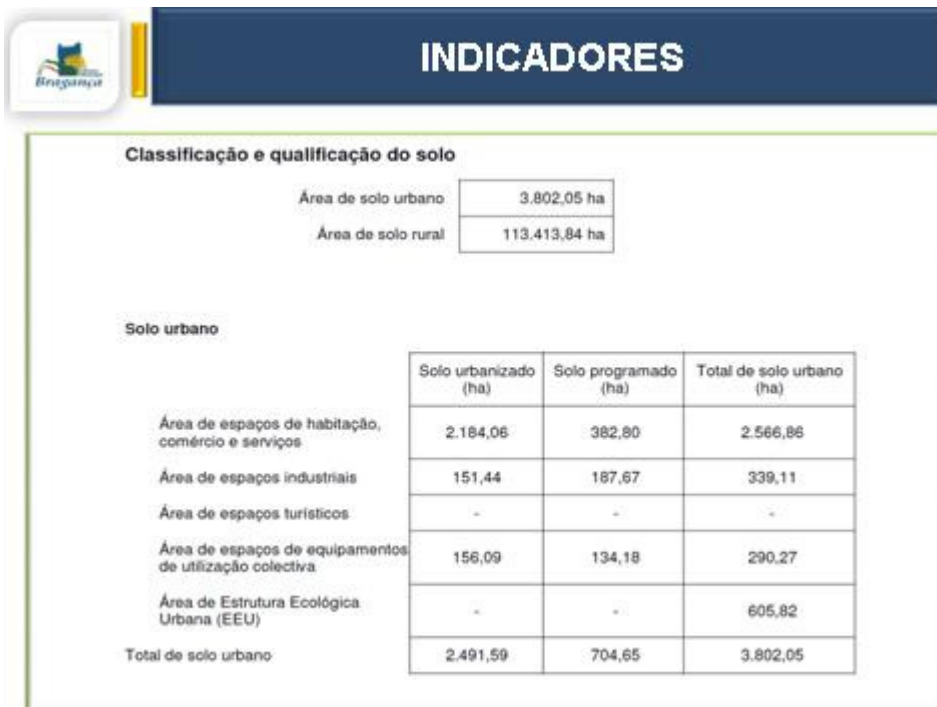
Estudos de Análise e Diagnóstico **Volume I**
 (relatório e peças desenhadas)

-----A forma como está o solo rural estruturado, no anterior Plano Director e no actual, na proposta, relativa ao solo rural como se estrutura, neste momento, na nova proposta, uma indicação relativa ao uso dos espaços silvopastoris do tipo dois, em que este Plano Director Municipal digamos é um plano mais aberto, bastante menos restritivo do que a versão actual do Plano Director.

-----A proposta final é constituída pelo Regulamento, pela Planta de Ordenamento, a Planta de Condicionantes, é acompanhado pelo volume dois, que integra o Relatório da Proposta, o Programa de Execução, A Carta Educativa, Relatório Ambiental, Mapa de Ruído, Relatório de Ponderação da Discussão Pública, Peças Desenhadas e pelo Volume Um que é, faz os Estudos de Análise e Diagnósticos, Estudos de Análises e Diagnóstico.

----- Naturalmente, que tendo iniciada há uma década o processo de Revisão do Plano Director Municipal, enfim, tem algumas restrições. As restrições não são, assim, pela política actual a situação económica no País coloca, eventualmente, assim e questiona instrumentos bem mais recentes como seja o PNAPOT e até o PROT.....

INDICADORES	
Valores Globais	
Área do município	117.215,89 ha
Ano de referência do PDM	2001
Ano horizonte do PDM	2016/2020
Servidões e restrições de utilidade pública	
Áreas Protegidas	43.717,46 ha
Rede Natura	70.438,36 ha
Área Protegida em simultâneo com Rede Natura	70.482,07 ha
Albufeiras de Águas Públicas, incluindo zona de protecção	529,05 ha
Reserva Ecológica Nacional	40.513,03 ha
Reserva Agrícola Nacional	6.354,54ha
Regime Florestal	19.914,04 ha

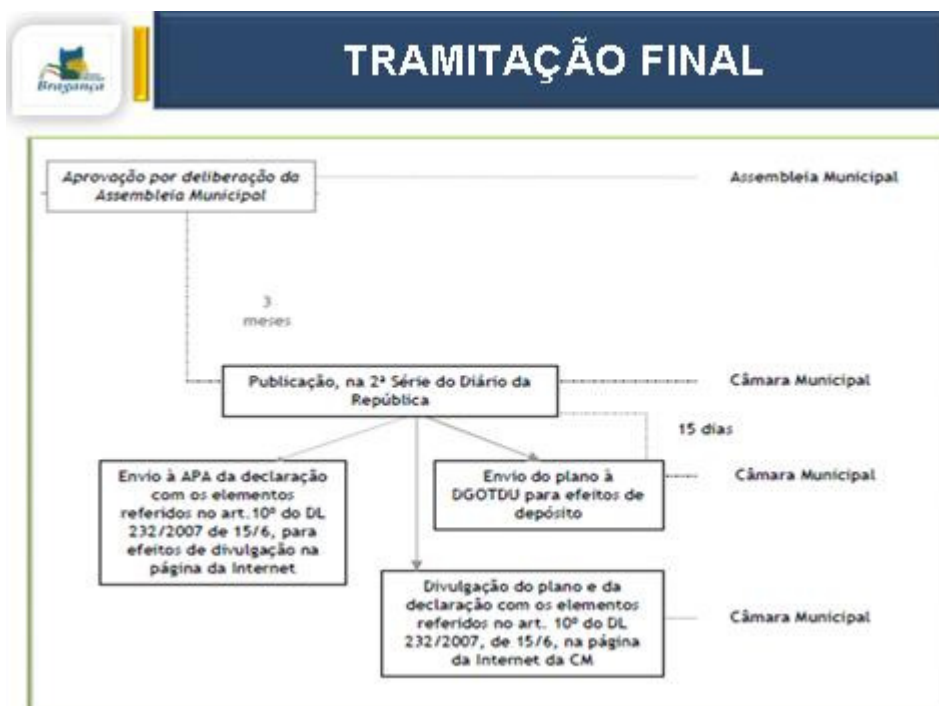


-----Alguns indicadores principais, no que diz respeito à previsão do uso do solo. O município tem cento e dezassete mil duzentos e quinze hectares, o ano de referencia da revisão é de dois mil e um, ano horizonte dois e dezasseis / dois mil e vinte, as servidões e Restrições de Utilidade Pública.

-----Classificação entre solo urbano e solo rural, portanto, temos cerca de, temos qualquer coisa como três, temos três virgula vinte quatro por cento de solo urbano contra noventa e seis, setenta e seis de solo rural, temos com, no Município de facto de grande dimensão. O solo urbano, como ele está, em solo urbano, solo programado e o total do solo urbano por classes de uso.--

INDICADORES	
Solo rural	
Área de espaços agrícolas	3.438,14 ha
Área de espaços agro-silvo-pastoris	56.155,64 ha
Área de espaços florestais de conservação	47.936,57 ha
Área de exploração mineira	221,85 ha
Área de espaços naturais	5.661,61 ha
Estrutura ecológica municipal	
Área de estrutura ecológica urbana	605,82
Área de estrutura ecológica em solo rural	77.874,06 ha

-----No solo rural o que são os espaços agrícolas: espaços agro-silvo-pastoris, assim sucessivamente, espaços florestais; área de exploração mineira; área de espaços naturais; a estrutura ecológica municipal.....





PUBLICAÇÃO

- Publicação na II Série do Diário da República;
- Disponível no site da Câmara Municipal;
- Disponível no site da Direcção Geral Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

-----E finalmente a Assembleia Municipal tem a competência para aprovar esta proposta. Será publicitada no Diário da República, iniciativa da Câmara Municipal, no prazo de quinze dias envia à DGOUTDU para efeitos de depósito, envia à Agência Portuguesa do Ambiente a declaração dos elementos nos termos indicados e procede à divulgação do Plano e da Declaração com os elementos nos termos constantes da Lei, na página da Câmara Municipal, iniciativa da Câmara, onde se encontra já o Plano de Urbanização.....



REVISÃO

- A revisão dos Planos Municipais podem ocorrer nos termos do artigo 98.º do RJGT, da necessidade de adequação do mesmo, seja a médio e longo prazos, de condições económicas e sociais entre outras. (obs. Só pode ocorrer decorridos 3 anos sobre a entrada em vigor).
- Situações que decorram de suspensão do plano e que estejam em causa a sua adequação em interesses públicos.
- Obrigatoriamente revistos decorridos 10 anos, após entrada em vigor ou após a sua última revisão.

-----Em termos de objectivos estratégicos, neste Plano Director Municipal, queria salientar quatro, a estruturação e qualificação urbana do território, a valorização ambiental e patrimonial dos recursos do Concelho, promover o território rural e a sua ocupação humana, promover o desenvolvimento económico, a qualidade de vida e o bem estar dos cidadãos, como resultados esperados, melhor ordenamento urbano, aproveitando infra-estruturas e incentivando a reabilitação, melhor ordenamento do espaço rural e de actividades económicas, actividades turísticas, agro-industriais e de explorações agrícolas não enquadráveis em zonas industriais, situação que o actual PDM impossibilita, a evolução ao nível da actividade industrial da logística dos transportes, este plano promove de forma clara áreas com aptidão a esse nível. E finalmente o quatro - perspectiva em termos de resultado, a preservação e valorização do património Concelhio, dos valores culturais e naturais.....

----- Penso que estamos perante um bom plano, uma boa proposta de plano, que teve muita participação, muita discussão.

-----Evidentemente que os actores vão mudando, faz parte das regras da democracia, os momentos para a discussão e para a integração de contributos para as propostas de plano têm também, nos termos da Lei, das regras democráticas, os seus momentos e todos esses momentos foram respeitados, foram devidamente promovidos, no sentido de que este instrumento de planeamento fosse um instrumento que recolhesse o máximo, que viesse a recolher o máximo de contributos dos cidadãos de forma estruturada, de forma suficientemente

acompanhada para que a politica Municipal se possa rever neste instrumento de planeamento, salientando que não é com, só com o Plano Director Municipal que se resolvem os problemas do desenvolvimento, há outros instrumentos de planeamento e de politicas regionais e nacionais que se sobrepõem naturalmente às politicas locais, ao Plano Director Municipal.....

----- O Plano Regional de Ordenamento do Território foi um documento que esteve também recentemente em discussão pública, houve alguns contributos de, estruturados por parte de entidades e instituições do nosso Município, há muitas pessoas a quem, digamos a quem este processo de discussão do Plano Regional, de politicas de Ordenamento do Território passou à margem e há o Plano Nacional de Politicas de Ordenamento do Território, há uma hierarquia de planos, há uma hierarquia de politicas, há uma hierarquia digamos e uma integração necessária entre os instrumentos de planeamento.

-----O Plano Director Municipal respeita naturalmente todos esses procedimentos conforme a CCDRN, instrumentos de planeamento conforme a CCDRN salienta e pensamos que este, esta proposta de plano é inquestionavelmente uma boa proposta, apresentada à Assembleia, bem estruturada tecnicamente, com uma participação extremamente alargada em termos de entidades públicas, vinte e seis entidades públicas emitiram o seu parecer sobre esta proposta, a CCDRN coordenou de forma muito empenhada este processo e a equipa técnica PLURAL, conjuntamente com os técnico do Município, dão seguramente através desta proposta também um excelente contributo para uma proposta de plano e ordenamento do território que pode ser, que é revista obrigatoriamente, penso que no prazo de dez anos, mas que pode ser revista passados três anos haver revisões pontuais.....

-----Houve uma preocupação muito significativa no sentido de, para o espaço rural, proporcionar e eliminar muitos condicionamentos que resultavam da existência de uma Reserva Ecológica excessiva, de uma impossibilidade de licenciar pequenas actividades económicas que também não se enquadravam nas zonas industriais. Há uma perspectiva evidente, nestes documentos, de criar novos espaços industriais no sentido de colher novas incitativas económicas, de estruturar e criar condições para acolhimento de plataformas logísticas de aumentar as áreas de equipamentos, ou seja, não é, não será seguramente, por falta de possibilidade a nível do Plano Director Municipal que a actividade económica não evolui, outros instrumentos de politica pública são absolutamente indispensáveis para complementar os instrumentos de politica local para que se estabelece mais coesão em termos territoriais, para que se esbatam mais as desigualdades e para que o interior continue a ter oportunidade.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente, pela apresentação que fez. Agora devolvemos a palavra aos Deputados, pedindo que se inscrevam, se entenderem, para o período de esclarecimentos. Ora vamos ter a devida atenção. A Mesa registou três pedidos de esclarecimentos, Senhor José Brinquete, faz favor tem a palavra, de seguida o arquitecto Ortega e depois Ana Cláudia.

-----**José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a CDU gostava de ver ainda algumas coisas melhor esclarecidas, e iria coloca-las para ver se é possível, e passo directamente a essas questões;.....

-----Ainda não ficou bem claro o que é que se pretende com a Revisão do PDM, o porquê e o para quê desta Revisão?

----- Nos perímetros urbanos o espaço para construção está esgotado?

----- Pergunta-se face à afirmação que o Senhor Presidente fez há pouco:.....

----- Da análise prospectiva prevê-se algum crescimento demográfico para a próxima década? Como é que estes dados se reflectem na definição e implementação dos equipamentos públicos?

----- O Município sabe quantas habitações estão ocupadas e quantas estão vazias?

----- Como resolver a situação critica da Zona Histórica?

----- Porquê expandir mais a Cidade?

----- Qual a evolução das actuais três zonas industriais?.....

----- Para quê novas zonas industriais?

----- Qual o papel do futuro Parque Tecnológico?.....

----- Como se avalia o definhamento (morte lenta) da Vila de Izeda? E, que medidas concretas para alterar esta situação?.....

----- Que explicações existem para que Rabal tenha perdido trinta e oito virgula quatro por cento da sua população e o Parque Natural de Montezinho, vinte virgula seis por cento?

----- Quantas casas foram construídas fora da zona do PDM, neste últimos dez anos?

----- Há aldeias que estão mortas e há aldeias que ainda estão vivas. O que preconiza o PDM para esta área?.....

----- Existe uma estratégia coerente que sustente linhas de desenvolvimento, a médio e a longo prazo? Era tudo.

-----**Presidente da Mesa** – Muito bem, a inscrição seguinte, Ana Cláudia, depois é o Ortega, primeiro é a Ana Cláudia.

-----**Ana Cláudia** – Os meus pedidos de esclarecimento são, reduzem-se a meia dúzia. Ouvimos o Senhor Presidente apresentar a proposta de Revisão do PDM de Bragança, mas curiosamente incidiu substancialmente sobre questões procedimentais, formais, de apreciação do plano e insistiu que o plano foi participado, que teve a intervenção de várias entidades, eu preferia ter ouvido que o senhor Presidente justifica-se, nomeadamente, opções de fundo, porque é que no PU faz uma contenção do perímetro urbano e agora volta a alargar no PDM, por exemplo. Porque é, quais são as políticas que levam ao, ou quais são os fundamentos que levam ao alargamento dos perímetros urbanos, quando precisamente as orientações do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, são exactamente no sentido inverso, ou seja, de haver contenção dos perímetros urbanos, não temos espaço suficientemente desabitado e desocupado já, não seria melhor apostar em políticas de colmatação de espaços do que estar a criar ainda mais assimetrias de ocupação?.....

-----Segunda questão - quais os procedimentos de gestão urbanística que foram suspensos no âmbito, ou seja, quando a revisão do PDM foi para discussão pública?

-----Quais, se há, se é que há, os encargos que apresenta Revisão do Plano, tem, nomeadamente, se põe em causa ou não actos administrativos constitutivos de direitos dos particulares e se sim, quais? Nomeadamente informações prévias favoráveis, projectos de arquitectura aprovados, loteamentos aprovados. E perguntar qual é a intenção da Câmara e como é que pode a Câmara dizer que nós estamos, e dizer que estamos a aprovar uma Revisão de um Plano para dez anos quando a Câmara sabe, que tem Decretos Regulamentares que a obrigam a fazer a adaptação da presente proposta aos novos critérios de classificação e qualificação do solo? O que eu estou a dizer é, aquilo que hoje é solo rural, ou melhor, aquilo que à data era solo rural ou solo urbano, tendo a Câmara Municipal que adaptar, que se adaptar aos critérios de classificação e qualificação novos, só por coincidência é que poderemos fazer uma sobreposição das classes de espaços e das categorias de espaço, eu pergunto porque é que a Câmara nos está a dizer que isto é um Plano para dez anos. Não é, isto é um Plano para dois anos, portanto eu queria que ficassem com esta percepção, determinam aqueles Decretos Regulamentares que a adaptação no prazo de três anos, do Plano, portanto não estando adaptados aqueles critérios de classificação, nós daqui a uns meses ou um ano estamos a discutir outra vez as opções do Plano, e portanto perguntava, como é que, o que é que a Câmara pretende fazer nesse procedimento que tem obrigatoriamente que adoptar?

-----E depois, já para não falar nomeadamente qual a legitimidade que a Câmara se arrogou ter, para após as participações do público, dos munícipes, no âmbito da discussão pública, ter

feito alterações ao Plano que, do meu ponto de vista, são alterações essenciais que alteram a estratégia do Plano, nomeadamente, isto está assumido, isso está assumido num documento que efectivamente nos foi distribuído, em que faz reclassificações de solos, em que faz alargamento de aglomerados e portanto, essas alterações em função das participações dos particulares, implicaria uma nova discussão pública que não foi feita, portanto, quanto a mim a questão das irregularidades e legalidades do Plano não se ficam apenas pela falta do elemento essencial que não foi entregue à Assembleia. Muito obrigado.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhora Deputada. Senhor Deputado, Ortega, do Partido Socialista, faz favor, dispõe da palavra.....

-----**João Ortega** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, a todos os presentes.

-----À semelhança do que já fiz aquando da aprovação do Plano de Urbanização, vou deixar de lado as questões de fundo que outros tratarão delas e vou a questões muito particulares, nomeadamente ao Regulamento proposto para o PDM, onde ao contrário do que já foi afirmado aqui, eu penso que de facto não estamos tão conscientes daquilo que o PDM está a propor, se é que isso é possível, como já foi referido pelo meu colega de bancada, porque, por exemplo, relativamente ao quadro um, da página quinze do Regulamento, e relativamente ao regime de edificabilidade nos espaços agrícolas, é proposto agora a área de vinte mil metros quadrados para a construção da habitação própria do agricultor nesse caso, já que estamos num espaço agrícola sendo possível a construção de dois pisos e uma área máxima de construção, pressupõe-se que seja nesses dois pisos, quatrocentos metros quadrados. Estamos conscientes de que o PDM está a propor isto ou seja, o que foi dito aqui, de que as pessoas que estão à espera amanhã de ter resolvido o seu problema, não é por aí, eu penso que amanhã terão bastantes mais dificuldades em ter, são vinte mil metros quadrados da parcela mínima e eu já o disse no PU também que o problema aqui é que nós não avaliamos o PDM anterior, porque defende-se e é consensual que a concentração dos aglomerados é um princípio a defender.

-----A verdade é que Trás-os-Montes sempre teve aglomerados concentrados e eu desafio que se faça a avaliação do PDM que impôs áreas mínimas para construção, se isso contribui para a concentração ou para dispersão da construção. E quando estamos a ampliar a área de construção necessária da parcela para poder construir, estamos contra aquilo que era a vontade expressa, a contribuir para a dispersão da construção. É que quando não havia áreas, construíamos junto ao aglomerado, na parcela que tínhamos disponível, agora em Trás-os-

Montes quais são as parcelas que na proximidade imediata do aglomerado tem vinte mil metros quadrados? Ou seja, em lugar de construirmos na proximidade imediata, vamos construir longe do aglomerado, porque é aí onde será possível encontrar parcelas com vinte mil metros quadrados, e isto aplica-se ao quadro um, mas aplica-se também ao quadro dois, para edificabilidade em espaços agro-silvo-pastoris onde são os mesmos vinte mil metros quadrados mas agora só já se podem construir duzentos metros quadrados, ou seja, qual é a diferença ou que justificação eu tenho para que num lugar eu possa construir uma habitação. Uma habitação rural tem uma série de necessidades que a urbana não tem, e neste espaço agora a totalidade da habitação só pode ter duzentos metros quadrados, isso serve a quem? A que agricultor em Trás-os-Montes?

-----E porque são duzentos metros quadrados?

-----Mas, por exemplo, para os estabelecimentos industriais que agora e bem, podem ser construídos, a parcela é dos mesmos vinte mil metros quadrados, pode ter dois pisos, pode ter seis metros e meio de altura, mas também só pode ter duzentos metros quadrados enquanto que no quadro um podia ter dois mil metros quadrados, estamos a falar de um armazém, estamos a falar de uma construção para uma actividade industrial e agro-alimentar, duzentos metros quadrados numa parcela de vinte mil metros quadrados.

----- Mas poderemos passar para o quadro três e estamos agora nos agro-pastoris tipo dois, em que já só posso ter quatro metros e meio de altura com dois pisos para cumprir o RGEU, quatro metros e meio só dá para um piso e estamos a falar de cérceas, se a cércea é a cobertura, se é a parte mais baixa da cobertura, se é o cume da cobertura, não sei se seria possível esclarecer, e estes valores vão variando sem que haja uma razão, uma explicação e que consequências é que isto tem, porque a pergunta que eu faço é de que se este modelo foi testado, ou seja, por exemplo, se pegarmos nos pedidos que foram feitos à Câmara Municipal no ultimo ano e se se tivesse aplicado o modelo de que o actual PDM propõe, que consequências isso teria ao nível do licenciamento de obras na Câmara Municipal?

-----Há uma resposta para isso? Isso foi testado ou vamos testá-lo agora pela impossibilidade de construir uma série de coisas e os Senhores Presidente das Juntas estão conscientes dessa impossibilidade? Alguém está consciente dessa possibilidade ou impossibilidade? Posso acrescentar e penso que essas são as questões, as questões fundamentais.....

----- Há depois algumas questões de pormenor porque, por exemplo, a alínea a) do número dois do artigo vigésimo nono, diz que nos espaços naturais tipo um, é possível a conservação, reconstrução, alteração e ampliação de vinte por cento. Penso que será fácil de perceber que se

poderá ampliar vinte por cento, mas a verdade é que lido integralmente o que aqui está, poderá haver alguém que interprete e esse alguém poderá ser a Câmara Municipal que hoje pode ser esta mas daqui a dez anos será necessariamente outra, de que, nestes espaços só é possível conservar vinte por cento da edificação existente, é um pouco por absurdo mas é o que, vamos ficar dependentes da interpretação como ficamos dependentes da interpretação noutros pontos, e põe-se aqui também uma outra questão, se, por exemplo, no quadro cinco, está cá o regime de edificabilidade definido para esta subcategoria aplica-se quando não esteja em vigor o Plano de Urbanização para a Cidade de Bragança. Ora, o Plano de Urbanização está em vigor, portanto acho que isto não faz sentido aqui, mas se isto fosse aplicado, em que, por exemplo, aqui no ponto dois diz que excepto em habitação unifamiliar, cujo numero máximo de pisos é dois, ou seja, se o numero máximo de pisos é dois, eu dou o exemplo dos lotes que a Câmara vendeu há pouco tempo para fixar aqui população e parece-me que muito bem, em que prevê, cave, rés-do-chão, primeiro andar e possibilidade de utilização do sótão, ou seja quatro pisos enquanto que o que aqui está escrito, está dito, que para habitações unifamiliares, o numero máximo de pisos são dois. Penso que valeria a pena testar a aplicabilidade do sistema proposta e ver as consequências.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Mais pedidos de esclarecimento? Não há mais pedidos de esclarecimentos, pelo que, Senhor Presidente de Câmara, pretende responder às questões que foram formuladas? Tem a palavra.

-----**Presidente de Câmara** – Muito obrigada Senhor Presidente. As medidas para combater a desertificação do território, as desigualdades, a falta de coesão, são algumas das nossas responsabilidades, mas o essencial das políticas são de políticas, são de âmbito nacional e de âmbito regional e não vale a pena confundir aquilo que é essencial como o que é acessório.

-----Há responsabilidades de Estado que nos está atribuída, e compete-nos institucionalmente e individualmente fazer o melhor que está ao nosso alcance.....

----- Se me perguntarem que políticas para combater a desertificação do território, o despovoamento e desqualificação da actividade económica, eu dir-lhe-ia que são necessárias políticas de âmbito Nacional, tendo em vista a competitividade, tendo em vista a coesão territorial, a sustentabilidade e a luta contra as alterações climáticas, enquadra-las e aí desenvolveria um conjunto de medidas que incentivassem a fixação da actividade económica, que à qual estivesse associada um conjunto de instrumentos de natureza fiscal e de incentivo à economia e à fixação de população para que a situação actual de desequilíbrio e despovoamento e desqualificação do território, fosse combatida.

-----Há políticas Nacionais que têm que ser promovidas e estou convencido que na situação actual em que o País se encontra, a tendência vai ser de acentuar as assimetrias, vai ser a perda de oportunidade para o interior e isso não é bom, por essa razão eu entendo que não devemos deixar de enquadrar aquilo que são os instrumentos de política local num quadro Nacional e reagir contra a agressão que as políticas promovem contra o interior.....

----- Para os Centros Históricos, os Municípios fazem muito, temos feito muito na nossa cidade para valorizar o Centro Histórico. É preciso políticas Nacionais para os Centros Históricos, políticas fiscais, políticas de incentivos financeiros, políticas de regeneração urbana, estou convencido que alguns fundos comunitários que vão ser alocados por exemplo à terceira travessia do Tejo ou à terceira auto estrada no litoral, eram bem mais úteis se aplicados como incentivo à reabilitação do património dos Centros Históricos.....

----- Se o IVA para a reabilitação dos Centros Históricos em vez de ser a vinte por cento fosse a cinco por cento, porque isso iria canalizar poupanças dos cidadãos para eficiência energética, para melhorar o conforto, para reduzir a factura dos cidadãos que vivem nos Centros Históricos, criar condições de competitividade e de atractividade para fixar jovens no Centro Histórico, por sua vez por arrastamento, seguramente que levariam atrás de si a actividade económica.....

----- Há políticas Nacionais que estão ausentes neste âmbito e que afectam os Centros Históricos de Bragança e afectam todos os Centros Históricos do nosso País, é preciso mudar de política a esse nível, do meu ponto de vista.....

-----As alterações não são arbitrárias e promovidas por parte da Câmara Municipal, tem que respeitar a legalidade e são promovidas no âmbito da concertação promovida por parte da Comissão Técnica de Acompanhamento que tem um conjunto, como os Senhores Deputados sabem, de entidades legais, bem como feita a articulação com as restantes entidades que não integram a CTA e supervisionada essa integração por parte da CCDRN, não podem assim, portanto eu não considero, digamos, ser possível dar uma resposta para além daquela que estou a dar aos Senhores Deputados.....

-----Devo mesmo salientar que o Executivo não teve qualquer intervenção e não era negativo se a tivesse, mas não teve, deixou que a estrutura técnica, a equipa técnica contratada, os técnicos da Câmara, a CTA, fundamentalmente a CTA, a Câmara não integra a CTA, não vale a pena confundir as coisas, portanto o que se fez, Senhor Arquitecto Ortega, assim, há solos agro-silvo-pastoris do tipo um, do tipo dois, no tipo um estão debaixo, digamos dos instrumentos de ordenamento também, que do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montezinho foi

objecto de discussão pública, foi aprovado, e o Plano Director Municipal teve naturalmente que integrar essas condicionantes e as oportunidades.

-----Os solos do tipo dois, quero salientar que a residência habitual do titular das explorações agropecuárias, anteriormente era no actual, no PDM é de cinco mil metros quadrados para áreas hortícolas, de vinte mil para regadio, trinta mil para sequeiro, na actual versão passa a ser de onze mil, portanto nesse âmbito a facilidade é crescente, sendo que muitas das construções que foram feitas, fora dos perímetros urbanos, eu não sei quantas foram dos agricultores, é mais de gente que vive na cidade e que pressiona o desordenamento e portanto, o Plano de Urbanização, nesse âmbito procura um melhor ordenamento, dá mais, fez evoluir área disponível para construção em termos dos espaços urbanos, de modo a aproveitar preferencialmente os solos infra-estruturados com recursos públicos e evitar a dispersão, evitar a irracionalidade, indo ao encontro também das políticas nacionais de ordenamento do território, sem condicionar a não ser neste âmbito, a possibilidade de construção de habitação ou de pequena instalações agrícolas na parte rural.

----- Saliento mesmo que as instalações destinadas a actividade agropecuária, no anterior Plano Director Municipal, ainda em vigor, a área exigida é de trinta mil metros quadrados, área exigível nesta proposta é de cinco mil metros quadrados, a instalação de estabelecimentos industriais e agro-alimentares, de fabrico, transformação e venda de produtos afectos à agricultura, silvicultura e pecuária, não enquadráveis em espaços industriais era de trinta mil metros quadrados passa a ser de cinco mil, ou seja, houve uma preocupação em termos de política municipal, para que a pequena actividade económica no mundo rural, também fosse viabilizada e evitasse que casais que se pretendiam fixar nas aldeias, desenvolver alguma actividade económica estivessem impedidos de o fazer a não ser abrir cafés.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Pedidos de intervenção? Ora, Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Babe, tem a palavra. Deputada, Ana Cláudia, Luis Pires, do Partido Socialista, José Brinquete, Luis Vale, Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Aveleda, Rui Correia e Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Gimonde, Vitor Alves e do Doutor Amândio, do Partido Social Democrata. São estas as inscrições que estão neste momento em cima da Mesa. Muito obrigado.

----- **Alberto Pais** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimo Senhores Secretários da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Deputados, Colegas, Comunicação Social.

que me elegeram para os representar também quando confrontados com este mapa não concordam. Obrigado.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Deputada Ana Cláudia, tem a palavra.....

-----**Ana Cláudia** – Bom, eu só gostaria de referir mais uma vez aquilo que é recorrente, eu não cheguei a ter resposta a duas questões essenciais, mas como o Senhor Presidente da Câmara me remeteu para a equipa técnica, eu então pergunto à equipa técnica, qual é o futuro deste plano, se é um plano a médio ou longo prazo ou se é plano a curto prazo, o que é que vamos fazer, já que não podemos ignorar a lei com a adaptação aos Decretos Regulamentares, ponto número um, e quais as implicações em toda a estratégia de distribuição do espaço no Município de Bragança.....

----- Depois, Senhor Presidente, mais uma vez e desculpe-me esta expressão, não brinquemos com coisas sérias, porque quando me referi ao facto de, e isso vem expressamente mencionado no Relatório da Ponderação da Participação em Sede de Participação Pública, que houve necessidade de nomeadamente fazer alterações quer ao Regulamento quer à Planta de Ordenamento, isto chama-se, em Direito de Ordenamento do Território, alterações substanciais ao Plano. E estas alterações substanciais ao Plano, nomeadamente aquelas que são elencadas no referido Relatório da Ponderação das Participações em sede de Discussão Pública, se não levarem à repetição da Discussão Pública, geram ilegalidade do Plano, mas se temos duvidas disso, está ali o Senhor da PLURAL a dizer que não, é uma questão a discutir, estou aberta à discussão, mas se temos duvidas disso, temos inclusivamente uma decisão do Tribunal, no âmbito do Decreto-Lei duzentos e oito de oitenta e dois de vinte e seis de Maio, que refere que declara a nulidade, nomeadamente o Plano Director Municipal de Lagos por, e passo a citar, no procedimento de elaboração do Plano Director Municipal de Lagos, não se ter promovida a repetição da Discussão Pública na sequencia de alterações introduzidas ao regime do solo definido na versão da proposta do mesmo Plano, o que significa que, e porquê? Porque efectivamente no meu entendimento, as alterações introduzidas ainda que não, e são palavras do Relatório de Ponderação que eu tive o cuidado de ler atentamente, ainda que não suscitados ou solicitadas pelos particulares, no meu ponto de vista, e convençam-me do contrário, põem em causa, traduzem-se em alterações ao Ordenamento Global da proposta que foi posta à Discussão Pública.

-----E portanto traduzindo-se nestas alterações substanciais, portanto ao próprio modelo de Ordenamento do Território, tinham que ter ido outra vez a Discussão Pública e portanto

ninguém está a duvidar se a Câmara está na Comissão Técnica ou não está na Comissão Técnica, vamos é chamar as coisas pelo nome e efectivamente clarificar em que medida ou como é que justifica que uma reclassificação de solo com o aumento de áreas de aglomerados urbanos, não são alterações substanciais à proposta e depois da Discussão Pública não se altera o Plano só com base nas participações dos particulares, mas se aproveita a Discussão Pública para integrar alterações para além daquelas que resultam da própria Discussão Pública, e portanto, gostaria mais uma vez, insisto, na clarificação destes dois pontos. O que fazemos à Lei e temos ou não temos uma violação de uma formalidade essencial, que eventualmente nos leve a concluir mais uma vez pela ilegalidade do Plano, além de que, já para não referir também não me respondeu à questão da estratégia do aumento do perímetro urbano no PDM, quando no Plano de Urbanização o referiu e portanto também não me justificou, portanto quais as estratégias de fundo que estiveram na base das opções do Plano, cinge-se apenas a dizer que o Município vai ficar dotado de mais equipamentos e de mais infra-estruturas, mas de facto foge às questões recorrentemente. Obrigado.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor deputado, Luis Pires. intervenção?.....

-----**Luis Pires – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

-----Bom, mais uma vez muito bom dia a todos.

-----“Deparamo-nos hoje com a última etapa preconizada pelo plano de processo conducente à aprovação do PDM de Bragança. Não podemos pois esquecer-nos das vicissitudes que nos conduziram até ao *momento*. O complexo documento *complexo* que nos é apresentado, e a forma como até nós chegou, reforça, na nossa óptica, uma intenção preocupante, induzida pelo executivo camarário.....

-----Continuamos sem ter motivos substanciais e convincentes da motivação de extirpar ao PDM um elemento crítico e primário da coerência global do plano como foi o PU. *Não me digam que também foi uma acção da responsabilidade Nacional.*

-----Ao realizar esse acto de violência sobre um corpo endogenamente homogéneo, desaguou-se num documento inconsistente e numa ferramenta estéril. A constatação desta premissa fica patente no facto de o documento actual, *se o viram com atenção*, incluir no item “Programa de execução e Plano de financiamento” elementos corpóreos desenquadrados, como sejam a Construção de Centros Escolares, inerentes à carta educativa e a realizar entre 2008 e 2010, Construção de multiusos, Construção de habitações sociais, PORTANORTE, Construção da Circular Interior de Bragança, iniciativas claramente do âmbito do PU, *o que significa que não*

pode haver dissociação, bem como outras cuja percepção exige interagir com o plano completo, ou seja com o PDM sem a orfandade do PU, como é o caso da proposta de nucleação. Estas referências elucidam a necessária promiscuidade e consentaneidade, interrompida pela discussão separada do PDM e do seu dependente PU, que singularmente em Bragança foi violentada.....

-----Em suma, não sabemos as motivações, não sabemos os interesses que a motivaram, não sabemos inclusive se existiu algum, o que de facto constatamos é que o resultado funcional não serviu os interesses de Bragança enquanto colectivo, entendida aqui como o conjunto de pessoas e necessidades sócio-económico-culturais e não apenas como a visão introspectiva do executivo, ou de alguns cidadãos inopinados...!

-----Distinta Assembleia,

-----A elaboração do PDM, agora centrado apenas numa questão de índole de freguesias rurais, deveria ser um processo participado....e aparentemente foi...mas apenas aparentemente. Os indícios visíveis evidenciam que embora seguindo as etapas legalmente estabelecidas, claramente não foi participado porque o comportamento e empenhamento de quem dirigia politicamente o processo não evidenciou essa vontade.

-----O PDM e demais unidades operativas de planeamento e de gestão subordinadas, são provavelmente as ferramentas mais importantes para a competitividade de uma cidade ou concelho.

-----A propalada proximidade entre as juntas de freguesia e as populações foi simplesmente siderada num processo de importância impar. O executivo camarário teve mais de uma década para promover fóruns junto de cada uma das freguesias, numa linguagem simples, clara, afável, facilitadora, no sentido de auscultar o pulsar do povo, não se cingindo a obrigatoriedades processuais legalmente impostas. Os paladinos do povo deviam ter ido mais além. Tinham a obrigação de dar a devida importância a quem a tem realmente e cumprir o papel de verdadeiros políticos, que consiste em servir o povo, com ênfase nos que mais dificuldades têm, sejam elas de índole económica, social ou apenas *a nível* de percepção, *como é o caso*.....

-----Mergulhando o possível no documento, dada a exiguidade de tempo disponível, diremos que a ferramenta que nos poderia conduzir ao futuro, tem como ponto de partida uma linha temporal desadequada e desagua num tempo ultrapassado.

-----Segundo o documento, a estratégia de desenvolvimento do concelho assenta em três linhas programáticas *que já aqui hoje foram passadas em Power Point*: Reforçar a imagem de Bragança como espaço de inovação centrado no conceito de eco-cidade.... o que

conceptualmente é partir de uma premissa errada porque reforçar significa tornar mais forte o que existe *num determinado* momento....não existe esse sentimento, nem local nem externamente ... antes pelo contrario, pelo menos ao que internamente *diz respeito*. Mas significa mais...significa também que o ente redentor utilizado em culturas ancestrais para a resolução de todas as maleitas incompreendidas, se chama “Eco-cidade”, o que é muito pouco, dada a miríade de ambiguidades que daí advêm, diríamos que quase uma ilusão que cuja função primordial consiste em proteger o homem do desespero ou do vazio da *sua* própria existência quando as ideias não abundam, sendo as concretizações colagens a programas genéricos cuja colocação em prática quando algum dos pressupostos canónicos é alterado, resulta numa concretização em nada similar ao expectável.

-----Pelo documento, ficamos também a saber que as áreas rurais se vão tornar mais competitivas *diz o documento* (o documento afirma liminarmente a “garantia de uma maior competitividade”, esquecendo-se de casos particulares das operações aritméticas ou da teoria de conjuntos, onde multiplicar por zero, brincar com o elemento absorvente ou interagir com conjuntos vazios, dá normalmente maus resultados no que respeita a incrementos ou aumentos), ... continuando *no documento*, ...vão tornar-se mais competitivas mediante a consolidação da oferta de equipamentos e infraestruturas e qualificação dos espaços públicos, sendo que este conjunto de autênticos milagres irá permitir atractividade no intuito de angariar ou estabelecer áreas habitacionais.....meus senhores...pouco, muito pouco....o que é proposto mais não passa do que dar a dignidade merecida às freguesias e que na nossa opinião já há muito deveria existir e não constar dum plano estratégico para 2013, 2015 ou 2020!!! É isto que nos propomos nas nossas freguesias rurais *neste momento*????

-----*Senhores* Presidentes de Junta, pelo respeito que me merece o trabalho de cada um de vós, peço-vos que penseis desapassionadamente no momento da votação...até porque o vosso tormento não se fica por aqui e mais adiante ireis perceber que outras nuvens negras se deparam para as freguesias que representais.

-----Transversalmente a estas duas linhas de actuação, é *também* proposto *no documento* ao concelho a valorização económica dos produtos tradicionais e os recursos do património natural, cultural e paisagístico dinamizando as explorações de potencialidades endógenas... *isto é muito* redondinho, *muito* certinho *uma redacção muito bem feita*, limitante.....

-----*Além, aliás desculpem-me*, Aliás, isto leva-nos directamente *também* a um outro ponto que é o ponto 5.3 do volume II do relatório.... *que tem a ver com o sistema urbano municipal proposto*.

-----Pegar numa ferramenta, num algoritmo pensado para uma realidade baseada num conjunto de preceitos perfeitamente estanques e aplicá-lo numa realidade distinta é impraticável. Aceitar a premissa de que uma ferramenta orientada a conter a construção dispersa e a urbanização difusa é aplicável ao nosso concelho....parece-me impraticável...a um homem com um martelo nem tudo pode parecer um prego!!!*meus caros amigos*.....

-----Desde pequenos que todos nós nos habituámos a identificar a paisagem Minhota como sendo uma vasta área verde onde pululavam pulverizadamente habitações. Creio não errar se considerar esta uma implantação de construção tendencialmente dispersa.... *é o que o Regulamento identifica como povoamento disperso*. Caros amigos cá no Burgo, as nossas aldeias eram e *acho que* ainda são, em termos absolutos, núcleos urbanos compactos e consolidados...podem é não ter gente, mas a configuração não incorpora essa *dita* variável.....

-----Partir do princípio que temos que mudar porque, na leitura do livro verde da coesão territorial, consequência do estabelecido ao nível europeu, na solarenga de um alpendre ou no ambiente controlado do nosso escritório, remotamente situado, se diagnostica que estamos a ficar com um território disperso, parece-nos demasiado absurdo, por muitos cliques que *a gente dê em cima* Google-earth.....

-----Meus caros,.....

-----Referir-se que “esta estruturação territorial (a tal dispersa e difusa) não concorre para a concretização dos objectivos de desenvolvimento económico, social e urbano do concelho de Bragança, *parece-me* reverter os processos em curso”, é com tudo trocado, *e é a partir de uma premissa errada que trará consequências ou conclusões* alucinantes:

-----*Vejamos*, conter a dispersão....(Qual???) no sentido da consolidação (estabilizar??? Há algo em movimento??? *à alguma coisa em crescimento para a gente estabilizar?* creio ser mais o oposto..), condensação (*mas* adensar o quê??, é isto que se vê de fora??? Dispersão???) e nuclearização *bom ainda por cima referem-se que é no sentido* da maximização (que *eu acho que* devia ser optimização: significando - reestruturar com o objectivo de obter *um rendimento mais elevado*) *ainda temos depois a questão* das infra-estruturas, dos recursos da rede viária e dos transportes..!!!

-----*Olhando mais adiante o documento*, prossegue referindo, *que* a necessidade de valorizar, *isto está no documento* a endogenidade (o que nos parece bem, desde que consentânea e concomitantemente com outras vertentes realizadas de uma forma planeada.... *reparem*, não nos podemos dar ao luxo de mandar a Faurecia embora apenas pelo facto de os sistemas de exaustão, não nos serem endógenos.. *à nossa região*), reforçando o papel das aldeias como

complemento à cidade, como elementos de uma rede urbana com relações de dependência, contribuindo-se assim para uma maior coesão territorial.....A questão é que no momento actual e num horizonte de curto, médio ou longo prazo não alcanço de que forma se pode conseguir essa complementaridade *neste momento, olhem para a realidade....*aliás, esta questão *também* entronca com a tal *questão da* nuclearização e com a proposta do PDM que afirma a necessidade de (contrariar) o modelo macrocéfalo e centralizador dos equipamentos e recursos numa área central do concelho, *ou seja*, vamos retirar serviços de Bragança (cidade) *a tal cabeça grande, macrocéfala, não é? Vamos então retirar serviços de Bragança* e colocá-los espalhados pelo concelho...ou no limite, mantemos em Bragança (cidade) *os serviços* e colocamo-los redundantemente em várias ou todas as sedes de freguesia....isto é Realista??

-----Por exemplo, vamos criar centros de atendimento da CMB em todas as freguesias....mas então para que queremos as juntas??? *Não pode ser, economicamente é irresponsável...*

-----**Presidente da Mesa** – Tem que terminar Senhor Deputado.....

-----**Luís Pires** – Aquele tempo que estive parado por causa do telemóvel dá para terminar esta página.....

-----**Presidente da Mesa** – já vai com dois minutos. Um minuto.

-----**Luis Pires** – Bom, porque é que se afirma no documento que o actual sistema é incapaz de funcionar como elemento de coesão territorial, *(não me parece o documento faz afirmações levianas, eu vou então passar um bocadinho mais para a frente, mas depois, posso disponibilizar a nossa intervenção a quem quiser para, para a ver por completo. Gostaria só de fazer uma referência que tem a ver com a nucleorização, que é um factor que eu acho que é importante para as Juntas e ...parece um bicho papão que aí anda. Reparem o seguinte, um modelo de proximidade entre localidades evita a dependência de um aglomerado central, mas vamos lá ver uma coisa então e vamos pegar numa freguesia que me é familiar, que é o caso por exemplo de Nogueira, quer dizer que, residindo eu em Nogueira torna-se mais fácil para mim ir a Rebordãos tratar dos meus assuntos? Claro que sim, não é? Até é mais perto, a estrada até é melhor, e se eu trabalhar em Bragança então a coisa ainda fica melhor, vocês acham que isto tem lógica? Pensem bem nisto, alguém vos perguntou, alguém vos perguntou se este mapa que estava ali era o mapa que vocês queriam? A tal participação que eu estou aqui a falar, alguém discutiu isto a sério, até pode ser este, eu não digo que não, mas alguém*

falou com vocês a sério? É isso que vocês querem? Vocês fizeram perguntas, ficaram esclarecidos?.....

-----**Presidente da Mesa** – Tem de terminar, Senhor Deputado, tem de terminar.....

----- **Luis Pires** – *Havia muito mais para dizer, é pena estes tempos limitarem, havia muito mais para dizer, meus caros amigos quando estiverem a votar, façam-no com consciência”*

-----**Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Deputado. José Brinquete, por favor.....

-----**José Brinquete** – **Apresentou, por escrito, o seguinte:**

-----“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a CDU considera que a proposta da Primeira Revisão do PDM é uma autêntica decepção!

----- Por exemplo, os dados do Censos de dois mil e um estão completamente desactualizados.

-----Nestes dez anos muita coisa mudou. Teria sido mais avisado trabalhar com dados oficiais «provisórios» de dois mil e sete, sempre muito mais fiáveis do que os de dois mil e um. Continuamos a planear o passado.

-----Aliás, a completa desactualização do documento principal da Primeira Revisão do PDM, - Análise e Diagnóstico - que devia comportar igualmente uma « Estratégia de Desenvolvimento Futuro », está patente por exemplo:

- a) Quando ignora a A4, com conclusão prevista para dois mil e doze. Quando nem sequer refere duas importantes estradas, que rasgam parte significativa do Concelho: a estrada do Penacal e estrada para o Zeive. Quando refere que a Ponte Internacional de Quintanilha, como “construção prevista a curto prazo”, já está em funcionamento.
- b) não tem uma palavra para com a futura linha de Caminho de Ferro, moderna e rápida ,com a ligação à Espanha.
- c) Quando refere a passagem do IPB a Universidade, e passo a citar “projecto esse que deverá acontecer brevemente”
- d) Quando afirma que existe um importante sector industrial e uma pujante construção civil, sabendo-se que a realidade é, lamentavelmente, bem o contrário.....
- e) Quando nem sequer tem uma palavra prospectiva para com as zonas industriais de Bragança, Izeda, Santa Comba de Rossas e Mós.
- f) Quando alude a projectos que estão mortos e enterrados como seja: “ Bragança - Cidade Digital” e “Rural Net”. Ou, quando baseia a sua análise em dados do II QCA, estando nós já no terceiro ano de execução do IV QCA, hoje chamado de QREN.....
- g) Quando diz que temos uma Região de Turismo em Bragança, que já não existe.....

- h) Quando referindo-se ao Parque Natural de Montezinho, afirma que tem um Centro Hípico e Casas de Abrigo, *que não existem*.....
 - i) Quando diz ainda que estão por aprovar documentos já aprovados, tais como: o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montezinho; o Plano de Urbanização da Cidade de Bragança; o Plano de Pormenor da Zona Histórica, Fase I; o Plano de Protecção da Área Protegida do Azibo.
 - j) Quando diz que a Ponte Velha de Gimonde é «Romana», sabendo-se que na verdade é de construção «Românica/Medieval».
 - k) Quando alude aos agradáveis vinhos regionais do Concelho, à sua rica tecelagem, couros, buréis, olaria, etc. Perguntamos, onde e quais?
 - l) Quando nos “imóveis em vias de classificação” omite, deliberadamente, a Casa do Abade de Baçal, em Baçal, desrespeitando uma decisão tomada, por unanimidade, nesta Assembleia Municipal.....
 - m) Quando nos equipamentos colectivos ignora a construção de um Parque Desportivo, um Entrepasto de TIR e Comercial junto à A4, o Parque da Cidade, Parque de Feiras das Actividades Económicas entre outros.
- Estamos pois, perante um documento mal elaborado e sem estratégia.
- Esperávamos propostas inovadoras e um novo PDM em função das nossas necessidades.
- Esperávamos um PDM que tivesse em conta as nossas características e potencialidades, eminentemente rurais e a valorização dos nossos recurso naturais e produtivos endógenos.
- Esperávamos um PDM que respondesse ao drama conhecido da emigração da esmagadora maioria da nossa juventude e, da juventude que vem estudar para o IPB.....
- Esperávamos um PDM que abrisse novos caminhos para a sustentabilidade do nosso tecido empresarial, designadamente das 72%, de empresas que empregam até quatro trabalhadores.....
- Esperávamos do PDM que assinalasse e definisse prospectivamente como preservar e promover os nossos valores culturais identitários.
- Numa palavra, esperávamos uma proposta de Revisão de PDM, que comportasse um Plano de Acção e Meios Financeiros credíveis.....
- Esperar, esperávamos!
- Mas, infelizmente, estamos perante um documento inócuo, sem ideias novas, sem filosofia (falamos das relações do homem com o meio) e cheio de erros de palmatória.

----- Nestes dez anos que durou a Revisão do PDM, perdemos uma grande oportunidade de pensar o Concelho a médio/longo prazo, de uma forma global e integrada, enquanto instrumento de gestão territorial de âmbito Municipal.

----- Esta proposta não defende os interesses do Município, trata-se de uma proposta onde os Munícipes não se revêem, porque não reflecte com rigor a sua realidade e não participaram na sua elaboração, assim como as entidades e forças vivas da Cidade e do Concelho.

----- Tivemos uma oportunidade única de articular a Revisão do PDM com a aprovação do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montezinho e do Plano de Urbanização da Cidade mas, infelizmente, os responsáveis políticos do Executivo Camarário (PSD e PS) não estiveram à altura deste momento histórico que vivemos.

----- Iremos ter um PDM que será na prática, um verdadeiro colete-de-forças, constrangedor da administração do nosso território, logo atrofiante do nosso porvir.....

----- Porque o PDM deve ser integrado e abranger simultaneamente os aspectos: económico, físico, social, cultural e todas as áreas de responsabilidade do Município!

----- O PDM terá de ser liberto de uma óptica estritamente técnica, quantitativa e economicista - não podemos confundir MAIS CRESCIMENTO económico com DESENVOLVIMENTO!

----- o desenvolvimento para o ser exige também DEMOCRACIA e PARTICIPAÇÃO dos cidadãos! Ora, a proposta de Revisão do PDM não é o resultado de uma profunda discussão e debate dos eleitos autárquicos e a população em geral!!.....

----- Porque somos por um Planeamento e por um Urbanismo assente em princípios!

----- A nossa posição só poderá ser desfavorável a esta proposta de Revisão de PDM.” Tenho dito. -

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Luís do Vale.

----- **Luís Vale – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “ Senhor Presidente da Assembleia, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhor Vereador, Membros desta Assembleia, Presidente de Junta, comunicação social, público, bom dia a todos.....

----- 1. Antes de tudo o mais e sendo o Plano Director Municipal um elemento fundamental e imprescindível para a boa gestão municipal e, principalmente, para a sã vivência e convivência cidadã dos seus munícipes, é com satisfação que vimos, *hoje* extraordinariamente, aqui discutir e votar este documento;.....

----- 2. Independentemente de estarmos ou não de acordo relativamente à orientação, ...

-----**Presidente da Mesa** – Peço desculpa ao Senhor Deputado, peço desculpa por o interromper, ali ao fundo, ao fundo da Assembleia, no canto superior esquerdo, Senhor Presidente de Junta de França, Senhor Presidente de Junta de França, nesse canto a Assembleia está a perturbar os trabalhos, solicita a Mesa a devida ponderação e silencio, Senhor Deputado, faz favor de continuar.

-----**Luís Vale** - Obrigado, Senhor Presidente. Independentemente de estarmos ou não de acordo relativamente à orientação, princípios, estratégias, opções, objectivos deste Plano Director Municipal, nós até gostaríamos de felicitar o executivo e a *respectiva* equipa técnica por, finalmente e depois de um processo longo demais, processo que demorou 10 anos que é, vejam bem, o prazo aconselhável para rever o mesmo, dar por concluído tal processo, mas pelo que direi a seguir, tal não é possível:

-----3. A primeira nota negativa que queremos salientar é relativa à disponibilização do PDM, no sentido de que:

-----1º Não houve tempo suficiente e adequado para a leitura, análise e consideração deste complexo documento;

-----2º A forma displicente como foi entregue, pois apesar de compreendermos as dificuldades logísticas da disponibilização de tanta informação, entregar tamanha informação num CD ou DVD também não é facilitar-nos o acesso à mesma; para além da falta, hoje comprovada, de documentos imprescindíveis para análise.

-----4. Da leitura realizada e da percepção possível, face ao atrás referido e face à incompetência técnica *reconhecida*, poderemos ainda assim referir:

-----a) O retrato social e económico apresentado é obsoleto. Diz respeito a algo que terá sido há 10 ou mais anos;.....

-----b) No que ao ordenamento do território diz respeito é de salientar o enorme desequilíbrio verificado e diagnosticado entre a sede de concelho e as demais freguesias. Havendo esta forte polarização, que se traduz em termos demográficos, em termos de edificado e em termos de património, importaria que este documento fosse no caminho inverso, que de alguma forma alterasse esses desequilíbrios. Temos dúvidas que assim possa ser, até porque este novo PDM não só permite como incentiva a urbanização e a expansão urbana... está previsto um aumento do solo urbano de cerca de 48%. A questão é saber se é necessário continuar a fazer crescer o espaço urbano?

-----c) Mais, segundo este mesmo documento são impostas mais condições às obras relativas a edificações já existentes, ou seja a obras de conservação, de manutenção ou reconstrução do

que a obras relativas a novas edificações, o que significa que se continuarão a privilegiar as novas construções e a especulação imobiliária em detrimento da recuperação e reconstrução do edificado já existente. Tal como já aqui dissemos várias vezes, a aposta deveria ser precisamente inversa àquilo que está previsto neste PDM.....

-----d)De facto, aquilo que importa neste momento é discutir e votar as opções e as estratégias do Plano Director Municipal, mas ao mesmo tempo não podemos omitir que esse mesmo plano só existe para e porque existe uma comunidade. Será a satisfação e o bem-estar dos indivíduos dessas comunidades que é preciso cuidar e uma percentagem tão elevada de deferimentos (de cerca de 70%) às reclamações dos munícipes, significarão que mesmo ainda hoje haverá situações que, infelizmente não conseguimos quantificar, que ficaram por analisar e, agora, se aprovarmos este PDM essas mesmas situações ficarão irremediavelmente prejudicadas.

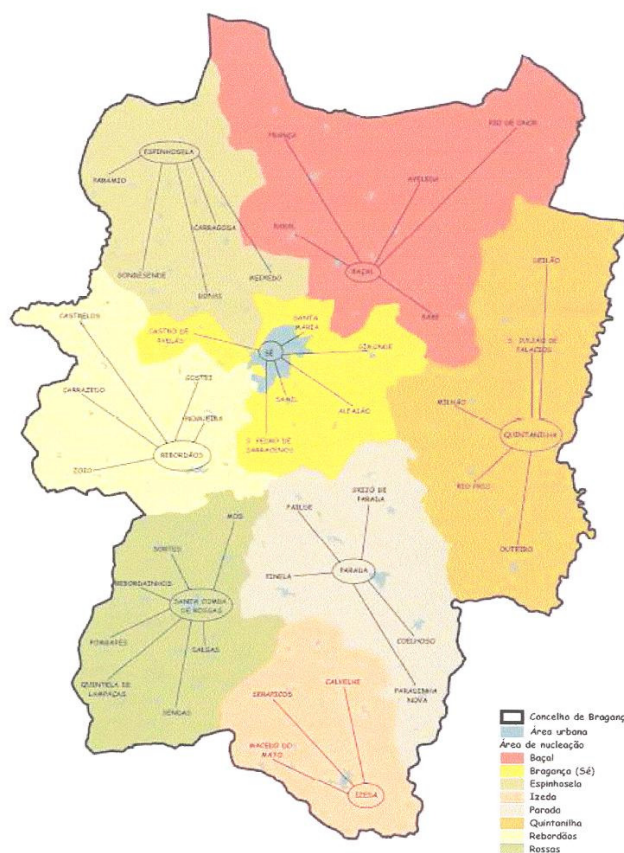
-----5. É assim um plano que apesar de obedecer a todos os pressupostos legais e ter recebido o aval das entidades competentes, nos parece desajustado com a realidade social e económica do nosso concelho. Ao analisá-lo ficámos com dúvida se estaríamos a falar do concelho de Bragança.....

-----6. Porque estamos conscientes da importância do documento para o futuro do concelho e suas populações e face também a tudo aquilo que aqui foi dito *hoje*, em consciência e responsabilmente iremos votar contra.....

-----Obrigado.”

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Aveleda.....

----- **José Valente** – Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, restante Público e Comunicação Social. Pedia aos Serviços de Apoio se me pudessem colocar o mapa, se faz favor.....



Fonte: Agenda 21 Local, Plano de Acção (Instituto Sondaxe, s.d.)

Figura 1- Modelo de nucleação da proposta de PDM

-----Entretanto, não podia deixar de fazer esta intervenção devido ao facto de que algumas coisas que aqui já foram ditas, algumas expressões que foram ditas, que começando por exemplo que as entidades continuam, as pessoas que as representam vão e vêm, mas quando as pessoas chegam, normalmente têm que ser esclarecidas para saberem com aquilo que contam, daí a minha intervenção de hoje nesse sentido. Pedia também, aos Serviços de Apoio, se fosse possível, colocar ali a cem por cento, para visualizar melhor a minha freguesia, a questão do núcleo de Baçal, se faz favor.

-----É mais um pedido de esclarecimentos devido ao facto, não sei quais foram os critérios que foram escolhidos para a opção destes núcleos e quais os objectivos para que eles são criados, embora no documento que nos foi entregue tenham parte desses objectivos, mas não são objectivos específicos e não se percebem ao facto para qual será, num futuro, para que é que servirão este tipo de núcleos.

----- No que se refere especificamente à questão de, do núcleo de Baçal, gostava de perceber um bocadinho, devido ao facto de não sei se os critérios foram escolhidos se foi a nível de

população, se tem a ver com a área, se tem a ver com acessibilidades que tem cada uma das freguesias e gostava de ser esclarecido nesse sentido.....

----- Acrescentar ainda que este meu pedido de esclarecimentos tem a ver com o facto de eu após ter visto este documento, tentei encontrar documentação na minha junta de freguesia, para que suportasse este tipo de informação ou seja, relativamente às reuniões que foram tidas com o anterior Executivo, com a parte da Câmara Municipal, como não consegui encontrar qualquer tipo de documentação, daí este meu pedido de esclarecimentos.

-----Acrescentar também, que devido a este, ouve ali um colega, Presidente de Junta de Rabal que disse que os Presidente de Juntas estavam todos esclarecidos, poderá falar por ele, porque por exemplo eu sou “caloiro” nesta andança, o senhor já está cá há mais tempo, se calhar já está mais esclarecido, eu não estou tão esclarecido quanto isso, daí o solicitar este pedido de esclarecimentos. Obrigado.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra, do Partido Social Democrata, Rui Correia.

-----**Rui Correia** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Bom, de facto houve aqui duas intervenções de dois Presidentes de Junta que acho eu que não foi, devia ter sido antes, nos pedidos de esclarecimento, tiveram tempo para isso portanto, o facto de serem “caloiros” não quer dizer que não usem os pedidos de esclarecimentos na figura Regimental própria, de qualquer maneira, vinha aqui a dizer que o que está aqui hoje em causa votarmos ou aprovamos ou não aprovamos este Plano e eu acho que nós temos de ter em conta que foi a partir do dia catorze de Abril de dois mil e nove que a Câmara decidiu colocar à Discussão Pública este Plano.

-----Deu-se início à Discussão no dia oito de Maio, foi devidamente publicitado, eu recorde para os mais distraídos que foi publicado além do Diário da República obrigatório, foi também no Mensageiro Noticias, A Voz do Nordeste, O Jornal Nordeste, Jornal de Noticias e também na página da internet deste Município e também noutros documentos que nos chegaram, veio precisamente essa informação, e durante trinta dias, trinta dias úteis, nós pudemos dar contributos, no entanto, mesmo assim, para que fosse mais fácil saber o que se estava a propor, o tal documento base, os documentos estavam disponíveis, não só no Município mas também nas quarenta e nove Juntas de Freguesia, todas as Juntas tiveram acesso a estes documentos para os poderem discutir, mas além disso, também esta, esta Assembleia, anterior, também realizou uma sessão, uma Sessão Pública de esclarecimento, onde todas as pessoas puderam vir e colocar as questões que bem entenderam.

-----A própria Autarquia, dia dezoito de Maio, efectuou também uma discussão e a doze de Maio, se bem se recordam, fez também uma Sessão destinada unicamente aos Membros das Juntas de Freguesia.....

-----Depois, claro que foram entregues, foram registadas algumas propostas, as participações escritas, já foi, já vimos aqui, foram duzentas e sessenta e oito, muitas, muitas, muitas delas, uma grande parte, eu não sei a percentagem, mas pelo que vi talvez quarenta por cento não são de particulares, são das Juntas de Freguesia, todas as Juntas de Freguesia puderam colocar participações escritas, e eu não vi alguma, por exemplo do PS ou da CDU, não vi nenhuma participação escrita que fosse no sentido de fazer alguma alteração.

-----Respondendo um bocadinho à Doutora Cláudia, eu acho que de facto, o ideal era isso mesmo, era nós poderemos discutir, apresentar propostas e voltar a discutir depois de serem rectificadas as propostas, mas isto assim não tinha fim, porque depois daquelas teríamos de discutir outra vez, e voltar a discutir, porque de facto era, era, não havia fim para este processo.

----- O Luís Pires, meu amigo Luís Pires, ajudou aqui os Presidentes de Junta de não terem dinamizado bem esta consulta, dito que isto foi só aparentemente participado, aparentemente participado, foi essas as palavras do Luis Pires e um apelo, um apelo aos Presidentes de Junta, um apelo quase que, é quase um insulto, para que pensem bem, vejam lá o que fazem, vejam lá, ao votarem, o que fazem, porque segundo o Luis Pires parece que está tudo mal, e de facto eu não vi aqui um contributo dele para esta discussão.

-----E para já ficava por aqui, é claro que o Grupo Municipal do PSD vai votar a favor desta proposta, não podia ser de outra forma, participamos o que tínhamos que participar, agora estamos na fase de votação, é uma fase, é a fase final, para colocarmos um ponto final ou não, neste processo. Muito obrigado.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Gimonde, Senhor Vítor Alves.....

-----**Vítor Alves** – Senhor Presidente da Assembleia e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidente de Junta, Comunicação Social, Público em geral.

----- O Plano Director Municipal é um instrumento muito importante para a gestão urbanística do nosso Concelho, mais importante do que o Plano é a sua implementação. Tem sido prática, desta Câmara Municipal, o licenciamento de habitações nas aldeias, sem qualquer conhecimento das Juntas de Freguesia, porque, muitas vezes, estes licenciamentos acarretam problemas para os Presidentes de Junta.

----- Acontece algumas vezes que nós vamos verificar uma obra e ela está quase implantada em cima da via pública e muitas vezes até em espaços públicos, e depois nós temos que ir lá e falar com o promotor e acontece frequentemente que nós conseguimos que ele recue e que vá para os limites que então estavam correctos.

----- Queria dizer ou queria deixar aqui um pedido à Câmara para que, de alguma forma, nós possamos, nós Presidentes de Junta, possamos intervir neste processo, nem que seja só com uma conversa, sendo que, preferível seria que fosse feito ou que tivesse um parecer vinculativo da Junta de Freguesia. Evitavam-se muitos problemas, evitava-se, que nós Presidentes de Junta, às vezes, andássemos a pedir aos promotores o favor de fazerem aquilo que por lei deviam ter feito.

----- É também muito importante e relevante, nas freguesias rurais, a construção de muros, muros que por vezes estrangulam as vias públicas. Nós precisamos cada vez mais de muros, de caminhos e vias largas, porque a circulação de veículos faz-se agora com viaturas maiores e no futuro ainda crescerão mais, se não fizermos, se não acautelarmos agora a largura das vias, no futuro vai ser muito difícil depois que elas tenham a dimensão adequada à circulação dos veículos.

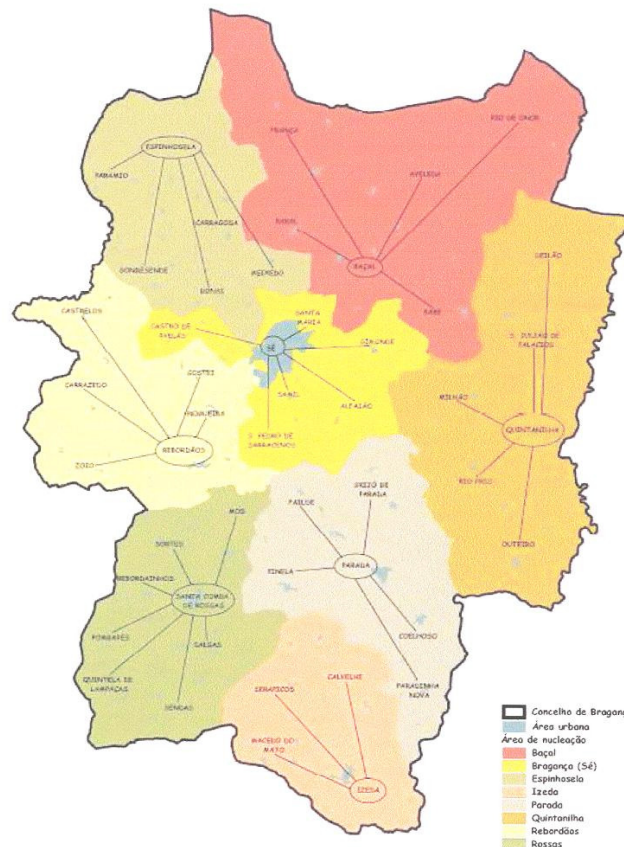
----- Era, de facto, nestas duas questões, que eu gostava que a Câmara, depois na implementação do PDM, tivesse um especial cuidado.....

----- Por fim, e agora no que diz respeito à minha freguesia, Freguesia de Gimonde, queria pedir, mais uma vez, à Câmara Municipal, a construção urgente da ETAR de Gimonde. De facto a Junta de Freguesia tem manifestado, muitas vezes, verbalmente e também por escrito, a sua preocupação, com o tratamento de esgotos da aldeia de Gimonde. Nós sabemos que a Câmara também terá intenção de fazer a ETAR, mas se efectivamente não é possível construí-la naquele lugar onde está prevista, é necessário procurar, urgentemente, outro local e a Junta de freguesia de Gimonde, em meu nome, encontra-se totalmente disponível para o efeito. Tenho dito, muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Ora passamos a palavra ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Paradinha Nova, Senhor Domingos Seca. O Doutor Amândio Gomes tinha pedido a palavra mas prescindiu.....

----- **Domingos Seca** – Excelentíssima Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas, caros Deputados, Público em geral e Comunicação Social.

----- O que me trás aqui, já não é a primeira vez que, este não é este mapa ou descrição de outro mapa que tem, tem na minha maneira de ver, a minha freguesia fica descriminada nisto tudo.



Fonte: Agenda 21 Local, Plano de Acção (Instituto Sondaxe, s.d.)

Figura 1- Modelo de nucleação da proposta de PDM

-----Fica descriminada porque? Aparece agora aqui, eu só vi este mapa agora aqui, núcleo de Parada. Eu não sei o que isto vai ser, nem o que é que vai daqui a sair. Já com os Núcleos Escolares acontece a mesma coisa, é discriminatório para as crianças que nascem naquela aldeia, primeiro têm que vir para o Jardim de Infância para Coelhoso, de Coelhoso passam para Parada, de Parada passam para Izeda, de Izeda passam para Bragança, de Bragança depois uns vão para o Porto outros vão Lisboa, aqueles que têm competências de seguir os estudos. Isto não pode acontecer, estes miúdos não podem ser discriminados toda a vida e aqui com este mapa que está aqui, não sei o que é que pensa Paradinha Nova, se quer Izeda, se quer Parada, se o que quer, Paradinha Nova é que deveria realmente ter sido consultada para isto, para pertencer a este mapa na configuração que tem, porque, se olharmos para o mapa, vemos aqui um enclave que fica Paradinha Nova aqui no fundo, no fundo deste mapa. Se Izeda, como Izeda ou como pensa Izeda ou como tem pensado ou não tem pensado, quer ficar com uma infra-

estrutura com Centro de Saúde, com poli escolar em condições, então o que é que este mapa aqui, o que é que me diz, o que é que eu vou fazer? Trago as pessoas para Parada, depois venho a Parada, depois vou a Izeda e depois venho para Bragança? Eu acho que este mapa, deveria ter sido consultado e aquelas pessoas deviam ter dito, querem Izeda? Ficam melhor? Querem Parada que ficam melhor? E não aconteceu assim, é isto que eu penso e é isto que pensam as pessoas da minha freguesia ao verem este mapa.

-----Não sei qual é o sentido destes agrupamentos, só quando alguém me explicar o que é o sentido dos agrupamentos é que eu poderei falar mais sobre eles, mas neste momento, tenho-me sentido discriminado nisto.

-----Eu, já da outra vez, fiz sentir que aqueles miúdos não podiam ser “chacote” desta modalidade. E tenho dito.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Rebordãos, Adriano. O Partido Socialista, tinha tido uma inscrição, mas não dispõem de tempo, Luís Filipe tinha pedido uma intervenção, o Partido Socialista, não tem tempo.

----- **Adriano Rodrigues** – Ora bom dia. Eu também é para falar sobre o mapa, Senhor Presidente, queria-mos um esclarecimento sobre este mapa. Era só.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Deputado. Dr.^a Cláudia, tem um minuto e quarenta, tem a palavra

-----**Ana Almeida** – Bom, só para manifestar a minha intenção de voto, contra esta proposta de revisão do PDM, não só subscrevendo tudo aquilo que já foi dito, nomeadamente com algum rigor e substancia, pelo colega José Brinquete, mas porque cada vez, quando se olha cada vez mais para o plano, de facto a percepção é de que o plano não é o plano de Bragança.

----- Passamos, por exemplo, para os aspectos das áreas de estacionamento e o que vemos é uma transcrição exacta da portaria. Ó! meus senhores, tenhamos consciência de uma coisa, as necessidades de espaço de áreas de estacionamento de Bragança, com certeza não serão as mesmas de Lisboa, de Lagos, de Coimbra, do Porto.

-----Portanto seria bom que o plano tivesse ponderado um bocadinho e feitas as suas opções próprias, ou se teve a intenção de o fazer, pelo menos que isso fizesse, que disso fizesse constar, constar num relatório do plano o que também não o fez. Portanto há uma transcrição da portaria dos parâmetros dimensionamento, é uma cópia passe, não há aqui nada inovatório, cabendo no âmbito das atribuições da Câmara, essa função, portanto é à câmara que cabe a definição, depois as lacunas são várias.....

----- Por exemplo, prevêem a provisão desses lugares de estacionamento para operações de impacto semelhante ao loteamento já não o prevêem para operações de impacto urbanístico relevante, como é? Há umas que têm outras que não têm, não têm operações de impacto urbanístico relevante? A somar, ainda, e respondendo aqui ao colega Rui, não poderíamos de estar nesse continuo, de falta de aprovação do plano. Efectivamente a possibilidade de repetição de discussão publica, esgota-se uma vez, e portanto além de que acentue, tem-se, acentuado o papel da discussão publica mas eu relembro e a Câmara Municipal sabe disso, que o artigo setenta e sete diz que a participação se faz ao longo de todo o procedimento da elaboração do plano. A discussão pública é mais uma fase, a todo o momento a Câmara tem que estar disponível para prestar esclarecimentos das suas opções. Portanto não batalhemos na discussão pública, a discussão é um momento formal, não é único, pronto. E depois quer dizer, continua, acho que o plano não tem programação, não faz programação, onde está a delimitação das unidades de execução? Empurra-se a programação do plano para unidades operativas de planeamento de gestão, o que é que isso significa? Significa, que no futuro a ocupação do espaços, que essas unidades operativas de planeamento e gestão se refere, vão ter que ser objecto de outros instrumentos de planeamento, ou seja continuamos sem regras para ocupação desses espaços. Temos que ter a atenção a isto e é por isso que eu votarei contra a proposta revisão do PDM.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhora Deputada. Luís Pires pede a palavra em defesa da honra.....

-----**Luís Pires** – Desde já vou agradecer ao Rui, se não, não podia vir cá a falar. Bem o Rui pôs na minha boca palavras que eu não disse, eu não acusei nenhum presidente de junta. Meus caros amigos, há uma coisa que eu faço sempre, eu quando não percebo uma coisa, tenho duvidas, pergunto.

-----Nós, temos em Portugal, a nossa base da estrutura administrativa são trezentos e oito Municípios, também designados por concelhos, e que são administrados por Câmaras Municipais. Temos 4257(quatro mil duzentas e cinquenta e sete) freguesias, administradas por juntas de freguesias, e agora temos aqui os núcleos, que não sabemos como é que vão ser administrados, que não consta qual é que é a relação? Como é que eles se vão relacionar uns com os outros, é tipo chefe cliente, para chefe servidor? Quem é que impõe a vontade a quem, então, mas na nossa democracia os Presidentes de junta não representam todos da mesma forma e com igual legitimidade das suas populações? Tem resposta para isto? -

... .. --

-----**Luís Pires** - Tem defesa, porque disse que os acusei, eu levantei foi aqui uma questão, uma dúvida que eu acho que o Rui não sabe.

-----**Presidente da Mesa** – Mas chamo a atenção para o uso das figuras regimentais serem-se cumpridas de facto na íntegra, a Mesa entendeu que isso não é defesa da honra.

-----Estão terminadas as intervenções. Os esclarecimentos foram pedidos, a Câmara pretende fazer algum esclarecimento adicional? A Câmara tem ainda três minutos para prestar algum esclarecimento adicional.....

-----**Presidente da Câmara** – Sobre as questões legais questionadas eu volto a ler aquilo que escreveu a CCDRN e que dirigiu à Câmara e dirigiu à Assembleia Municipal, referindo-se ao plano. O mesmo plano se demonstra conforme as disposições legais e regulamentares vigentes, tanto em termos procedimentais como materiais, manifestando-se ainda compatível com os instrumentos de gestão territorial, aplicáveis na área do Município de Bragança, sem mais comentários.

----- Relativamente às questões das nucleações, parece-me uma diversão, de facto, montada pelo Partido Socialista, não se trata de uma proposta, constante do plano, trata-se de um elemento de análise, que o plano utilizou a nível da agenda 21 como outros documentos que utilizou, ou seja, não se trata de facto de uma proposta do plano e por isso não tem qualquer valor vinculativo. Se alguma agregação e federação de juntas de Freguesia vir a ocorrer, essa situação competirá seguramente à Assembleia da Republica.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado senhor Presidente. Vamos então proceder à votação.

----- **Após análise e discussão foi a proposta, da Câmara Municipal, submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria absoluta, com vinte e um votos contra, treze abstenções e cinquenta e cinco votos a favor, estando momentaneamente oitenta e nove membros presentes.....**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto?

-----**Alberto Pais** – Bom dia mais uma vez, a minha votação, houve duas questões que influenciaram na votação, foi uma abstenção, concretamente e depois de filtrada a opinião da de Babe relativamente ao PDM. Podemos dizer que o PDM agrada à população de Babe, a nível da construção na própria aldeia. No entanto aquele ponto que referia há pouco, dos núcleos, já não agradam certamente à Junta de Freguesia e também certamente à população. Muito obrigado. -

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor deputado José Brinquete, faça o favor.

-----**José Brinquete** - A CDU votou contra pelas razões fundamentadas que eu coloquei, posso sintetizar em dois pontos. O Primeiro é em relação ao documento principal, ao volume 1 que está cheio de imprecisões e inverdades e só colocava a Vossas Excelências este pequeno exercício. Hoje quando muitos jovens, e não só jovens, recorrem à icopedia na nete, há uma queixa generalizada que há ali muitas inverdades, muitas imprecisões, era preciso haver mais rigor e têm razão. Imaginem, quando alguém mais tarde, um historiador, uma outra pessoa, que queira consultar o documento principal, recorrer a este documento principal, quantas vezes não é enganado! Eu não tive tempo, tive que organizar a minha intervenção só nos dez minutos que tinha, e citei aqui alguns dez ou doze casos de enganos de palmatória e gravíssimos e portanto é um mau documento porque... -

... .. -

-----**José Brinquete** - Não é nada erros de computador, não, desculpe, não seja passa culpas, que não é erros de computador. -

-----**Presidente da Mesa** – Atenção ao dialogo por favor.

-----**José Brinquete** – A segunda questão é estratégica, de facto nós estamos perante um Plano Director Municipal, que pense o concelho no futuro, que crie condições para criar mais empregos, estamos de acordo com uma parte que o Senhor Presidente da câmara disse, não cabe só à autarquia garantir as condições de desenvolvimento, nem de longe nem de perto, cabe sobretudo ao governo, mas também a autarquia pode destas oportunidades criar as condições, e deixava só mais este elemento, penso que simboliza o nosso pensamento, que é: Os planos directores municipais têm uma cultura das grandes cidades urbana, das grandes, do cimento, e do ferro e do auto estradas. Era preciso começar uma nova cultura.....

-----**Presidente da Mesa** – Senhor Deputado eu peço desculpa, isso não é uma intervenção isso é uma declaração de voto, penso que se cinja exclusivamente ao assunto.....

-----**José Brinquete** – Estou mesmo a acabar, era preciso que surgisse uma nova cultura de Planos Directores Municipais, para conselhos como o nosso que é iminentemente agrícola, contudo, que isso tem envolvido e este é uma espécie de chapa três, provavelmente a própria empresa a quem foi encomendado, até lá não sei quantos, no computador passam para ali os figurinos todos, não é? E podíamos ter uma coisa nova que não temos é por estas razões fundamentais, que fundamentalmente votamos contra.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Deputado. Eu peço aos senhores deputados que no uso da palavra, para declaração de voto, se cinjam exclusivamente à definição daquilo porque votaram, e só isso. Portanto, Luís Pires, do Partido socialista faça favor de usar o tempo que dispõe para declaração de voto e exclusivamente para essa meio.....

-----**Luís Pires** – Bom já agora, como diz o Brinquete, ó! Senhor Presidente, o documento refere recorrentemente que o PDM assenta com C de Cão, tente em alterar também, já agora, por falar em erros, eu não quis entrar nisso porque o tempo era pouco, mas pronto.....

----- Bom, o Partido Socialista não podia votar a favor porque considera que o Plano Director Municipal é uma ferramenta prospectiva para o futuro, é aquela ferramenta vai permitir que o nosso concelho se assente nela para evoluir, e claramente esta ferramenta, como dizia o Brinquete, é uma ferramenta que é transferida de outras zonas com realidades distintas, para a nossa, e como tal não incorpora as nossas especificidades. Como tal se ela não serve para o futuro, ela tem que ser reprovada, e foi esta a posição de voto do Partido Socialista. -.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Deputada da junta de freguesia de Izeda. -

-----**Maria Pires** – Bom dia a todos. Eu só vim dizer aqui que realmente votei a favor do PDM pelo facto de, em Izeda, as pessoas estarem contentes com as alterações que foram pedidas, uma vez que ele esteve exposto durante um fim de semana, e todas as pessoas que não concordavam tiveram a oportunidade de se dirigirem à Junta de Freguesia e solicitarem as devidas alterações, que depois a Junta de Freguesia enviou à Câmara Municipal e essas rectificações foram efectuadas.

-----Agora quero também deixar aqui que relativamente aquele mapa apresentado, que fica aqui o meu voto de confiança ao Senhor Presidente da Câmara, e que relativamente que nada tenha a haver com os núcleos de freguesias. Fica aqui o meu voto realmente de confiança ao Senhor Presidente da Câmara, e muito menos faça referencia, faço votos que os alunos de Parada, continuem a ir sempre para a escola de Izeda, que tem essa possibilidade a todos os níveis, quer a níveis de freguesias, uma vez que os núcleos escolares que realmente estão no mapa são aqueles que são criados. Certo? E eu faço votos, uma vez que nós temos uma escola em Izeda, que está subaproveitada, faço votos que os alunos continuem a dirigir-se para a escola EB 2-3 de Izeda.-.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhora Deputada. Para a sua declaração de voto doutora Cláudia do CDSPP. -

-----**Ana Almeida** – Bom, sucintamente, só para esclarecer o sentido de voto, enumerando, não podia deixar de votar contra, por aquilo que continuo a considerar que é uma legalidade que será resolvida em sede própria, não é a CCDDR que vincula as questões de ilegalidade se é legal ou não é legal. As instâncias próprias para tal, decidirão nesse sentido. Depois este plano não é o nosso plano, é o plano da plural como vimos que transpõe, muitas das vezes, opções de nível nacional, para realidades que não tem nada que ver umas com as outras.

-----Em terceiro lugar, este plano não é o plano para dez anos, para o futuro, tenhamos consciência disso, e apelo à vossa memória, para o facto daqui a dois ou três anos, dois anos e pouco, estarmos a fazer uma nova votação, em virtude da necessidade de adaptação do plano e nessa altura voltaremos a discutir, esta questão.

-----E por ultimo, não posso votar a favor, não poderia votar a favor de um documento cuja estratégia desconheço e cujos esclarecimentos foram sucessivamente camuflados, e não dados. Obrigado.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhora Deputada. Deputado Nuno Reis do Partido Social Democrata, tem a palavra para efectuar a sua declaração de voto. -.....

-----**Nuno Reis** – Muito Abrigado Senhor Presidente. Pedi-lhe a palavra para fazer uma declaração de voto muito rápida e expressar que o Partido Social Democrata não deixar de votar favoravelmente este documento, na medida em que ele melhora substancialmente os instrumentos de planeamento urbanístico e de ordenamento do território, que estão actualmente em vigor no concelho de Bragança, e portanto é um aumento da melhoria das condições de promoção do desenvolvimento do concelho e de resposta àquilo que são as necessidades e as ambições das populações. E portanto nesse sentido nós votamos favoravelmente. Dizer que votamos favoravelmente porque este documento estriba-se em eixos que nós, Partido Social Democrata, entendemos fundamentais para o desenvolvimento do nosso concelho, e desse ponto de vista, muito correctamente, mas deixar aqui um aviso muito claro, porque a Assembleia Municipal é um órgão de natureza político administrativo.

----- Este mapa de nuclearização pode não ter, de facto, efeitos vinculativos e não os terá certamente, mas o Partido Social Democrata e pela minha parte, ou na parte que me toca, eu também já mais aceitei num futuro próximo, que estes núcleos possam vir no futuro a conformar uma opção legislativa do Parlamento, de reorganização territorial das freguesias. Portanto este processo de nuclearização e este documento não dão um abalo político, futuro, ao Parlamento, por parte do nosso concelho, para que uma eventual reorganização territorial, se, conforme com os núcleos que aqui estão indicados, porque como muito bem disse o Senhor

Presidente de Câmara, essa opção é de natureza legislativa e quando a questão legislativa se levantar, os senhores, desde já, passam a conhecer a nossa posição.....

-----**Presidente da Mesa** – Damos por finalizada o debate e a respectiva votação sobre o primeiro ponto e vamos passar, para a parte final. A Assembleia está praticamente a finalizar os trabalhos, dispomos de dois períodos de quatro horas do período da manhã e quatro horas da parte de tarde, pelo facto desta sala ter que ser utilizada às quinze, por uma iniciativa, mas também a votação, temos que fazer algo que vai ser bastante celebre, julgo eu e portanto podemos dar os trabalhos finalizados, muito em breve, basta só que possamos fazer devida celeridade no procedimento. E por isso quando terminarmos os trabalhos até finalizamos o período no máximo de quatro horas do período da manhã, que ainda estamos dentro dele até às catorze horas. Bem mas vamos terminar de imediato.....

PONTO 2.2 – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS SEGUINTE ÓRGÃOS:.....

2.2.1 – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – 4 representantes;.....

2.2.2 – Conselho Municipal de Educação – 1 representante;.....

2.2.3 – Agrupamento de Centros de Saúde de Alto Trás-os-Montes I – Nordeste – 1 representante.....

-----**Presidente da Mesa** - O representante para o Concelho Municipal de Educação terá que ser necessariamente um Presidente de Junta.....

-----Combinamos em sede da Comissão Permanente, para darmos mais celeridade a este processo, que se pudesse fazer uma única votação, no mesmo momento em que é chamado o deputado para fazer o depósito da sua intenção de voto na urna, que o fizesse logo manifestando a intenção para os três lugares que estão agora aqui para votação e deliberação da Assembleia. Nesse sentido foi elaborado um boletim de voto,.. .. -.....

-----Deixai-me dizer o seguinte: Os grupos municipais terão que apresentar aqui as respectivas listas, dos nomes que adequam para os três órgãos. Nesse sentido o boletim de voto é um único boletim de voto, que tem o título, de cada um dos órgãos para o qual vai expressar a sua vontade, e logo por baixo a lista em que pretende votar, senhor deputado... .. -.....

-----Assim será, a primeira será Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, por baixo tem logo lista tem que indicar a votação na lista que entende escolher, e a mesma questão para os

restantes votos. Num único momento, o senhor deputado pode manifestar o seu voto nas 3 entidades para as quais necessitamos eleger representantes.

----- Bom, a Mesa, agora, coloca a questão aos grupos municipais, deverão dar entrada, na Mesa, listas para os respectivos órgãos.-

----- Então peço atenção aos senhores deputados, silencio e tomem os vossos lugares. A Mesa passa a anunciar o seguinte: Deram entrada na mesa duas listas. Há uma lista entregue, lista que foi a primeira a ser entregue aqui na Mesa. Uma lista que é considerada pela Mesa como lista A. Entregue pelo grupo municipal do Partido Social Democrata, que faz a seguinte proposta, para os três órgãos e de resto também integrada nesta, porque também a do Partido dos presidentes de junta do Partido Social Democrata foi entregue, também, uma proposta para o segundo ponto que é a eleição do representante do Presidente de Junta para o Concelho Municipal de Educação. Digo, proposta o grupo municipal do Partido Social Democrata, propõem a lista abaixo indicada para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.....

LISTA A

EFFECTIVOS: Filipe Osório Caldas; Adriana Vilares Angélico, Maria Teresa e Dinis Dias Pinela;.....

SUPLENTE: Cândido Vaz Alves e Carolina Fernandes

O Grupo Municipal do PS propôs a lista abaixo indicada e designada por LISTA B:

EFFECTIVOS: Maria de Fátima Renovato Veloso (PS), Cristina Afonso (Movimento Sempre Presente), José Brinquete (CDU) e Luís Vale (BE);.....

SUPLENTE: Ana Cláudia Guedes Almeida.

PONTO 2.2.2 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....

FORAM PRESENTES DUAS LISTAS:

O Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PPD/PSD propôs a lista abaixo indicada e designada por LISTA A:

EFFECTIVO – Maria Rosa Galhardo Pinto Pires (Presidente de Junta de Freguesia de Izeda);

SUPLENTE – Maria Helena Santos Branco (Presidente de Junta de Freguesia de Grijó de Parada).

O Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do Partido Socialista propôs a lista abaixo indicada e designada por LISTA B:

EFFECTIVO – Alberto Manuel de Sousa Pais (Presidente de Junta de Freguesia de Babe);

SUPLENTE – João Victor Alves (Presidente de Junta de Freguesia de Gimonde)

PONTO 2.2.3 – AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DE ALTO TRÁSD-OS-MONTES I – NORDESTE – 1 representante.

FORAM PRESENTES DUAS LISTAS:

O Grupo Municipal do PPD/PSD propôs a lista abaixo indicada e designada por LISTA A

EFFECTIVO – José Alberto Moutinho Moreno

O Grupo Municipal do PS propôs a lista abaixo indicada e designada por LISTA B:
EFFECTIVO – Alzira da Conceição Bento

-----Relativamente à questão formulada, atenção, o método de eleição é por lista, é por lista é o que consta no regimento, não há aqui aplicação de métodos de hont, é uma eleição por lista, está contemplada no regimento, esta matéria, não.. .. -.....

----- Há aqui uma proposta entregue por o Partido Social Democrata, que a Mesa começa a ler. --

“PROPOSTA

----- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata vem propor que atendendo aos pontos 1 e 3 do Artigo 41.º do Regimento desta Assembleia Municipal, a votação para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) se proceda por Lista fechada, por método maioritário simples, sendo designados os quatro elementos da Lista mais votada”.

-----**Presidente da Mesa** - Intervenções sobre esta matéria? Victor Alves e Victor Pereira. ..

-----**Victor Pereira** – Muito bom dia, eu escuso os cumprimentos, dado o adiantado da hora, mas eu quero dizer aqui o seguinte: Aquilo votar que é para os três órgãos, mas principalmente

a CPCJ e há muita gente se calhar aqui na sala, nem sabe o que é a CPCJ, eu quero dizer o seguinte, eu quero dizer o seguinte, o órgão ou os órgãos, são de tal maneira importantes, e deviam ser de tal maneira apartidários que eu propunha, que não foi isso que fez o PSD, porque o PSD logo pelos vistos na Comissão Permanente veio logo tentar partidarizar isto, o que é mau, o que é péssimo, porque é uma questão que nos diz respeito a todos e por isso é que devia ser apresentada uma lista única e conjunta, e ainda por cima com agravante agora de vir que tem de ser a método de votação de lista fechada. Hora, isto é inadmissível e deixo aqui o meu protesto porque são coisas demasiado sérias que não podem ser politizadas e por isso é que eu fiz a minha afirmação inicial e portanto nós não podemos ir contra a lei, e queria perguntar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, onde é que está o Regulamento? A dizer que este tipo de votação tem de ser fechada, e deixo a proposta no ar.-

-----**Presidente da Mesa** – A Mesa respondendo a esta questão, remete para o Regimento, peço desculpa, peço desculpa, atenção, atenção devida, -

Senhores deputados vamos, senhores deputados, o exercício da democracia está aqui a ser exercido por todos nós e por vocês próprios, o plenário e vai renunciar-se sobre essa matéria. O Artigo quadragésimo primeiro do Regimento diz, "a votação é nominal, salvo se o regimento estipular ou o órgão deliberar, por proposta de qualquer membro, outra forma de votação", artigo terceiro. As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos, ou de qualidades de qualquer pessoa, são tomadas por escrutínio secreto, e em caso de dúvida o órgão delibera sobre a forma de votação. Vamos à votação, desculpai lá, há um regimento, vamos passar à votação de imediato, a Mesa toma essa iniciativa e de imediato. A proposta do partido Social-democratas é: Vem propor que atendendo aos pontos um e três do artigo quadragésimo primeiro do regimento desta Assembleia Municipal, a votação para Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, se processe por lista fechada, por método maioritário simples sendo designados os 4 membros da lista mais votada.

----- **Após análise e discussão foi a proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com vinte e oito votos contra, zero abstenções e cinquenta e sete votos a favor, estando momentaneamente oitenta e cinco membros presentes.....**

-----**Presidente da Mesa** - Vamos passar então às declarações de voto. Para declaração de voto, senhora deputada Fátima Novato. -

-----**Fátima Novato** – Boa tarde a todos, eu peço imensa desculpa mas tenho que vir dizer aqui uma coisa. Eu sinto-me extremamente revoltada e indignada com esta tomada de posição, só quero dizer o seguinte: eu encabeço a lista, porque efectivamente se trata de jovens e os jovens são demasiado importantes para que votemos estas propostas de uma maneira tão fácil, de uma maneira tão sectária, porque eu acho que os jovens nos merecem muito mais, e portanto eu não quero fazer parte da lista, com este método de votação, porque acho que os jovens é um mau exemplo que nós estamos dar. Não é assim que eu vejo efectivamente o apoio aos jovens e as comissões que se formam, para estar sempre ao lado deles. Muito obrigada e peço desculpa.

-----**Presidente da Mesa** – Para outra declaração de voto, o senhor deputado Dinis Costa. -

-----**Dinis Costa** – Senhor Presidente, os meus cumprimentos, cumprimento o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores, os meus caros colegas da Assembleia Municipal.....

----- Eu gostava de vir aqui usar da palavra nesta secção extraordinária por outros motivos, mas a verdade é que tenho que vir aqui usar da palavra por motivos que são graves. É declaração de voto, com certeza que é uma declaração de voto, e expresso a minha indignação ou o meu pouco à vontade, por estar a usar da palavra a propósito disto. Em lado nenhum, e daí que o Rui Correia tenha feito a diligência obrigatória, consta no regimento que a votação tivesse sido por lista fechada, em lado nenhum. A tradição das Assembleias Municipais que é um órgão deliberativo, quando elege representantes de órgãos desta importância, desta natureza, é que essa representação seja a representação da Assembleia Municipal em concreto e não de um grupo parlamentar do PSD, ou de um Grupo do PS, ou seja de quem for. O que o PSD fez e está a fazer e não é novidade neste mandato. -.....

-----**Presidente da Mesa** – Isto não é declaração de voto, peço desculpa

-----**Dinis Costa** – É uma declaração. O que eu queria dizer era que o Partido Socialista rejeita liminarmente, este tipo de procedimento, porque é nosso entendimento que esta representatividade da Assembleia Municipal neste tipo de órgãos deve ser por método de hont. Aliás o PSD veio aqui á cautela apresentar um requerimento no sentido de fazer vingar, contra todos os princípios elementares, a sua posição. O que nós queríamos era que fica-se claro, é que o PSD quer uma tutela absoluta sobre tudo aquilo que são órgãos de representação da Assembleia Municipal, nós não só não concordamos com essa visão, acho-la estranha,

achamo-la repleta de um autoritarismo absolutamente inacreditável, não é tradição desta Assembleia Municipal nem tradição de Assembleia Municipal nenhuma, e queremos que fique claro o nosso protesto em relação a essa matéria, fazendo votos, para que haja uma correcção daquilo que me parece uma tendência deste grupo Municipal do PSD, que é tentar da sua maioria uma maioria totalitária. As maiorias democráticas devem ser exercidas com grande oxális como se diz no direito. Era isso que gostava que fizessem. Olha, devo-te dizer uma coisa, pessoalmente, estás a introduzir, nesta Assembleia Municipal de Bragança, um tipo de procedimento que não é normal, desde mil novecentos e noventa e sete esta Assembleia Municipal tem funcionado de outra maneira, com outra visão e garanto-te que tem funcionado muito bem.....

-----**Presidente da Mesa** – Senhor deputado, muito obrigado pela sua intervenção. Declaração de voto do João Lourenço, do movimento sempre presente.....

-----**João Lourenço** – Ora bem, para os caloiros como já foram classificados aqueles que estamos nesta sala pela primeira vez, é ter muito cedo uma decepção muito grande com aquilo que os nossos munícipes, os nossos eleitores, nos destinaram a fazer, acho que demos prova do mais medíocre que a política pode proporcionar à nossa sociedade. Foi o Movimento, que em primeira linha, em sede de Comissão Permanente, propôs uma lista de consenso, que o próprio PSD, ou o representante do grupo municipal do PSD, achou de bom grado uma lista de consenso, reunisse as pessoas, que se sentam nessas cadeiras, que achássemos com maior capacidade para lidar com um assunto tão melindroso como este.

-----Há acontecimentos recentes ou recentíssimos, bem próximo de nós, que envolvem este tipo de comissões, este tipo de órgãos, e a importância do que está aqui, como pai, a maior parte de vocês também o serão, ou então, terão certamente conhecimento de situações que não são compatíveis com uma politização deste nível para um órgão destes. O Movimento efectivamente não pode pactuar com isto, e face à decisão que foi tomada pelo grupo Municipal do PSD, de bloquear de alguma forma uma representação da Assembleia Municipal neste órgão, nós não vamos participar, retiramos da lista que efectivamente ajudamos a elaborar, uma vez que o PSD não aceitou em determinada altura o consenso que inicialmente até se dispôs a fazer parte, e não vamos pactuar com isto, irão certamente eleger os representantes do PSD, não eleger os representantes desta Assembleia Municipal. Espero sinceramente que o futuro não vos seja agoiro e não vos traga nenhum dissabor em termos de alguma decisão tomada nesse nível.

-----**Presidente da Mesa** – Para a sua declaração de voto, José Brinquete, por favor.....

-----**José Brinquete** – Senhor Presidente, a CDU pensava que estando em presença uma comissão extremamente importante e melindrosa, dedicada, podia haver aquilo a que eu podia chamar, o espírito e comédico do PSDF com tantos Católicos, com tantos Católicos nesta Assembleia, mas depois, devo dizer, que também me veio imediatamente à memória um acontecimento que houve ali para os lados do Bombarral, e designadamente aquela ideia da lei da rolha. E sinceramente penso que há o perigo de pandemia em tudo o que diz respeito a estas coisas, não é? E o que aqui aconteceu foi uma coisa que não é nada boa, inclusive para o princípio da representatividade, e que foi nem mais nem menos do que a ditadura da maioria. Eu diria para finalizar, Staline estás perdoado. -.....

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhora deputada do CDSPP por favor para a sua declaração de voto.-.....

-----**Ana Cláudia** – Só para dizer que efectivamente o CDS/PP também não pode concordar com esta posição, e nomeadamente porque o estado de direito democrático é, efectivamente, ou permite efectivamente, ou implica a participação dos cidadãos das decisões que lhes directamente digam respeito e isto está-lhe a ser cortado. Subscrevendo o meu colega José Brinquete, a lei da rolha veio de Mafra até Bragança.-

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado senhora deputada. O senhor deputado do Partido Social Democrata, Rui Correia faça o favor usar o tempo que dispõe para a sua declaração de voto. -

-----**Rui Correia** – Muito obrigado Senhor Presidente. Antes de mais convém esclarecer que de facto quando o engenheiro Lourenço falou comigo, não na Comissão Permanente, foi ali fora e eu disse logo, que não, que o caminho não é por aí. Convém que fique isso registado, que eu disse logo assim, não, não é por aí, além disso ficou logo chateado, porque estava a antever esta situação. Portanto que fique isso muito claro, aqui.

----- Depois não estou a introduzir nada de novo, mas de facto aqui vimos que a democracia funcionou, a maioria acha que deve ser assim, e agora não pode é o Partido Socialista achar é, quando é a maioria pode usar essa maioria a seu belo prazer e quando os outros partidos são maioria que não a possam usar, isso é que não acho. Agora na CPCJ estão lá técnicos, aqui o que vai ser, vai ser uma representação política de um órgão mais alargado, porque o resto estão lá os técnicos, não vão ser os nossos elementos da CPCJ a ter procedimentos técnicos, vão estar lá para dar aconselhamentos. Portanto convém que seja isso

-----**Presidente da Mesa** – Silêncio na sala, que o senhor deputado está no uso da palavra, façam favor peço respeito.

- ----- **Rui Correia** – De facto também não está escrito no Regimento que qualquer votação, seja ela qual for, que tenha que ser pelo método de hont, não está escrito, apareceu essa proposta à mesa, apareceu a nossa, nossa e agora queria dizer só ao Dinis que de facto não é a proposta do Rui Correia, que fique isso claro, é a proposta do PSD, é a nossa proposta, mas assim vejam só onde está a diferença, é que a nossa tem dois presidentes de junta e dois elementos do PSD, a vossa só tem elementos dos partidos. -

- ----- **Presidente de Mesa** – Muito obrigado senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Luís Vale do Bloco de Esquerda, para proferir a sua declaração de voto. -

- ----- **Luís Vale** – Obrigado senhor Presidente. Grande conclusão, Rui, essa ultima foi uma grande conclusão. Bem como é lógico, e como já outros disseram, o Bloco de Esquerda também não pode concordar, nem aceitar este tipo de procedimentos e este tipo de comportamentos, e a nossa leitura é de que aquilo que acabaram de fazer não é mais do que um sintoma de alguma fragilidade politica e portanto como tal, também não vamos fazer parte dessa mesma lista e retiraremos o meu nome dessa lista. -

- ----- **Presidente da Mesa** – Bruno Veloso, última intervenção para declaração de voto.-

- ----- **Bruno Veloso** – Muito bom dia a todos. Venho aqui de facto para fazer a minha declaração voto, porque sendo este o meu segundo mandato, nesta Assembleia Municipal, nunca pensei que de alguma forma se descesse a este nível, de violação e regra daquilo que devia ser mais elementar de algumas regras democráticas.

- ----- Estamos a falar de uma comissão de protecção de jovens e menores que envolve algum cuidado e alguma compreensão, mas que envolve também um sentimento que esta Assembleia devia ter, porque esta Assembleia foi eleita pelos seus representantes também em método de hont e quando efectivamente estamos aqui a eleger representantes desta Assembleia, não devemos ser sectários a esse ponto e se de facto há a lei da rolha nalguns partidos, também já houve expurgas de outras pessoas nalguns partidos, contra as vontades das maiorias. Portanto nem sempre as maiorias vencem, mas felizmente o Partido Socialista tem sido habituado a viver em democracia, no respeito por a regra da maioria e por o respeito que a própria maioria deve ter também pelas regras da minoria. Muito obrigado.....

- ----- **Presidente da Mesa** – Bom, declaração de voto?-

- ----- **Amândio Gomes** – Bom, eu também vim fazer a minha declaração voto, no sentido de dizer a todos que tão dignos são os representantes do PS, da CDU, como do PSD, são todos dignos e todos podem representar esta Assembleia. As maiorias, sim, sim, as maiorias é que normalmente vencem as votações.-

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado senhor deputado. A Mesa quer apresentar aqui, atenção, peço silêncio na sala. Há indicação de que dois dos elementos dos quatro ... faça favor senhor deputado. -.....

-----**Victor Pereira** – Bom, perante o que se passou aqui, na minha opinião, um espectáculo extremamente indigno, acho que nem sequer tem classificação e também permite-me, Rui, e agora de uma maneira pessoal, e é pessoal que estou a falar, eu nunca pensaria de um educador, de um formador, que tivesse, fosse ele a apresentar uma proposta destas, nunca me passaria pela cabeça isso, e como tal podem esgrimir os argumentos que quiserem, podem vir dizer as maiorias, e falar da maioria que quiserem, é inadmissível aquilo que se passou aqui. E como tal o Partido Socialista, e eu enquanto subscritor da lista, não poderia, de maneira nenhuma, pactuar com isto e como tal nós retiramos as nossas listas

- -----

-----**Presidente da Mesa** – Bom, a Mesa tem que volver a esta questão, o debate aqui centrou-se em volta da questão da CPCJ, e quando dizeis retiramos as nossas listas, estais a referir-vos às listas B, dos três órgãos para os quais se apontam um representante,... não, não, mas quero dizer o seguinte, estou a ver que a Mesa está a colocar essa questão, porque está a verificar daqui, uma indicação por parte do Senhor Presidente da Junta de Gimonde, faz parte do grupo Municipal dos Presidentes de junta eleitos pelo Partido Socialista, que diz que não retira a lista, é isso que entende a Mesa. Por isso é que eu perguntei, Victor, eu perguntei - estais a retirar as listas para os 3 órgãos - dissestes que sim. Então eu volto a devolver a questão. A lista que é retirada é a que vós apresentastes para a Comissão de Protecção de Menores. À! Ok, ficou claro. Então a informação para os senhores deputados é, a Mesa recebe a indicação de que a lista apresentada e foi designada pela Mesa como lista B, para a eleição da Comissão de Crianças e Jovens, essa lista B é retirada.....

----- A lista apresentada e designada por letra B, para o Agrupamento de Centros de Saúde do Alto de Trás-os-Montes 1 é retirada. Mantém-se a votação com a possibilidade de votação, com a possibilidade de votação de lista A ou lista B para a indicação do representante da Assembleia Municipal de Bragança para o Concelho Municipal de Educação, presidente de Junta. Para os restantes, portanto para o ponto 1 e 3 deste boletim de voto, só existe uma lista apresentada, A. Para a do meio, Concelho Municipal de Educação existem duas listas, A e B.

-----Vamos passar à chamada dos senhores deputados. Começamos então pelos senhores deputados do Partido Social-democrata, vai chama-los de acordo com a indicação da lista. Antes de mais queria pedir ao senhor secretário, ao professor Acúrcio que mostrasse a urna, -

-----Atenção a Mesa tem de relembrar o seguinte facto, os senhores membros estão a abandonar a sala, não vão poder assinar a folha, que a Assembleia Municipal não terminou. Se vocês abandonam a sala, podem querer votar como entenderem, e podem votar de forma nula, abandonar a sala não estão a terminar os trabalhos, é uma chamada de atenção da Mesa para os senhores deputados. Expressem a sua vontade no voto. -

-----**Luís Silvestre** – Senhor Presidente nós vamos nos retirar desta votação, não estamos a nos retirar da Assembleia Municipal. Ponto 2 os boletins tem que ser separados, são órgãos distintos não pode ser o mesmo boletim de voto, que isso enferma mais todos os princípios, não interessa o que pode ser votado pela maioria, interessa o que é a democracia,.. . . . -

-----**Presidente da Mesa** – A Mesa retira-lhe a palavra, peço desculpa,.. . . . -

-----**Luís Silvestre** – Senhor Presidente, o Regimento, e eu tenho vergonha de ter estado numa Comissão de Regimento, cujo Regimento nem foi cumprido. Face os requerimentos aqui, estou a fazer um ponto de ordem à Mesa e tenho que o fazer, deixe-me acabar de falar, depois fala o Senhor. Foi aqui, quando se apresenta requerimentos à Mesa, põem-nos à discussão, o Regimento não diz isso. Já na Assembleia passada não cumpriu o Regimento. O Regimento existe, temos que o cumprir. Ponto dois, Senhor Presidente, votação tem que ser votação linha a linha, vai chamar três vezes as pessoas para vir votar, porque nós não votamos na primeira, mas vimos votar nas outras votações, está bem? -

-----**Presidente da Mesa** – Eu quero lembrar à Assembleia, é a nota introdutória que a Mesa da Assembleia apresentou aos senhores deputados, e nesse sentido, o Partido Socialista tem um representante da Comissão Permanente, ó! senhor deputado Luís Silvestre, o Partido Socialista tem um representante na Comissão Permanente, tendo sido por mim perguntado, como podíamos proceder à votação deste ponto, havendo uma dificuldade de contagens de tempos. O Partido Socialista manifestou-se favorável, como...aliás, digo da seguinte forma, por unanimidade de expressão de vontade dos presidentes da Comissão Permanente, foi dito - A votação pode ser feita desta forma que é exactamente a forma que estamos a prever para os resultados. É manifestarem, peço desculpa, eu estou a responder ao senhor deputado Luís Silvestre que questionou a Mesa relativamente ao procedimento. Foi debatida esta matéria na Comissão Permanente, foi decidida pelos membros que vos representam, legitimamente indicados por vós para participarem daquela Comissão. Foi aceite e é assim que a Mesa está a proceder, tal questão não foi levantada quando a Mesa indicou como norma introdutória, o procedimento que iria levar em linha de conta, resultante na votação combinada na Comissão Permanente. É para isso que serve a discussão dentro da Comissão Permanente, penso que

vocês na altura, penso não, tenho a certeza absoluta de quando esta nota introdutória por mim apresentada hoje na Assembleia, não houve nenhuma questão, não foi levantada a voz por nenhum elemento desta Assembleia, questionando tal método que eu estava a apresentar e que insisto, resultou do combinado em Comissão Permanente. Não compreendo, porque agora é, apresentado de forma intempestiva, por si, esta matéria agora, teria tido o seu momento, no momento em que eu fiz essa apresentação. Questione a Comissão Permanente, questione com a forma como foi combinado, mas ali foi de facto combinado essa forma.

----- Bem, uma coisa vos quero dizer, a Assembleia Municipal tem uma agenda, e agenda tem um conjunto de pontos, e a agenda da Assembleia Municipal de Bragança não está terminada, os seus deputados tem que efectivar a vossa intenção de voto no boletim, podem faze-lo de forma nula, entregam os votos e depositam-nos como entenderem. Retirarem-se da Assembleia, lamento mas terá as consequências necessárias que vocês sabem que é da ausência da vossa presença aqui na Assembleia, porque os trabalhos não estão acabados, terminados. O Presidente da Assembleia Municipal dirá hoje, finalizada a votação, finalizada a contagem dos votos dirá - Está encerrada a sessão - Até lá a sessão ainda está a decorrer, e por isso, que chamo a atenção de vocês, para procedermos à votação.-.....

----- Compreendo, temos que avançar com a votação, peço desculpa, José Brinquete, faço o favor, disponha da palavra, vocês tem que perceber que a Mesa tem que dar sequência à votação, lamento.

----- **José Brinquete** – Eu consciente que já são as catorze horas, mas porque ficam as coisas ditas e depois podem fazer caminho, gostava de dizer duas coisas. A primeira é que confirmo o que o Senhor Presidente da Mesa disse que houve um compromisso de todos os partidos, na Comissão Permanente, de avançar para este método, para ser mais rápido até em função dos trabalhos. Pode haver aqui uma má transmissão, em relação a alguns membros do Partido Socialista.....

----- A segunda questão é esta, e vou dizer isto até porque não estou a pensar em sair da sala. A saída da sala, corresponde a um acto político, e chamo a atenção da Mesa que não pode ir o sapateiro além da chinela, não pode aplicar sanções, porque é um acto político. Se entretanto forem embora e quando os trabalhos acabarem, seja quem for e não assinou nos prazos previstos, é que depois pode ser sancionado, porque nem sequer se pode dizer a quem está num momento de tomar uma posição politica, se saís da sala não recibes a senha, como se a senha fosse aqui a questão mais importante, não é de maneira nenhuma a questão mais importante. Portanto este é o meu entendimento. Obrigado, Senhor Presidente.....

-----**Presidente da Mesa** – Vamos passar à chamada.....

-----O Partido Socialista quer fazer um ponto de ordem à Mesa. Finalizamos os pontos de ordem à Mesa com a vossa intervenção. Peço desculpa.

-----**Luís Pires** – Senhor Presidente eu apenas quero questionar uma coisa, porque eu não sei quais são as consequências, é assim, eu participei nos trabalhos até este momento, a minha opinião foi tida em conta, noutros pontos que aí estão, tanto quanto eu sei ninguém me pode obrigar a votar, o que eu queria saber é quais são as consequências então para as votações anteriores se eu me ausentar da sala durante esta votação e depois voltar entrar afim de terminar os trabalhos e assinar a minha presença. Eu não quero votar neste ponto que não concordo, mas a minha presença e a minha contribuição já foi tida em conta nos outros pontos. Eu gostava de saber pelo facto de então eu vir a ser sancionado, se isso implica também anular a votação que eu tive noutros pontos. Era só.-

-----**Presidente da Mesa** – Artigo 64, nº1, Faltas e suas justificações - será marcada falta de presença ao membro da Assembleia que não compareça à reunião até 30 minutos após a hora marcada para o seu início, ou que não se encontre presente na altura do encerramento dos trabalhos - . Muito bem, muito bem, a Mesa vai proceder à chamada para votação e quem não votar, pronto, sabemos que estão aqui presentes, vocês vão assinar a folha, é uma manifestação política da vossa vontade, não há problema nenhum, permaneçam na sala se fazem o favor, então.

-----Muito bem a urna já foi mostrada aos senhores deputados.. .. -

-----Hora Luís Manuel Madureira Afonso. ... -

-----Amândio dos Anjos Gomes, José Alberto Moutinho Moreno, -

-----José Carlos Cadavez, Hélia Fátima Cordeiro, António Eduardo Malhão, Manuel António Pereira, Maria Teresa, Rui Fernando, José Luís Baltazar. -

-----Maria Madalena Moraes Morgado, Acúrcio Álvaro Pereira, -

----- -

-----Está a colocar-me aqui uma questão, mas eu volto a dizer, eu expliquei e julgo que os deputados sabem, que as 3 instruções para quem temos que nomear representantes estão aqui discriminadas, e por baixo como eu dizia há um bocado, está a indicação de colocação da lista A ou B, isso foi explicado as pessoas perceberam, não perceberam?

-----Só há uma lista, não há duas listas, não, para o Concelho Municipal de Educação há duas listas, A e B, isso foi explicado há bocadinho, mas a Mesa responde aos esclarecimentos que forem necessários.

-----Bom, Adriana da Conceição Vilarés Angélico, Nuno Felipe Machado Reis, Cândido Vaz Alves, Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho, Carlos Abílio Moreno, António de Almeida Dionísio, António Manuel Teixeira Baptista, Pedro Luís Esteves Fernandes, Joaquim Eduardo Queirós, Vânia Alexandra da Silva Rodrigues, João Paulo da Veiga Matos, Aníbal de Jesus Raimundo Morais, Martinho Eduardo do Nascimento, Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso, Vanda Marisa das Graças Espírito Santo, Victor Prada Pereira, Maria de Fátima Renovato Veloso, Luís Carlos Magalhães Pires, Alcídio Augusto Castanheira, Luís Manuel Silvestre, Luís Filipe Fernandes, João Baptista Ortega, Alzira da Conceição Bento Gomes, Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso, Maria Celina da Silva Paula, Marisa Rodrigues gomes Alexandre, Dinis Manuel Prata Costa, Fernando Jorge Loução Lima, -

-----José João Martins Lourenço, Agostinho Gonçalves Esteves, Armando José Morais, Manuel Agostinho Pires Diz, Cristina Maria Rodrigues Afonso, Normando dos santos Lima,-

-----Sim, sim José António Saraiva Brinquete, Luís Miguel Vale Fernandes Vale, Ana Cláudio Veloso Guedes de Almeida. Passamos a chamar os senhores, penso que dos senhores deputados não terá havido nenhuma falha por parte da Mesa. Ái peço desculpa, senhor deputado tem razão, José Fernando Cameirão, peço desculpa, as minhas desculpas, muito bem muito bem. Chamamos agora os senhores presidentes de junta de freguesia: Senhor presidente da Junta de Freguesia de Alfaião. José Carlos Fernandes Valente, presidente da Junta de Freguesia da Aveleda. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Babe, eu peço desculpa senhor presidente da Junta de Freguesia da Aveleda, não está presente; Senhor presidente da Junta de Freguesia de Baçal, senhor João; Senhor Presidente da Junta de Calvelhe, Ernesto, não está; Carragosa Presidente da Junta de Freguesia de Carragosa, Jorge Augusto Ala; Presidente de Junta de Carrazedo, César Luís Gonçalves; Presidente da Junta de Freguesia Castrelos, representante, o Henrique; Presidente da junta da Freguesia de Castro de Avelãs, José Vicente Fernandes; Presidente da Junta de Freguesia de Coelhooso, Paulo Veiga; Senhor Presidente de Junta de Freguesia Deilão, Manuel Benites Inácio; Senhor Presidente de Freguesia de Donai, Luís Martins; Senhor Presidente de Freguesia de Espinhosela, Telmo Afonso; Senhor Presidente de Freguesia de Fálde, Gualter Dinis Gonçalves Garcia; Senhor Presidente de Freguesia de França, Amândio; Senhor Presidente de Freguesia de Gimonde, João Victor Alves; Senhor Presidente de Freguesia de Gondesende, Senhor Gilberto; Senhora da Junta de Presidente de Freguesia de Gostei, Dona Carolina Fernandes, não Está; Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Grijó de Parada, Maria Helena dos Santos Branco; Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Izeda, Maria Rosa Galhardo Pinto Pires; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Macedo do Mato, João

Fernandes; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meixedo, Luís Gonçalves; Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Milhão, Raquel Grande Tomé; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mós, Anselmo Martins; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, José Prada; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro, Sardinha; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Parada, Norberto dos Santos Costa; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paradinha Nova, Domingos seca; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Parâmio, José Augusto Afonso, não está; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pinela, António José Pires; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pombares, Afonso Domingues; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quintanilha, José Carlos Fernandes; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quintela de Lâmpaças, Victor Manuel Costa; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rabal, Paulo Hermenegildo Castro João; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rebordainhos, Albino; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos, Adriano Rodrigues; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Onor, António Preto; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio Frio, Humberto Garcia; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de são Pedro, António Sá; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salsas, Felipe Osório Caldas; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Samil, Eduardo Porutela; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Comba de Rossas, Elídio Morais; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, Jorge Novo; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Julião de Palácios, Elias Vara; Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Sé, Paulo Jorge Almendra Xavier; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sendas, Dinis Augusto Dias Pinela; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serapicos, Armando Miranda; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sortes, Jovêncio Carvalho; Por fim, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Zoio, Hélder dos Santos. Está terminada a votação, senhores presidentes de junta, senhores deputados. -

-----.....

-----Senhores Deputados a Mesa pede silêncio, vamos portanto dar conta dos resultados. Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para o órgão de Comissão e Protecção de Crianças e Jovens. Foi a lista A, teve 52 votos a favor, 12 votos Brancos, 4 votos nulos. Para o Concelho Municipal de Educação. A lista A, teve 56 votos, a lista B, teve 14 votos.....

----- Para a votação dos Agrupamentos de Centros Saúde de Alto Trás-os-Montes, a lista A, teve 58 votos a favor, 12 votos brancos. E estão dados os resultados, se quiserem que eu repita, a mesa procede à repetição, se não, damos por finalizada a sessão extraordinária de dezanove de Março de dois mil e dez.

PRESENÇAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso a)

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Madalena Morais Morgado

2 – Membros:

Amândio dos Anjos Gomes
António Manuel Pereira
José Alberto Moutinho Moreno
Carlos José Cadavez
Élia Fátima Moreira Ferreira Cordeiro
António Eduardo Fernandes Malhão
Martinho Eduardo Nascimento
Maria Teresa
Rui Fernando Rodrigues Correia
José Luís Baltazar
Maria Eugénia cerqueira Barreira Afonso
Adriana da Conceição Vilares Angélico
Nuno Filipe Machado Reis
Cândido Vaz Alves
Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho
Carlos Abílio Moreno
António de Almeida Dionísio
António Manuel Teixeira Baptista
Pedro Luís Esteves Fernandes
Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós
João Paulo da Veiga Matos
Vânia Alexandra da Silva Rodrigues
Anibal de Jesus Raimundo Morais

PARTIDO SOCIALISTA

Vítor Prada Pereira
Maria de Fátima Renovato Veloso

Luís Carlos Magalhães Pires
Alcídio Augusto Castanheira
Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Manuel Silvestre
João Batista Ortega
Alzira Conceição Bento
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Marisa Rodrigues Gomes Alexandre
Dinis Manuel Prata Costa
Fernando Jorge Loução Lima
Vanda Marisa Graças Espírito Santo
Maria Celina Silva Paula

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

José João Martins Lourenço
Agostinho Gonçalves Esteves
Armando José Moraes
Manuel Agostinho Pires Diz
Cristina Maria Rodrigues Afonso
José Fernando Cameirão
Normando dos Santos Lima

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

José António Saraiva Brinquete

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

Ana Cláudia Guedes de Almeida

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Aveleda	José Carlos Fernando Valente
Babe	Alberto Manuel Fernandes Valente
Baçal	João Francisco Alves
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves

Castrelos	Henrique Manuel Pires (Substituto)
Castro Avelã	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veida
Deilão	Manuel Benites Inácio
Donai	Luís Aníbal Rodrigues Martins
Espinhosela	Telmo Ramiro Prada Afonso
Faílde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
França	Amândio dos Santos Costa
Gimonde	João Vitor Alves
Gondesende	Aníbal Gilberto Rodrigues Afonso
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijo de Par	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Macedo Mat	João Nascimento Fernandes
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Milhão	Raquel Grande Tomé
Mós	Anselmo Anibal Martins
Nogueira	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parada	Norberto dos Santos Costa
Paradinha N	Domingos António Seca
Pinela	António Jorge Brás Pires
Pombares	Afonso Augusto Pires Domingues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela	Vitor Manuel Costa
Lampaças	
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordainhc	Albino Alves Rodrigues
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio de Onor	António José Preto
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia
S. Pedro	António Carlos Sá
Salsas	Filipe Osório Caldas
Samil	Eduardo Joaquim Portela
Santa C.	Elídio Alexandre Moraes
Rossas	
Santa Maria	Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo
São Julião	Elias dos Santos Vara
Palácios	
Sé	Paulo Jorge Almendra Xavier
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Serapicos	Armando Augusto Venâncio Miranda
Sortes	Juvêncio Alves de Carvalho

Zoio Helder Jorge dos Santos

a) Aplicação do disposto no n.º 9 do artigo 64.º do Regimento da AM.

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Parâmio – José Augusto Afonso

B- CÂMARA

PRESENÇAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Vereadores: Rui Afonso Cepeda Caseiro

Humberto Francisco da Rocha

Maria de Fátima Gomes Fernandes

Hernâni Dinis Venâncio Dias

..... Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das quinze horas, e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na quarta sessão ordinária (mandato 2009/2013) desta Assembleia Municipal a realizar em 28/06/2010 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

O Presidente, _____

O Primeiro Secretário, _____

A Segunda Secretária, _____